**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

LIVIA DA CRUZ ESPERANÇA

**A política de compra de alimentos da agricultura
familiar para o Programa de Alimentação Escolar do
município de São Paulo**

São Paulo

2017

A política de compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo.

Livia da Cruz Esperança

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Betzabeth Slater Villar

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Biblioteca/CIR: Centro de Informação e Referência em Saúde Pública
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

da Cruz Esperança, Livia

A política de compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo / Livia da Cruz Esperança; orientador Betzabeth Slater Villar. -- São Paulo, 2017. 138 p.

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2017.

1. direito à alimentação. 2. agricultura familiar. 3. alimentação escolar. 4. segurança alimentar e nutricional. 5. política pública. I. Slater Villar, Betzabeth, orient. II.

“Constitui, pois, a luta contra a fome, concebida em termos objetivos, o único caminho para a sobrevivência de nossa civilização, ameaçada em sua substância vital por seus próprios excessos, pelos abusos do poder econômico, por sua orgulhosa cegueira – numa palavra, por seu próprio egocentrismo político, sua superada visão ptolomaica do mundo.”

(Josué de Castro)

À minha mãe (em memória) que sempre me incentivou a estudar, é a responsável pela minha formação pessoal e por tudo o que sou hoje. Me ensinou a nunca desistir.

Ao Thiago, meu amor, amigo e companheiro, que muito me ajudou para que eu conseguisse chegar até aqui.

Ao meu irmão lindo, ao meu pai, meus avós e toda a minha família que me apoiaram sempre.

AGRADECIMENTO

Primeiro a Deus, por permitir que eu conseguisse me tornar mestre em Ciências.

Ao Thiago que assumiu todas as responsabilidades para que eu conseguisse terminar e entregar essa dissertação.

Ao meu irmão que é meu parceiro há 26 anos, e nesta fase não foi diferente.

À minha vó Maria que compreendeu a minha ausência nesse período e me apoiou.

Ao meu pai e aos meus avós paternos, o apoio e ensinamentos de sempre.

Ao meu tio Fábio e à minha tia Priscila, que me apoiaram e cuidaram da vó para que eu pudesse me dedicar à dissertação E a toda a minha família.

Aos gestores participantes desta pesquisa que disponibilizaram seu tempo para que eu realizasse as entrevistas.

Aos meus amigos pessoais que são parte da família e me ajudaram a percorrer este caminho e a compartilharam das minhas angústias e aflições. Em especial ao Bruno, à Pamela e à Aline.

Aos amigos que conquistei trabalhando com alimentação escolar, que me deram total apoio e incentivo para que terminasse este trabalho. Em especial à Danuta, ao Luiz, à Luciana, à Silvia, à Mônica e ao Vitor, que me ajudou com essa complicada produção de dados qualitativos.

E por fim, a minha orientadora, a Professora Dr.^a Betzabeth Slater Villar, a oportunidade, confiança e paciência. Obrigada por acreditar que eu conseguiria e seria capaz de completar esta etapa mesmo acumulando uma jornada dupla entre o trabalho e a pesquisa.

RESUMO

Esperança, LC. A política de compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2017.

INTRODUÇÃO: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública de caráter suplementar com maior longevidade e abrangência do Brasil na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2009, a publicação da Lei nº 11.947, trouxe importantes avanços ao PNAE, e determinou que 30% do repasse da verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos diretos da Agricultura Familiar. No município de São Paulo, a execução do Programa de Alimentação Escolar é feita pela Coordenadoria de Alimentação Escolar, que tem encontrado grandes dificuldades em atingir a meta estabelecida pelo FNDE. O processo de implantação da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar mostra-se complexo e, em muitos casos, lento. **OBJETIVOS:** descrever e analisar os fatores que interferiram no processo de compra de alimentos oriundos da Agricultura Familiar pelo PAE/SP entre 2009 e 2016. **METODOLOGIA:** para desenvolver este trabalho foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa descritiva. Os documentos da Secretaria Municipal de Educação foram utilizados para o levantamento das informações. Além disto, foram entrevistados alguns gestores municipais. Para realização da entrevista foi utilizado um roteiro semiestruturado. As ferramentas da investigação qualitativa foram utilizadas para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da compra de alimentos direto da Agricultura Familiar. **RESULTADOS:** dentre as principais dificuldades encontradas para implementação da política pública estão: a suspensão do edital pelo TCM; o entendimento de como o processo ocorreria; a burocracia institucional e a pesquisa de preço. Entre 2012 e 2016 o valor percentual contratado foi de 1%, 7%, 17%, 27% e 22%, respectivamente. O valor investido foi cerca de R\$ 62 milhões, e beneficiou 3,7 mil famílias agricultoras. **CONCLUSÃO:** As compras da agricultura familiar evoluíram, no entanto ainda são muitos os desafios a serem superados, tanto para os gestores – desburocratização do processo de compra, quanto para os agricultores – questões de abastecimento e logística, principalmente em uma metrópole com escolas distribuídas em áreas distantes da produção agrícola.

Palavras-chave: direito à alimentação, agricultura familiar, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, política pública.

ABSTRACT

The policy of purchasing food from family farms for the School Feeding Program of the municipality of São Paulo. [Masters dissertation]. São Paulo: USP School of Public Health; 2017.

INTRODUCTION: The National School Feeding Program (PNAE) is the supplementary public policy with greater longevity and comprehensiveness of Brazil in the area of Food and Nutrition Security. In 2009, the publication of Law no. 11.947 brought important advances to the PNAE and determined that 30% of the funds from the National Education Development Fund (FNDE) must be invested in the acquisition of direct products of Family Agriculture. In the city of São Paulo, the School Feeding Program (PAE) is implemented by the School Feeding Coordination, which has encountered great difficulties in achieving the goal established by the FNDE. The implantation process of food acquisition from Family Agriculture appears complex and, in many cases, slow. **OBJECTIVES:** Here, we aim to describe and analyze factors interfering in the process of purchasing food from Family Agriculture by PAE in SP between 2009 and 2016. **METHODOLOGY:** This work was developed using descriptive qualitative research methodology. Municipal Department of Education documents were used to collect the information. In addition, some municipal managers were interviewed. A semi-structured script was applied for the interview. Qualitative research tools were used to map, describe and analyze the context, relationships and perceptions regarding the purchase of food direct from Family Agriculture. **RESULTS:** Among the main difficulties encountered for the implementation of public policy are: the suspension of the bidding by TCM; the understanding of how the process would take place; Institutional bureaucracy and price research. Between 2012 and 2016 the percentage contracted was 1%, 7%, 17%, 27% and 22%, respectively. The amount invested was approximately R\$ 62 million and benefited 3,7 thousand of family farmers. **CONCLUSION:** The purchases of family agriculture have evolved, but there are still many challenges to be overcome, both for managers - reducing bureaucracy in the purchasing process and for farmers - supply and logistics issues, especially in a metropolis with schools distributed in areas far from agricultural production.

Keywords: right to food, family farming, school feeding, food and nutrition security, public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição das chamadas públicas, de acordo com os critérios de classificação, de 2012 a 2016. São Paulo, 2016.....	47
Figura 2. Classificação das Chamadas Públicas entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.	50
Figura 3. A evolução do valor contratado da Agricultura Familiar entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.....	51
Figura 4. Percentual do repasse do Governo Federal utilizado para compra de alimentos da Agricultura Familiar entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.....	52
Figura 5. Quantidade de alimentos sólidos (toneladas) e líquidos (quilolitros) contratados da Agricultura Familiar entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.	52
Figura 6. Valor destinado à compra de alimentos da Agricultura Familiar, de acordo com sua classificação. São Paulo, 2016.	53
Figura 7. Número de Famílias Agricultoras envolvidas no fornecimento de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo. São Paulo, 2016.	54
Figura 8. Número de Agricultores Familiares envolvidos no fornecimento de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar, por sexo. São Paulo, 2016.....	55
Figura 9. Percentual de compra de alimentos de famílias paulistas para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo entre 2013 e 2016. São Paulo, 2016.....	59
Figura 10. Participação de cooperativas assentadas da reforma agrária no fornecimento de produtos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo. A. Valor de alimentos adquiridos de famílias assentadas e não assentadas em milhões de reais. B. Percentual de aquisição de famílias assentadas ou de outras origens. São Paulo, 2016.....	60
Figura 11. Fornecimento de alimento orgânico para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo. São Paulo, 2016.	61
Figura 12. Distribuição das unidades de registro de acordo com as categorias.....	62

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Origem das cooperativas que forneceram produtos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016	57
Mapa 2. Localização das cooperativas do Estado de São Paulo que forneceram produtos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.....	58

SIGLAS UTILIZADAS

AF – Agricultura Familiar

AJ – Assessoria Jurídica

ARP – Ata de Registro de Preço

CAC – Comissão de Avaliação e Credenciamento

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CEI – Centros de Educação Infantil

COAD - Coordenadoria de Administração, Finanças e Infraestrutura

CODAE – Coordenadoria de Alimentação Escolar

CP – Chamada Pública

CPRA – Comissão Permanente de Recebimento de Alimentos

DAE – Departamento de Alimentação Escolar

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DIFI – Divisão de Finanças

DILIC --Divisão de Licitações

DILOG – Divisão de Logística

DINUTRE – Divisão de Nutrição Escolar

DME – Departamento de Merenda Escolar

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EEx – Entidade Executora

EMEF – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

EMEI – Escolas Municipais de Educação Infantil

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*)

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

NAAF – Núcleo de Agroecologia e Agricultura Familiar

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – setor de Pesquisa e Desenvolvimento

PAE – Programa de Alimentação Escolar

PAE/SP – Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN – Plano Nacional da Alimentação e Nutrição

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

RME - Rede Municipal de Ensino

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SME – Secretaria Municipal de Educação

UC – Unidades de Contexto

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância (*United Nations Children's Fund*)

UR – Unidade de Registro

SUMÁRIO

1.1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....	18
1.2 O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	19
1.3 O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	23
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	25
1.5 O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR	26
2. JUSTIFICATIVA	29
3. OBJETIVO.....	30
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS	31
4.1 DESENHO DO ESTUDO	31
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO.....	32
4.2.1 A cidade de São Paulo.....	32
4.2.2 A Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE	33
4.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA	34
4.3.1 Seleção dos participantes	34
4.4 A CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS E A PRODUÇÃO DOS DADOS	35
4.4.1. A construção do referencial teórico e o levantamento dos documentos disponíveis	35
4.4.2 Sistematização e descrição dos dados	36
4.4.3 Entrevista como método de produção de dados	36
4.4.4 Desenvolvimento do roteiro para entrevista	37
4.5 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	39
4.6 O CAMINHO DA ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4.6.1 Análise de documentos.....	40
4.6.2 Análise das entrevistas	40
5. ASPECTOS ÉTICOS.....	42
6. RESULTADOS	43
6.1 A COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	43
6.1.1 O processo de compra da Agricultura Familiar	43
6.1.2 A evolução das chamadas públicas	46
6.1.3 Análise da compra da agricultura familiar.....	50
6.1.4 Descrição do fornecimento de alimentos de acordo com os critérios sociais de seleção	56
6.2 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	61
6.2.1 Categoria 1 – Histórico da Política Pública de Compra da Agricultura Familiar: contexto, dificuldades e ações para a implantação no município de São Paulo.....	62
6.2.2 Categoria 2 – Processo de Compra e Execução da Política Pública: dificuldades, desafios, possibilidades e estratégias para implementação.....	73
7. DISCUSSÃO	99

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
9. CONCLUSÃO.....	111
10. REFERÊNCIAS	112
11. ANEXOS	123
ANEXO I – ROTEIRO DA ENTREVISTA	123
ANEXO II. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	128
ANEXO III – ACORDO DE COOPERAÇÃO.....	131
ANEXO IV – CURRÍCULO LATTES PROF ^A BETZABETH SLATER VILLAR	136

APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR E INTERESSE PELO OBJETO E ESTUDO

Desde criança sempre fui curiosa com a área de alimentos e me interessei pela ciência da Nutrição, por isso resolvi fazer o Curso Técnico em Nutrição e Dietética. Após me formar em 2002, entendi que essa era minha vocação e resolvi continuar com a graduação. A faculdade ampliou as minhas expectativas quanto às oportunidades de formação como nutricionista. A graduação da Faculdade de Saúde Pública traz um olhar voltado para as Políticas Públicas, e tive a oportunidade de participar de diversos projetos de extensão universitária voltados para a comunidade, o que me despertou interesse por esse assunto. Percebi que poderia contribuir para que as pessoas tenham uma vida mais saudável e justa por meio do acesso às políticas públicas existentes, como o Programa de Alimentação Escolar ou Programa Saúde da Família. As modificações progressivas no conhecimento da nutrição e na formulação das políticas públicas exigem que nos atualizemos constantemente. Por isso, busco me especializar na área em que atuo, para ampliar ainda mais minhas habilidades como nutricionista.

Em 2014 fui convocada para tomar posse como especialista em saúde na prefeitura de São Paulo, e nomeada para trabalhar com o Programa de Alimentação Escolar do município, na época era o Departamento de Alimentação Escolar (DAE). A partir dessa experiência pude vivenciar a importância dessa Política Pública para alimentar as crianças atendidas na rede municipal de ensino. Nesse momento já cursava o mestrado em Nutrição em Saúde Pública e senti a necessidade de desenvolver o projeto voltado para esse tema. Ao descobrir que a Secretaria Municipal de Educação, através do DAE, e a Universidade de São Paulo, através da Faculdade de Saúde Pública, assinaram um acordo de Cooperação fui conversar com uma das professoras que estudam o tema pelo qual me interessei, a Professora Betzabeth Slater Villar. Ela aceitou me orientar nesse novo projeto e a alteração da orientadora foi aprovada pela Comissão de Graduação do Departamento de Nutrição. Com o apoio da minha orientadora, escolhi o desafio de estudar a política de compra de alimentos direto do agricultor familiar e/ou empreendedor rural, por acreditar na importância desse tema para garantir a segurança e soberania alimentar, por incentivar circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo,

garantir mercado aos produtos cultivados localmente, promover o desenvolvimento e fortalecimento desta modalidade de produção, além de garantir a geração do emprego e renda.

Em 2015 fui selecionada para trabalhar na gestão dessa política de compra, o que tornou possível a compreensão detalhada deste processo. Durante o desenvolvimento do projeto percebi o quanto a compra de alimentos da Agricultura Familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar é importante para a soberania alimentar do país, mantendo os agricultores familiares no campo, melhorando suas condições de vida e garantindo alimentos para toda a população. Entretanto, a aquisição desses produtos tem se mostrado complexa. Há um grande desafio e muito trabalho para que, além de atingir a meta determinada por Lei, o fornecimento desses alimentos seja perene e sustentável, o que torna esse trabalho ainda mais interessante.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Os primeiros estudos sobre alimentação no Brasil mostraram a relação entre a situação social e econômica e as más condições de alimentação. Indicou-se como solução para este problema ações educativas e a racionalização da oferta de alimentos, o que levou o Estado a assumir algumas políticas públicas de caráter assistencialista. A partir da década de 90 começou a ser discutida a abordagem da fome como uma questão de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), inserida como demanda social e associada à perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BURITY et al., 2010; MALUF; MENEZES, VALENTE, 1996; BARROS; TARTAGLIA, 2009; BARROS; COSTA, 2016). Em 2003, as ações relacionadas a SAN e ao DHAA foram inseridas como prioridade na agenda do desenvolvimento do país e várias políticas públicas voltadas ao tema foram elaboradas ou fortalecidas. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, no qual o Brasil é signatário. A partir da promulgação da emenda constitucional nº 64/2010, o direito à alimentação passou a ser garantido na constituição brasileira, pois foi introduzido como direito social previsto no art. 6º (BRASIL, 2010).

O DHAA é inerente a todas as pessoas, as quais devem ter acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos seguros e saudáveis. Este acesso pode ser direto ou por meio de aquisições financeiras e em quantidade e qualidade adequadas e suficientes. Destaca-se ainda que os padrões alimentares devem ser correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. O poder público deve respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do DHAA, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade. (CONSEA, 2006; BRASIL, 2006 (c)). No Brasil, uma das estratégias para promover o direito à alimentação e a SAN foi a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que foi concebida como:

Um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção a longo prazo. Requer o envolvimento tanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento, social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo. (CONSEA, 2006 – pág. 6)

A redução significativa da disponibilidade de alimentos promove a insegurança alimentar. Anjos e Caldas (2011) ao avaliar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009) mostraram que a insegurança alimentar é mais intensa nas áreas rurais, nas versões: leve, moderada e grave. Observa-se que conforme incremento da renda há a redução da insegurança alimentar. O Brasil, entre 2002 e 2014, reduziu em 82,1% o número de pessoas subalimentadas. As políticas públicas para promoção de SAN e do DHAA, como a Estratégias Fome Zero, com os Programas de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros programas de transferência de renda e de fortalecimento da agricultura familiar, levaram o Brasil a sair do mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ONU/FAO) em 2014 (FAO, 2015a; SCHWARTZAMN, 2015).

Os programas de alimentação escolar são reconhecidos como ferramenta de proteção social e de promoção da subsistência e da educação. Além do DHAA, diversos países estão implementando o PAE para combater a desnutrição, o absenteísmo e o abandono escolar e a melhoria da aprendizagem dos alunos (DEVEREUX et al., 2010; SCHWARTZMAN, 2015). Em todo o mundo há pelo menos 368 milhões de crianças que recebem alimentação através das escolas, esse número inclui as refeições escolares apoiadas pelo PMA. Os maiores programas de alimentação escolar estão na Índia, seguida de Brasil, Estados Unidos e China. A região com maior número de beneficiários é a Ásia do Sul, seguida da América Latina e do Caribe (PMA, 2013).

1.2 O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública de caráter suplementar com maior longevidade e abrangência do Brasil na área de

Segurança Alimentar e Nutricional (VASCONCELOS, 2005; STURION et al., 2005). Os primeiros registros de políticas sociais de alimentação e nutrição são da década de 30. Nesta época foi estabelecido o salário mínimo, que deveria assistir as necessidades mínimas dos trabalhadores com relação à habitação, vestuário, higiene, transporte e alimentação. O padrão de alimentação foi definido como a ração essencial mínima, que deveria ser composta por alimentos suficientes para atender as necessidades nutricionais de um trabalhador adulto (BRASIL, 1938). Na década de 50, foi criado o primeiro Plano Nacional da Alimentação e Nutrição de responsabilidade pública com prioridade à assistência do grupo materno infantil, e em seguida aos escolares e trabalhadores. Em 1956, criou-se a Campanha Nacional de Merenda Escolar, pertencente ao Ministério da Educação, cujo objetivo era atender os alunos em âmbito nacional. Dos anos 50 ao início de 70, as Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição passaram por diversas modificações e tinham participação predominante dos recursos internacionais provenientes do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization - FAO*) e do Fundo das Nações Unidas para Infância (*United Nations Children's Fund – UNICEF*), que doavam o excedente de produção, principalmente dos Estados Unidos da América (VASCONCELOS, 2005; ARRUDA; ARRUDA, 2007). Com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1972, são constituídos dois Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição: o PRONAN I (1972-1975) e o PRONAN II (1976-1984). Neste período, surgia o primeiro modelo que considerava uma política nacional de suplementação alimentar. Esses programas foram incorporados ao planejamento econômico do país. A suplementação alimentar às gestantes e nutrízes; crianças de zero a seis anos; escolares de sete a quatorze anos e trabalhadores de baixa renda era uma das bases para a elaboração dos PRONAN. O PNAE, especificamente, foi criado em 1979, como parte do PRONAN II, para fornecer alimentação suplementar aos escolares. Entretanto, a alimentação escolar ficou garantida apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira que passou a assegurar o direito universalizado à alimentação escolar para todos os alunos de ensino fundamental da rede pública. Esse direito deveria ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais. Portanto, a alimentação escolar deixou de ter caráter assistencialista e de controle social e

passou a ser direito dos alunos (VASCONCELOS, 2005; CARVALHO; CASTRO, 2010; BRASIL, 1988; PEIXINHO, 2013; FNDE, 2015a).

Desde sua origem, observam-se muitos avanços no PNAE com relação à qualidade nutricional dos alimentos e ao atendimento aos alunos (PEIXINHO, 2013). A partir de 1994, a administração do programa passou a ser descentralizada e o repasse da verba começou a ser feita através da celebração de convênio entre a Entidade Executora (EEx) e o governo federal. As EEx: são as instituições que integram as redes públicas de ensino federal, estadual e municipal, as quais são responsáveis por receber os recursos diretamente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a execução do PNAE, podem ser secretarias estaduais ou municipais de educação e escolas federais. Com a gestão descentralizada foi possível adequar a alimentação aos hábitos regionais, aprimorar a logística e reduzir os custos com a distribuição dos alimentos, além de desenvolver o comércio local. A instituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e a contratação de um Nutricionista para elaborar o cardápio eram condicionais para o recebimento da verba (BRASIL, 1994; BELIK, 2009). A partir de 1998, os recursos passaram a ser transferidos automaticamente para as EEx, sem necessidade de firmar o convênio (BRASIL, 1998).

Em 1996 foi publicada a primeira portaria com a determinação dos valores mínimos de energia (Kcal) e proteína (g) que o cardápio deveria oferecer, sendo 350 kcal e 9 g, respectivamente. Além dos valores mínimos, a alimentação deveria ter harmonia na composição nutricional dos alimentos e ser adequada frente às diferentes realidades e carências de cada região (FAE, 1996). Com a publicação de uma Medida Provisória em 2000, instituiu-se a necessidade de cada EEx formar o seu CAE, com função deliberativa, executiva e fiscalizadora. Atualmente, o CAE deve ser composto por representantes de entidades civis organizadas, de trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo (BRASIL, 2000, 2013). Em 2004, foram detalhadas as formas de transferência legal de recursos financeiros do governo federal aos órgãos responsáveis pela aquisição de alimentos, bem como as normas para os participantes do PNAE e suas formas de gestão (BRASIL, 2004).

A partir de 2006, instituiu-se a obrigatoriedade da presença do nutricionista como responsável técnico do programa, além de um quadro técnico composto por esses profissionais. E as atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

passam a fazer parte do processo de ensino e aprendizagem dos alunos atendidos pelo PNAE (BRASIL, 2006a).

Em 2009, a publicação da Lei nº 11.947, traz importantes avanços ao PNAE, reforçando o direito humano à alimentação escolar com uma alimentação adequada e saudável para todos os alunos. Além disso, princípios como: a universalidade do atendimento; equidade, sustentabilidade e continuidade; e o respeito aos hábitos alimentares locais, considerando a cultura e preferências regionais, foram valorizados. Esta lei inclui as atividades de EAN no processo de ensino e aprendizagem, perpassando o currículo escolar, com enfoque no tema: alimentação, nutrição e desenvolvimento de práticas saudáveis dentro do contexto da SAN. A lei também determina o aumento do atendimento do PNAE a toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e estipula que parte do repasse do FNDE seja investido na aquisição de alimentos diretos da agricultura familiar. A partir desta lei foi publicada a Resolução 38, que inclui dentre as responsabilidades do Nutricionista a necessidade de fazer o diagnóstico e monitoramento nutricional dos estudantes. A resolução também define as exigências à execução do PNAE, seu monitoramento e avaliação, e instrui sobre a prestação de contas e outras definições relativas à oferta de alimentação (BRASIL, 2009a; BRASIL 2009b).

Atualmente, o PNAE atende todos os alunos da creche, educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial, educação de jovens adultos e Programas como o Mais Educação e o Ensino Educacional Especial. Para ter acesso ao PNAE o aluno deve estar matriculado em escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias ou confessionais do país (BRASIL, 2013).

O objetivo do programa é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizado e o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Isto deve ser alcançado por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Portanto, o PNAE deve garantir o acesso de forma igualitária à alimentação escolar e o atendimento deve ocorrer segundo os princípios do DHAA e da SAN (BRASIL, 2013).

Considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, o PNAE atendeu em 1995 cerca de 33,2 milhões de pessoas e gastou aproximadamente 590,1 milhões de reais. Em 2015, o número de alunos atendidos

passou para 41,5 milhões e o investimento neste ano foi de cerca de 3,76 bilhões de reais (FNDE, 2015b).

1.3 O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo (PAE/SP) teve sua origem na década de 30 com o fornecimento de um copo de leite para os alunos que frequentavam os parques infantis. Em 1956, com o objetivo de fornecer alimentos às crianças, foi criada a “caixa de assistência escolar”. Assim, mesmo que de forma rudimentar, teve início a preocupação com a alimentação na escola, que depois passou a ser chamada de “sopa escolar”. Após este período, os alunos passaram a receber leite em pó desnatado, aveia e trigo (laminado e bulgur), além de uma mistura de milho, soja e leite. Esses alimentos eram enviados pelo governo dos Estados Unidos da América para sanar as carências alimentares dos alunos atendidos pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar. A publicação do decreto municipal em 1970 estabeleceu parâmetros para a quantidade de energia e proteínas fornecidas na alimentação escolar, de acordo com o número de horas que os alunos permaneciam ($\frac{1}{3}$ das necessidades para alunos com permanência de 4 horas e $\frac{1}{2}$ para alunos que permaneciam 8 horas) (FARIA, 1999; MAGNO et al., 2013; STEFANINI, 1997; SME, 2015a).

Em 1995, o Programa de Vitaminização da Merenda Escolar introduziu alimentos previamente enriquecidos com ferro e vitaminas para atender todos os Programas do Município. As Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) funcionavam em turnos de 4 horas. Os estudantes recebiam 1 lanche ou 1 refeição por turno de aula. As refeições salgadas passam a ser prioridade no atendimento aos alunos em 2001. A expertise adquirida com a evolução do PAE/SP levou à expansão desse atendimento para outros programas de alimentação do município, transitando por diferentes Secretarias (SME, 2015a; STEFANINI, 1997).

O retorno do PAE/SP para a Secretaria Municipal de Educação (SME) ocorreu em 2008. O Departamento de Merenda Escolar era o setor responsável pelo programa. Neste período ocorreu a organização das unidades educacionais e alteração da quantidade de horas que o aluno permanecia na escola. A carga

horária de atendimento das EMEI aumentou para 6 horas e das EMEF para 5 horas, enquanto dos Centros de Educação Infantil (CEI) reduziu de 12 para 10 horas. Com essas alterações foi necessário adequar o cardápio, que passou a englobar duas refeições (lanche e refeição) em cada turno para a maioria das unidades escolares. No cardápio dos CEI ficou mantido o fornecimento de 5 refeições diárias (desjejum, colação, almoço, lanche da tarde e jantar) (SÃO PAULO, 2008a, 2008b).

A partir de 2013, o DME teve seu nome alterado e a execução do PAE/SP passou a ser realizada pelo Departamento de Alimentação Escolar (DAE) (SÃO PAULO, 2013). Em 2015 o DAE ficou responsável pela gestão de cerca de 100 milhões de reais repassados ao programa pelo governo federal. Em 2016 o departamento passou por uma reestruturação que o elevou ao status de coordenadoria, portanto a execução do PAE/SP é realizada pela Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE) (São Paulo, 2016). A coordenadoria está estruturada em cinco eixos estratégicos que norteiam suas atividades: a garantia de excelência na qualidade da alimentação escolar; racionalização dos processos administrativos e operacionais; aperfeiçoamento da governança; aquisição direta de produtos da agricultura familiar, e inserção da temática da educação alimentar, nutricional e sustentabilidade no projeto e prática político-pedagógica. Os alunos matriculados nas unidades escolares da RME (creches, escolas de ensino infantil, fundamental e médio), recebem entre uma e cinco refeições diárias a depender do tempo de permanência na escola. Alunos de período integral têm, no mínimo, 70% de suas necessidades diárias de energia, macro e micronutrientes atendidas por cinco refeições preparadas e fornecidas na escola (café da manhã, colação, almoço, lanche da tarde e jantar). Já alunos de período parcial têm de 20% a 30% das necessidades diárias de energia e nutrientes atendidas por uma ou duas refeições na escola (lanche e/ou refeição), respectivamente (BRASIL, 2013c).

O cardápio, elaborado por Nutricionistas, prioriza a oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Essa oferta visa o cumprimento da legislação vigente, e corrobora com orientações propostas pela Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde, com o Guia alimentar brasileiro para menores de dois anos e com o novo Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

Dentre os alimentos oferecidos nas refeições escolares, destacam-se por sua frequência e/ou variedade: frutas, verduras e legumes da época, carnes (bovina,

suína, de frango e peixe), ovos, arroz, feijão, leite e produtos a base de leite, pães e biscoitos (convencionais e integrais), entre outros. Além disso, alimentos típicos da cultura indígena (e.g., fubá, farinhas de milho e trigo e canjica) têm sido adquiridos com vistas a garantir universalidade, equidade e o respeito à cultura alimentar dos grupos indígenas atendidos pelo PAE/SP. A redução gradual de gordura saturada, açúcares, sódio, gorduras *trans* e bebidas industrializadas e o aumento no teor de fibras são medidas implementadas nos últimos anos para a melhoria contínua do valor nutricional do cardápio (SME, 2015b).

Outras melhorias relacionadas aos alimentos incluem o aperfeiçoamento nos tipos de embalagens para garantir a qualidade do produto desde seu transporte, armazenamento, até o preparo final (e.g., embalagens a vácuo), e a adequação dos tamanhos das embalagens para redução do desperdício de alimentos.

O PAE/SP tem se destacado no panorama brasileiro pela sua qualidade. Numa avaliação realizada em 2015 com os gestores das escolas que acompanham a execução do PAE, a qualidade dos alimentos perecíveis e não perecíveis foi considerada boa ou ótima em 62% e 70% dos casos, respectivamente. Em relação às características sensoriais das preparações servidas (sabor, odor, textura, temperatura e aspecto visual), 93 a 96% dos gestores avaliaram-nas como boa ou ótima (SME, 2015c).

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A diversidade no meio rural e a legitimidade das reivindicações da agricultura familiar (AF) foram reconhecidas pelo Estado na década de 90. Neste contexto foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996, por meio do decreto nº 1946. Este decreto foi revogado diversas vezes e atualmente se encontra no decreto nº 4.854, de 2003 (BRASIL, 1996; BRASIL, 2003; MDA, 2009).

A criação do PRONAF foi um marco na política pública de crédito para o financiamento da Agricultura Familiar e ponto referencial dela como ator social e político no cenário do desenvolvimento rural brasileiro. Ele favoreceu o acesso ao crédito e melhorias na infraestrutura rural, mas limitava-se, sobretudo, a ferramentas. Uma das principais contribuições deste programa foi definir institucionalmente o que

é agricultura familiar e dar origem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP é o documento que garante ao agricultor familiar acesso a diversas políticas públicas. A consolidação desta Política ocorreu a partir do ano 2000 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Depois de 2003, é possível perceber um esforço do Estado para implantar políticas direcionadas a essa categoria de produtores, como o Seguro da Agricultura Familiar, a Política Nacional de Extensão Rural e o PAA. É através de políticas ligadas à segurança alimentar de populações vulneráveis que a realocação dos sistemas alimentares está sendo pautada. O incentivo às estruturas públicas de alimentação coletiva para que comprem alimentos locais explicita a preferência dada à agricultura familiar, como por exemplo, o PAA e o PNAE (BRASIL, 1996; MDA, 2009; RETIÈRE, 2014; SCHWARTZMAN, 2015; FNDE, 2016).

1.5 O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR

Entende-se por Agricultura Familiar o modelo de desenvolvimento rural, baseado em pequenas propriedades, com produção diversificada e voltada prioritariamente ao mercado interno (MDS, 2013). O agricultor familiar é o principal proprietário dos meios de produção, possuindo área de até quatro módulos fiscais; a prática das atividades localizada no meio rural; mão de obra familiar; renda vinculada ao próprio estabelecimento; e gerenciamento/empreendimento é feito pela própria família, de forma cooperativa (BRASIL, 2006b; MDS, 2013). A produção agrícola familiar contribui de maneira significativa para o abastecimento interno do país, atuando como protagonista na garantia da segurança alimentar e nutricional dos brasileiros (CAISAN, 2011).

O PNAE é considerado o maior investimento público na compra de alimentos (ANA, 2010). A lei 11.947, sancionada em 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, e regulamenta sobre a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Portanto, no mínimo 30% do repasse do FNDE aos Estados e Municípios deverão ser utilizados na aquisição de alimentos diretamente da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Devem ser priorizados os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009a;

2013). Tal fato consolida a vinculação do PNAE com a Agricultura Familiar e visa o desenvolvimento econômico e social da região, por meio de estímulo à produção e comercialização de produtos locais. A publicação dessa lei cria mecanismos que facilitam a compra de gêneros alimentícios direto do agricultor familiar cadastrado, dispensando o agricultor familiar ou a cooperativa de processo licitatório. Desta forma, democratiza e descentraliza as compras públicas e cria um mercado para pequenos produtores, aproximando o campo da cidade (SLATER et al. 2013; BRASIL, 2009b; 2015c). Neste caso, a compra da AF ocorre por Chamada Pública. Este instrumento cria mecanismos de gestão para a compra do agricultor familiar cadastrado, voltado para seleção de proposta específica de acordo com os critérios sociais pré-definidos, que seguem essa ordem de seleção: aquisição de cooperativas locais, assentados da reforma agrária ou remanescente quilombola ou indígena e aquisição de alimento orgânico. Essa ferramenta de aquisição é firmada no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis, e assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, por permitir a veiculação de diretrizes governamentais importantes, relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao apoio à inclusão social e produtiva local e à promoção da segurança alimentar e nutricional (FNDE, 2016).

Além das melhorias para o PNAE, por fornecer alimentos mais frescos e saudáveis às escolas; a compra de alimentos da AF também promove o desenvolvimento dos Agricultores Familiares, interferindo nos sistemas agroalimentares, formando circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo; garantindo mercado aos produtos cultivados localmente; promovendo o desenvolvimento e fortalecimento dessa modalidade de produção. Outros resultados obtidos são: a geração de emprego e renda; o fortalecimento e a diversificação da economia local; e a valorização das especificidades e dos hábitos alimentares locais (BRASIL, 2015c).

Em concordância com a obrigatoriedade de aquisição dos alimentos da Agricultura familiar, foi sancionada em São Paulo a Lei Municipal 16.140/2015 que tornou obrigatória a introdução progressiva de produtos orgânicos ou de base agroecológica, prioritariamente oriundos da agricultura familiar, na alimentação escolar do município. A fim de estimular essa produção, a publicação do novo Plano Diretor da cidade de São Paulo, demarcou a zona rural, como, por exemplo, o bairro

de Parelheiros, garantindo financiamentos e incentivos para a região (SÃO PAULO, 2014; SÃO PAULO, 2015).

Na CODAE, a aquisição dos alimentos segue o planejamento do cardápio e visa permanentemente à oferta de produtos oriundos da agricultura familiar e do empreendedor rural, para o atendimento à diretriz do PNAE, o fortalecimento dessa modalidade de produção e a geração de renda no campo. A coordenadoria vem adquirindo alimentos da agricultura familiar desde 2012. Em 2014, ano mundial da agricultura familiar, foi ampliado o repertório de alimentos provenientes da agricultura familiar.

O Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo tem trabalhado para cumprir os artigos 12, 13 e 14 da lei 11.947/2009, no que se refere à elaboração dos cardápios e aquisição regional de alimentos provenientes da agricultura familiar. Em relação ao preconizado, de que os cardápios deverão ser elaborados “(...) **pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região**”, e que “**A aquisição dos alimentos deverá ser adquirida no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas**”, talvez representem as maiores dificuldades neste momento, dado o volume necessário de alimentos para atender à demanda, o que repercute diretamente na utilização de no mínimo 30% da verba federal repassada para aquisições de alimentos diretamente da Agricultura Familiar (BRASIL, 2009a).

2. JUSTIFICATIVA

No município de São Paulo, a construção de uma estratégia integrada para ampliar a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar é um grande desafio, uma vez que as escolas estão distribuídas numa metrópole distante de áreas agrícolas, e com demanda de alimentos maior que a capacidade produtiva das cooperativas de agricultores familiares do município e de seu entorno.

O processo de implantação da política pública de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar mostra-se complexo e, em muitos casos, lento. Os estudos que avaliam os efeitos de compras dessa modalidade demonstram que os resultados são de grande impacto para a agricultura familiar e para os alunos atendidos pela alimentação escolar. Frente às dificuldades encontradas para alcançar a meta estabelecida pelo governo federal, pesquisadores têm sugerido estudos de caráter qualitativo, a fim de descrever o processo de operacionalização das compras locais dos gêneros alimentícios provenientes da AF, e compreender os fatores que interferem (facilitem e/ou dificultem). Portanto, descrever e analisar o processo de implantação da compra dos alimentos da AF para alimentação escolar na cidade de São Paulo, principal centro financeiro do Brasil, frente à sua extensão e às dificuldades logísticas de fornecimentos e abastecimento, pode ser de grande importância para contribuir com o enfrentamento das dificuldades e consolidação dessa política pública.

3. OBJETIVO

O objetivo dessa pesquisa é descrever e analisar os fatores que interferiram no processo de compra de alimentos oriundos da Agricultura Familiar pelo PAE/SP entre 2009 e 2016.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A investigação qualitativa é utilizada para a compreensão das relações, representações, percepções e opiniões dos grupos estudados, sejam elas sociais, culturais ou de classe. As interpretações que as pessoas fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam é produto deste tipo de estudo. Neste sentido, a pesquisa qualitativa é adequada para a compreensão detalhada da complexidade de fenômenos e processos específicos de um grupo analisado. Esta abordagem é indicada para investigar grupos definidos e suas relações, além das análises de discursos e documentos. Por outro lado, este método visa compreender a lógica de grupos e instituições quanto aos seus processos históricos e sociais e a implementação de políticas públicas adequadas para os mesmos. (MINAYO, 1993, 2005, 2008; POUPART, 1997).

Os métodos da pesquisa qualitativa são diversificados e variáveis. Por ser abrangente, esse tipo de pesquisa contempla diversos pontos de vista, tanto epistemológicos quanto teóricos, além de pressupor a pluralidade de técnicas e dos objetos estudados (POUPART, 1997). O desenvolvimento das estratégias metodológicas empregadas nas pesquisas permite uma ampla compreensão dos fenômenos, isto é relevante se consideramos que os fenômenos da área da saúde pública são complexos e seu entendimento exige abordagens multidisciplinares e a combinação de estratégias metodológicas de investigação (KNAUTH, 2014).

4.1 DESENHO DO ESTUDO

Para o desenvolvimento desse estudo foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa. A escolha da pesquisa qualitativa descritiva ocorreu devido à necessidade de entender com profundidade os fatores e as múltiplas variáveis que interferem na compra de alimentos oriundos da AF no município de São Paulo. Foram utilizadas algumas ferramentas desse tipo de investigação, como a entrevista e a utilização de documentos para construir os dados e produzir as informações. O material essencial desse tipo de pesquisa é a fala cotidiana, expressa em palavras, inclusive nas relações e discursos técnicos e burocráticos (MINAYO, 1993). Espera-se que a partir da avaliação da perspectiva local, seja possível identificar os

avanços, as dificuldades e os caminhos percorridos para a implementação da compra de alimentos da AF no município de SP.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

4.2.1 A cidade de São Paulo

A Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE) está localizada no município de São Paulo. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 a população estimada da cidade era de 12,04 milhões de habitantes. No último censo demográfico feito em 2010, a população do município foi estimada em aproximadamente 11,25 milhões de habitantes, com cerca de 5,3 milhões de homens e 5,9 milhões de mulheres. De toda a população paulistana, 101.159 reside na zona rural, o que representa 0,9% da população (IBGE, 2010).

A extensão territorial da cidade de São Paulo é de 1.527 Km², este espaço é subdividido em 32 subprefeituras, a fim de otimizar sua administração. O Plano Diretor do município, aprovado em 2014, definiu as áreas de zoneamento urbano e rural, o que equivale à 1079,4 km² (70,7%) e 448,0 km² (29,3%), respectivamente (SMDU, 2015).

A maior parte das áreas com potencial agrícola estão localizadas na Zona Sul da cidade, no território das Subprefeituras de Parelheiros, Capela do Socorro e M'Boi Mirim. Nestas regiões são desenvolvidas atividades produtivas que vão desde a horticultura à extração mineral e vegetal, passando pelo ecoturismo e turismo rural. Estas áreas abrigam cerca de 435 agricultores que estão envolvidos em diversos tipos de cultivos. Dentre os agricultores, 62 possuem DAP física.

Na zona Leste também existem áreas rurais que mudam a paisagem do mosaico urbano, com valiosos esforços para o desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades. Ali, a produção ocorre principalmente nos bairros de São Mateus, Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes, com ênfase na produção de hortaliças e fruticultura. Tais culturas são executadas por agricultores que não podem regularizar seu status de AF devido à impossibilidade em obter a DAP, pois seus locais de moradia e lavoura se encontram em áreas consideradas urbanas. Já

na Zona Norte, a produção agrícola tem importante papel na proteção de maciços, como a Serra da Cantareira.

4.2.2 A Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE

O local escolhido para o desenvolvimento do estudo foi a CODAE. Essa coordenadoria é responsável pela gestão e execução do PAE/SP, que faz parte do PNAE. Atualmente o PAE/SP fornece em média cerca de 2,28 milhões de refeições ao dia, atendendo cerca de 970 mil alunos matriculados nas mais de 3 mil unidades escolares da RME¹. Isto representa uma cobertura de 8,2% da população do município. No PAE/SP coexistem quatro tipos de gestão:

1. Gestão direta – manipuladores, técnicos, alimentos e logística são de responsabilidade da prefeitura;
2. Gestão mista – manipuladores, técnicos, insumos, utensílios, equipamentos e mobiliário são de responsabilidade da empresa contratada. A CODAE fornece os alimentos e fiscaliza o serviço prestado pela empresa contratada;
3. Gestão conveniada – manipuladores, técnicos, insumos, utensílios, equipamentos e mobiliário são de responsabilidade da entidade conveniada. A CODAE fornece os alimentos, faz o repasse dos recursos financeiros e acompanha a gestão da alimentação escolar;
4. Gestão terceirizada – manipuladores, técnicos, alimentos e logística são de responsabilidade da empresa contratada e a CODAE fiscaliza essa prestação de serviço;

Devido à dimensão do PAE/SP, a CODAE conta com 226 servidores, dentre eles há 112 nutricionistas, 7 médicos veterinários, 6 engenheiros agrônomos, 9 professores de cargo efetivo por hora designados a exercer atividades na CODAE, 2 contadores, 39 Auxiliares Técnicos de Educação, 11 Assistentes Gestão de Políticas Públicas. Os outros 40 servidores estão distribuídos em diferentes cargos, como agente de apoio, assistente de suporte técnico e assistente técnico de saúde.

¹ Referência - agosto de 2016. Dados internos, não publicados.

4.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

O grupo selecionado para fazer parte do estudo é composto por profissionais da CODAE, que fazem a gestão do PAE/SP.

4.3.1 Seleção dos participantes

A escolha dos participantes da pesquisa foi realizada à luz da necessidade de se obter as informações com a maior profundidade possível, concentrando-se nos setores institucionais específicos relacionados com a aquisição da produção familiar, como orienta Knauth (2000). As pesquisas qualitativas são desenvolvidas para fornecerem uma visão dentro do grupo pesquisado ou uma visãoêmica², neste caso, como se define a compra de alimentos oriundos da produção familiar (FLICK, 2009). Isto posto, escolheu-se trabalhar com grande quantidade de questões e um número reduzido de entrevistados, conforme proposto pela autora. (KNAUTH, 2000).

A seleção dos indivíduos foi feita por conveniência, baseada no proposto por Minayo (2010), que pressupõe eleger participantes com mais experiência, que estão ou estiveram em posição de revelar o histórico das experiências e práticas realizadas para implementação da compra da AF. A partir da contextualização da pesquisadora sobre a história do local e de informações referentes aos envolvidos com o processo de compra no período aqui compreendido, 6 servidores públicos foram convidados para participar da pesquisa (BEAUD; WEBER, 2007; FLICK, 2009, KNAUTH, 2000; MINAYO, 2010).

De acordo com Beaud e Weber (2007) as entrevistas aprofundadas não precisam ser numerosas, por não objetivarem produzir dados quantificados.

“Não procure entrevistar todo mundo, aprenda a escolher pessoas que lhe pareçam interessantes para sua pesquisa e a fazer entrevistas no tempo adequado”.

Todos convidados aceitaram participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para definir se o número de

² Êmica é o conhecimento próprio do indivíduo pertencente a uma cultura determinada, expresso na lógica interna do seu sistema de conhecimento.

entrevistados estava adequado foram avaliados os critérios de qualidade dos registros – se tinham clareza e se eram suficientes para compor a análise das informações, conforme proposto por Gomes (2010).

4.4 A CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS E A PRODUÇÃO DOS DADOS

A pesquisa qualitativa é baseada em métodos de pesquisa que estão voltados ao “universo social” e demanda para o pesquisador a exploração e interpretação de dados de diferentes fontes. Essa metodologia é flexível e dinâmica e busca compreender os significados e as experiências. O processo da investigação qualitativa não é linear ou sequencial e evolui ao longo da investigação, permitindo maior detalhamento e aprofundamento das informações (ROSALDO, 1993; POPE; MAYS, 2000; CAPRARA, 2008; ZYZANSKI et al., 1992).

“A seleção acurada do instrumental teórico e metodológico propicia a aproximação da construção da realidade, ao mesmo tempo que mantém a crítica sobre as condições para compreender o objeto e seus procedimentos” (MINAYO, 2008, p. 42).

A pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira, houve a construção do referencial teórico e o levantamento dos documentos e dados disponíveis na CODAE. Na segunda etapa, foi feita a descrição do processo de chamada pública, a sistematização dos seus dados e a construção do roteiro da entrevista. Na terceira etapa, as entrevistas foram realizadas e transcritas, as informações analisadas e os resultados construídos.

4.4.1. A construção do referencial teórico e o levantamento dos documentos disponíveis

Para a construção do referencial teórico foram feitas buscas por artigos em bases de dados como Lilacs, Bireme, Dedalus-USP, Google Acadêmico. Além destes, os textos e documentos do FNDE, MDS, MDA e cartilhas publicadas sobre os temas da agricultura familiar e da alimentação escolar também fizeram parte.

Para o levantamento dos documentos institucionais o diálogo com os gestores foi fundamental, para que fosse possível identificar quais documentos analisar e onde encontrá-los.

4.4.2 Sistematização e descrição dos dados

A sistematização dos dados ocorreu a partir da consulta aos Processos Administrativos das CP e documentos da CODAE. Ela tinha o objetivo de descrever a evolução da compra de alimentos da AF. Os dados de Chamadas Públicas (CP) que foram sistematizados pertencem ao período entre 2009 a 2016. Escolheu-se 2009 como marco histórico, por ser o ano de promulgação da Lei 11947/2009 que estabelece a vinculação da AF com o PNAE. A descrição do processo de compra por CP foi feita conforme fluxo de procedimentos internos da SME. Para este estudo também foram avaliados os projetos de venda encaminhados pelas cooperativas para participar das CP.

4.4.3 Entrevista como método de produção de dados

A entrevista é um processo de interação verbal, não verbal e social, que ocorre principalmente através da linguagem. É a comunicação entre o pesquisador, que tem seu objetivo previamente definido, e o entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta (HAGUETTE, 1997).

Essa técnica faz parte da gama de métodos da pesquisa qualitativa, e sua utilização é indicada quando as informações forem de difícil ou impossível observação. Ela é indicada para captar informações sobre a opinião ou percepção dos fatos, um meio adequado de fazer a pessoa descrever o que viveu e o que observou. Também pode complementar a pesquisa com acontecimentos históricos que não puderam ser observados pelo pesquisador. Ela é indicada para construir o conhecimento a cerca de informações a respeito da estrutura e funcionamento de um grupo ou instituição. A entrevista é capaz de dar conta do ponto de vista dos atores sociais, além de fornecer informações necessárias para compreender e interpretar a realidade dos participantes. O entrevistado é um observador, com o

qual se tentou verificar e reconstituir essa realidade. (POUPART et al., 2012; QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008; MANZINI, 2014).

De acordo com Poupart (2012) a entrevista é considerada uma forma adequada para conduzir o entrevistado a dizer o que pensa, viveu e/ou observou. Uma entrevista de qualidade deve permitir que o entrevistado se refira aos fatos satisfatoriamente, e que essa história seja considerada como verdadeira, uma reconstrução da realidade. O interesse pelo uso de entrevistas com perguntas abertas está associado à expectativa de que os pontos de vista dos participantes sejam expressos e eles tenham mais liberdade de desenvolver as respostas, quando comparados a entrevista feita por questionário (FLICK, 2009).

Considerando-se a necessidade de resgatar informações pregressas e descrever o processo histórico de implementação da compra, a entrevista foi escolhida como ferramenta para construção dos dados, pois se entende que as pessoas envolvidas no processo têm conhecimento e capacidade para contribuir com esta pesquisa.

Há alguns tipos diferentes de entrevistas, determinadas pela forma que são conduzidas e o tipo de pergunta que será aplicada. Para essa pesquisa foi selecionada a entrevista com roteiro semiestruturado.

De acordo com Lakatos e Marconi (1996), para que a entrevista seja executada de maneira adequada, é importante que haja planejamento antecipado, tendo em vista o objetivo a ser alcançado. A entrevista deverá ser marcada com antecedência e deverá ocorrer em condições de ambiente favoráveis, garantindo ao entrevistado a confidencialidade das informações e da sua identidade. É necessário que o pesquisador esteja preparado, tenha conhecimento do roteiro com as questões importantes. É desejável que os interlocutores tenham familiaridade com o tema.

4.4.4 Desenvolvimento do roteiro para entrevista

Para o desenvolvimento adequado da entrevista utilizou-se um roteiro baseado nos objetivos deste estudo, como sugerido nas referências bibliográficas para pesquisa qualitativa. O roteiro foi utilizado para garantir a obtenção de informações básicas, e como um meio para o pesquisador se organizar no processo

de interação com o informante e manter a atenção do entrevistador num campo semântico (MANZINI, 2003, 2014).

A partir dessa perspectiva é possível que a entrevista seja feita de forma mais livre, podendo emergir respostas espontâneas, não condicionadas a uma padronização de alternativas. As perguntas principais planejadas podem ser complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (MANZINI, 1990/1991).

Para que o roteiro seja elaborado de forma adequada aos objetivos da pesquisa, devem ser consideradas a vivência do pesquisador, literatura sobre o tema, apreciação dos juízes³ e as informações que serão obtidas na entrevista piloto (BELEI et al., 2008). Assim, o roteiro das entrevistas realizadas nessa pesquisa (ANEXO I) foi formulado com base na literatura referente a políticas públicas, PNAE e a expertise dos pesquisadores no tema abordado. A linguagem utilizada foi adaptada à população investigada. No roteiro, havia a possibilidade de acrescentar novos tópicos caso fossem citados pelos informantes e demonstrassem serem significantes para eles e para os objetivos do estudo.

A estrutura do roteiro e a sua clareza foram testadas em uma entrevista piloto, realizada com sujeitos com características semelhantes. Desta maneira, a entrevista piloto foi realizada com uma servidora pública da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que trabalha com a aquisição de alimentos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Algumas alterações foram feitas no roteiro depois de identificadas as dificuldades nessa entrevista. Mesmo com esses ajustes, após realização da primeira entrevista, o roteiro teve pequenas alterações, para que as perguntas fossem mais curtas e que não houvesse mais de uma pergunta a cada questionamento. Também foram acrescentadas questões que não foram previstas inicialmente pela pesquisadora.

³ Os juízes são geralmente pessoas envolvidas em pesquisas, capacitados na avaliação e ajuste do roteiro. Seu papel fundamental é indicar se os termos utilizados são compreensíveis e adequados à população a que se destina, se há questões que geram dificuldade de interpretação, se o instrumento favorece o envolvimento do entrevistado na resposta das questões e se atinge o objetivo proposto.

4.5 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Sabe-se que quando o pesquisador tem muita familiaridade com o tema do estudo é possível que exista dificuldade em tomar a distância necessária para reconsiderar as evidências ou racionalizações próprias ao grupo. Para evitar conflitos de interesses, uma vez que o pesquisador é também servidor público do local de estudo, será garantido aos entrevistados que as informações são confidenciais e utilizadas apenas para fins de pesquisa.

As entrevistas foram individuais e previamente marcadas, de acordo com a disponibilidade dos participantes. Elas foram conduzidas pela pesquisadora em uma sala reservada dentro da CODAE. Esse espaço é isolado e garante a confidencialidade das informações. Não há trânsito de pessoas e foi possível realizar as entrevistas sem interrupções. A entrevistadora seguiu o roteiro pré-definido, mas esteve livre para formular novas perguntas quando percebia que o assunto deveria ser aprofundado. Todos os diálogos foram registrados em gravador digital da SONY® e transcritos na íntegra para preservar ao máximo as falas literais dos depoentes. Para a digitação das transcrições do conteúdo foi utilizado o *software* Microsoft Word 2010®.

Devido ao fato de trabalhar com o tema da Agricultura Familiar na coordenadoria, foi necessária a apresentação e reforçar a minha condição naquele momento como aluna de mestrado do Programa de Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública e esclarecer que não estava ali como gestora. Apresentei-lhes os objetivos do projeto e informei que não havia certo ou errado nas respostas e que era importante a opinião deles. Em seguida foi entregue, lido e assinado o TCLE. As entrevistas ocorreram entre agosto e setembro de 2015, e tiveram duração média de 60 minutos. Após o término de cada entrevista, foi feita uma reflexão sobre sua condução.

4.6 O CAMINHO DA ANÁLISE DOS DADOS

4.6.1 Análise de documentos

Os documentos selecionados para fazer parte dessa pesquisa foram lidos na íntegra. A partir dessa leitura foram selecionadas as informações que fazem parte da análise e da descrição do processo de implementação da política pública e da CP. Essa seleção foi feita com base nos conhecimentos prévios dos pesquisadores, no objetivo da pesquisa, na Lei 11.947/2009 e nas referências da literatura. Nos projetos de venda foram identificados e descritos o perfil das cooperativas, sua localização, número de famílias envolvidas no fornecimento, número de mulheres agricultoras, fornecimento de alimento orgânico, entre outros.

Os dados foram sistematizados em planilhas e tabelas no *software* Microsoft Excel 2010® e os gráficos foram elaborados no GraphPad Prism 5®.

4.6.2 Análise das entrevistas

Para analisar as entrevistas foi utilizado o método da análise de conteúdo. Esta técnica reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento. O método trabalha com a mensagem e procura conhecer o que está por trás das palavras analisadas em determinado contexto. Para isso, considera as mensagens verbais e não verbais, que estão vinculadas às condições contextuais de seus produtores. A semântica é aqui entendida como a busca descritiva, analítica e interpretativa do sentido que as pessoas atribuem às mensagens. É importante que seja feita uma análise consistente do conteúdo das mensagens, o que implica comparações contextuais, que devem ser direcionadas a partir da sensibilidade, intencionalidade e da competência teórica do pesquisador (FRANCO, 2012). A partir dessas informações é possível fazer inferências sobre o seu conteúdo, de forma prática. Nesta análise, a expressão do sujeito ocorre através do texto e o pesquisador busca categorizar as unidades deste texto, sejam elas palavras ou frases. A compreensão do indivíduo será analisada dentro da sua especificidade histórica e dos determinantes de suas relações sociais, a partir das falas e depoimentos (BARDIN, 1977; BAUER, 2002; CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Para a análise e construção das informações obtidas nas entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), segundo ela:

"Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens" (Bardin: 1977, 42)

A modalidade temática da análise de conteúdo foi selecionada por ser mais adequada aos objetivos deste estudo. Primeiro a entrevista foi transcrita, na sequência as informações foram processadas em 3 etapas, conforme proposto por Bardin (2011) e Franco (2012): 1) a pré-análise – etapa para organização do material transcrito, foi feita a leitura flutuante e depois a leitura detalhada desse material a fim de conhecer e analisar os textos. Nesta etapa ocorreu o destaque dos indicadores que fundamentaram a interpretação das informações; 2) a exploração do material – nesta etapa ocorreu a seleção, a síntese e a codificação das informações. As unidades de contexto (UC) foram identificadas e delas foram extraídas as unidades de registro (UR), a partir de recorte de trechos das entrevistas. As UR foram agrupadas conforme semelhança de conteúdo. 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação – a partir da análise dos grupos de UR definidos na etapa anterior, foram criadas as categorias. Após a definição das categorias, houve o reagrupamento de algumas informações. Nesta etapa, a percepção dos sentidos e do significado do material produzido foi fundamental para a construção do texto. (BARDIN, 2011; FRANCO 2012). A partir do material produzido com base na análise realizada nestas 3 etapas, foram criadas 3 categorias que estão descritas nos resultados.

5. ASPECTOS ÉTICOS

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética, cujo parecer final foi liberado em dezembro de 2015. O certificado de apresentação para apreciação ética (CAAE) N° 49291515.4.0000.5421, atende às exigências da Resolução N° 466 de Dezembro de 2012. Os sujeitos foram convidados por e-mail para participar da pesquisa, todos responderam o e-mail confirmando o interesse em participar. A anuência dos informantes foi garantida pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por cada um dos entrevistados (ANEXO II). Para proteger a identidade dos entrevistados e preservar o sigilo das informações prestadas, os sujeitos foram indicados como S1, S2, S3, S4, S5 e S6.

Esta pesquisa está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre o Departamento de Alimentação Escolar e a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no ano de 2014, válido por 5 anos (ANEXO III).

6. RESULTADOS

6.1 A COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

6.1.1 O processo de compra da Agricultura Familiar

A compra de alimentos oriundos da produção familiar pela prefeitura de São Paulo ocorre somente de cooperativas ou associações. Esse critério é uma opção dos gestores do PAE/SP, que está garantido pela resolução 26/2013⁴ aos municípios que recebem repasse financeiro superior a R\$700.000,00 (setecentos mil reais) (BRASIL, 2013). Esse critério foi adotado devido à dificuldade dos gestores em acompanhar a execução do número de contratos com agricultores individuais que precisariam ser firmados para atender a demanda do PAE/SP.

A primeira etapa do processo de CP é a definição do objeto a ser adquirido. Nele está discriminado o quantitativo necessário dos alimentos, seus documentos e especificações técnicas, as quais incluem características de composição, sensoriais, laudos e análises, fichas técnicas. O setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Divisão de Nutrição Escolar (DINUTRE) é responsável por essa etapa. A definição de qual alimento será adquirido da agricultura familiar é o resultado da análise da demanda do PAE/SP e da oferta da AF que é promovida através de diálogo contínuo entre as partes. Na sequência, é realizada a pesquisa de mercado para definição do preço de referência. Essa pesquisa é realizada pela Divisão de Licitações (DILIC) da Coordenadoria de Administração, Finanças e Infraestrutura (COAD) da SME. Diferente das licitações clássicas, onde a aquisição é determinada pelo menor preço, nas CP, o valor definido pela DILIC é oferecido por todos os candidatos e o vencedor é selecionado de acordo com os critérios sociais pré-definidos na resolução 04/2015. A boa execução nessa etapa é fundamental para o êxito da CP.

⁴Resolução 26/2013 - Art. 30 - nos Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais onde o valor total de repasse do FNDE para execução do PNAE seja superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano, a EEx poderá optar por aceitar propostas apenas de organizações com DAP Jurídica, desde que previsto na chamada pública.

Após definido o preço, o processo segue para a Divisão de Finanças (DIFI). Nessa etapa é realizada a reserva financeira⁵. Em seguida, a minuta do edital da CP é elaborada pelo núcleo de contratos, com o auxílio do P&D e do Núcleo de Agroecologia e Agricultura Familiar (NAAF). O processo é submetido para análise da Assessoria Jurídica (AJ) da SME. Em caso de divergências, o processo retorna para ajustes na CODAE. Caso a CP seja aprovada, o edital segue para chamamento público, mediante divulgação no diário oficial e em jornais de grande circulação. O documento é disponibilizado no sítio eletrônico da CODAE e seu endereço é enviado para o MDA-SP que encaminha para os agricultores cadastrados. Esse procedimento garante a extensa publicidade da CP e a possibilidade de acesso às cooperativas de diferentes locais do Estado e do Brasil. O prazo para a apresentação dos envelopes lacrados com a documentação é de 20 dias. Esses envelopes são abertos na Sessão Pública, que é conduzida por membros da Comissão de Avaliação e Credenciamento (CAC). Agricultores, presidente do grupo organizado, seu representante e outros interessados podem acompanhar a sessão, pois se trata de um ato público e sua data é previamente divulgada no edital da CP.

Os integrantes da CAC pertencem a diferentes setores. Parte deles confere os documentos fiscais de habilitação e parte confere os documentos técnicos, momento em que é feita a habilitação e a classificação dos potenciais fornecedores dos gêneros. Caso haja pendência nos documentos, as cooperativas têm o prazo de até 10 dias úteis para saná-las, concedido mediante decisão da CAC. Só após a regularização é feita a habilitação e classificação. A ata da Sessão Pública é redigida e publicada no diário oficial. Para alguns alimentos, há a convocação para apresentação da amostra. A análise sensorial do alimento é realizada por nutricionistas da CODAE. Caso seja reprovado, o primeiro colocado é desabilitado e o segundo classificado é convocado. O processo é avaliado novamente pela AJ, que emite parecer sobre sua validade. Uma vez aprovada, a homologação da CP é publicada. Na sequência são elaborados: o contrato, o empenho financeiro e o cronograma de entregas. O grupo detentor do fornecimento é convocado para assinar esses três documentos. Nesse dia, há uma reunião entre os gestores da CODAE e os agricultores, para sanar as dúvidas sobre procedimentos e prazos. A partir dessa data a cooperativa tem até 30 dias para iniciar o fornecimento.

⁵ Nesta etapa é que se garante que há dinheiro para adquirir os alimentos

Nessa fase é iniciada a execução dos contratos. A Divisão de Logística (DILOG) da CODAE possui setores específicos para acompanhar as etapas do fornecimento. A equipe da Comissão Permanente de Recebimento de Alimentos (CPRA) – composta por Nutricionistas, Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários – orienta e verifica a adequação dos laudos, análises e *layout* de embalagem. O recebimento é realizado em algum dos centros de distribuição. Na sequência, o setor de Expediente Contábil recebe os documentos fiscais e encaminha para pagamento. O procedimento é diferente para alimentos *in natura*. Neste caso, contrata-se o alimento para ser entregue diretamente na escola e a logística é de responsabilidade da cooperativa. Portanto, é necessário conferir se os produtos foram recebidos em quantidade e condições adequadas. Essa etapa é realizada pelo Setor de Gestão de Contratos, que confere todas as guias de remessa⁶ que atestam o recebimento dos alimentos. O pagamento das entregas é feito 30 dias após o recebimento na coordenadoria da nota fiscal, juntamente com todos os documentos que a acompanham.

Na CODAE há servidores destacados exclusivamente para acompanhar o processo da CP, desde a especificação do objeto ao pagamento da nota fiscal. Eles também são responsáveis pelo suporte a todos os setores envolvidos com esse tipo de aquisição ao longo de toda a execução contratual, assim como o suporte às organizações de produtores. Atualmente, o NAAF é composto por uma equipe multidisciplinar (nutricionista, engenheiro agrônomo e advogada).

Em 2016, a prefeitura iniciou a transição dos processos administrativos físicos para eletrônicos. Todas as aquisições de alimentos iniciadas neste ano foram realizadas pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Segundo relato dos gestores, esse procedimento trouxe celeridade ao andamento dos processos e eficiência à sua gestão e acompanhamento.

⁶ A Guia de Remessa é um documento que contém a lista de alimentos entregue na escola. Geralmente o responsável pelo recebimento na escola assina esse documento e atesta que recebeu a contento, todos os itens da lista.

6.1.2 A evolução das chamadas públicas

Entre 2009 e 2011, não foi possível efetuar nenhuma compra da agricultura familiar. Os motivos que inviabilizaram a compra de alimentos oriundos desse tipo de produção foram diversos e estão descritos posteriormente.

Em 2012, a primeira CP foi concretizada, a qual resultou na compra de arroz parboilizado. A compra deste produto foi regida pela estratégia inicial adotada para a aquisição de alimentos que abrangia os seguintes critérios:

1. Segurança: direcionamento das compras para os produtos menos perecíveis, com entrega centralizada para facilitar o processo logístico, e com produção existente entre os agricultores familiares;
2. Dimensão: aquisição dos chamados “carros-chefes” da alimentação escolar, garantindo assim avanços consideráveis já em um primeiro momento de aplicação da Política Pública;
3. Universalidade: compra de produtos que poderiam atender aos diferentes perfis de unidades educacionais da RME, bem como diferentes faixas etárias.

Quanto ao seu resultado final, as CP podem ser classificadas em exitosas, fracassadas e desertas. São consideradas exitosas quando as propostas de cooperativas vieram acompanhadas de toda a documentação técnica e fiscal, de acordo com o exigido no edital, o alimento foi aprovado na análise sensorial e o contrato foi assinado. As CP são consideradas fracassadas quando recebem propostas das cooperativas, mas por alguma inadequação não há fornecedor habilitado, ou por dificuldade burocrática no processo. Enquanto as CP desertas não receberam propostas de cooperativas interessadas no fornecimento. A relação de todas as CP que ocorreram entre 2012 e 2016 estão descritas na figura 1, assim como sua respectiva classificação.

Figura 1. Distribuição das chamadas públicas, de acordo com os critérios de classificação, de 2012 a 2016. São Paulo, 2016.

Chamadas Públicas	ANO				
	2012	2013	2014	2015	2016
Exitosa	1. Arroz parboilizado	1. Arroz parboilizado 2. Suco de laranja 3. Arroz longo fino	1. Arroz parboilizado 2. Suco de laranja 3. Arroz longo fino 4. Feijão carioca 5. Suco de uva 6. Banana nanica e prata	1. Arroz parboilizado 2. Suco de laranja 3. Arroz longo fino 4. Feijão carioca 5. Suco de uva 6. Banana nanica e prata 7. Óleo de soja 8. Feijão preto 9. Farinha de mandioca 10. Fubá 11. Iogurte morango e frutas 12. Carne suína 13. Mandioca descascada 14. Frutas cítricas (laranja, limão e tangerina)	1. Arroz parboilizado 2. Arroz longo fino 3. Suco de uva 4. Banana nanica e prata 5. Farinha de mandioca 6. Fubá 7. Iogurte morango e frutas 8. Carne suína
Fracassada	-	4. Néctar de pêssego 5. Feijão Carioca	7. Bebida Láctea UHT	-	9. Bebida láctea UHT 10. Suco de laranja 11. Arroz parboilizado
Deserta	-	6. Óleo de soja 7. Feijão Preto	8. Farinha de mandioca	-	12. Suco de uva integral 13. Óleo de soja 14. Feijão preto

Fonte: elaborada pela autora, Informações disponíveis no endereço eletrônico da CODAE⁷.

⁷ Pode ser acesso pelo link:

<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Chamadas-Publicas-para-aquisicao-de-generos-da-agricultura-familiar-de-2016>

Em 2013, de 7 Chamadas Públicas propostas, apenas 3 obtiveram êxito, o que resultou na aquisição de 3 tipos de alimentos. Os insucessos ocorreram principalmente porque as cooperativas não apresentaram toda a documentação exigida para o fornecimento. Em um dos casos, embora toda a documentação e a amostra por parte da cooperativa estivessem satisfatórias, a aquisição de feijão carioca foi inviabilizada pela existência de um processo de compra por licitação concomitante com a CP. O preço registrado na CP era 55% superior ao preço da licitação e essa diferença representaria um custo adicional de aproximadamente 1 milhão de reais para o município. Tal motivo fez com que essa CP fosse declarada fracassada.

Por outro lado, ao entrar em contato com os possíveis fornecedores das CP que restaram desertas, concluiu-se que as dificuldades para atender as exigências de laudos e de rotulagem foram as principais causas para o desinteresse da CP de óleo de soja. Para o feijão preto, as cooperativas manifestaram não ser vantajosa a confecção de embalagem nos moldes exigidos no edital da CP da prefeitura de SP em razão do baixo quantitativo estabelecido.

Em 2014, foram autuados oito processos de CP. Destes, seis ocorreram com êxito, o que resultou na aquisição de sete alimentos. Uma das estratégias foi repetir as aquisições bem sucedidas do ano anterior. Neste ano, destaca-se a aquisição de feijão, que em conjunto com o arroz, significou ter os alimentos do prato base da refeição dos alunos oriundos da produção familiar. Além disso, concretizou-se a aquisição da banana, primeiro alimento *in natura* comprado direto do AF. A construção dessa CP considerou o conjunto das necessidades da PMSP e dos agricultores familiares fornecedores potenciais deste alimento. Essa compra continha dois desafios: a perecibilidade do alimento *in natura* atrelada a entrega ponto a ponto. Esse formato de compra foi impulsionado pelos motivos:

1. O produto *in natura* tem sua aquisição amplamente recomendada pelas diretrizes do FNDE, que busca promover hábitos alimentares saudáveis;
2. Este tipo de aquisição é fundamental, pois o agricultor familiar detém quase toda a cadeia produtiva dos alimentos *in natura*;
3. A contratação da logística ponto a ponto, que já era utilizada pela prefeitura para distribuição dos alimentos da feira adquiridos por licitação, foi mantida.

Ainda em 2014, buscou-se aumentar o número de fornecedores do Estado de São Paulo. Essa ação teve o objetivo de atender uma das principais premissas da Lei Federal que é o desenvolvimento rural em âmbito local. A única CP fracassada nesse ano era referente à compra de bebida láctea. Isto ocorreu porque nenhuma cooperativa apresentou a documentação completa para o fornecimento deste item. A justificativa empregada pelos fornecedores foi o baixo preço de referência associado à CP. A farinha de mandioca foi o único alimento cuja CP foi deserta, em razão dos fornecedores não terem conseguido estabelecer parceria com a indústria terceirizada que faria o beneficiamento da mandioca. Outra cooperativa relatou dificuldade na interpretação do Edital.

Já em 2015, o êxito obtido em todas as CP realizadas possibilitou aumentar a variedade de alimentos adquiridos da AF, de 7 para 18. Neste ano foram introduzidos alimentos típicos da cultura alimentar brasileira, como o feijão preto, a farinha de mandioca e o fubá de milho, além do iogurte. Essa inserção promove o resgate à cultura alimentar local, e atende ao exigido na resolução 26/2013⁸, aspecto fundamental em um contexto de educação alimentar e nutricional no meio escolar.

Com a intenção de iniciar o fornecimento de alimentos da AF concomitante ao início das aulas, no final de 2015 foram autuados 20 processos de CP, cujas sessões públicas ocorreriam em 2016. Entretanto, foram realizadas 14 sessões públicas devido às dificuldades encontradas durante o encaminhamento dos processos. Destas CP, foi possível assinar 8 contratos para aquisição de 10 alimentos. Vale ressaltar que na CP de arroz longo fino, apenas 30% do montante necessário foi proposto por uma cooperativa. Outras cooperativas consultadas alegaram que o preço de referência estava baixo.

Quanto às CP desertas, o baixo preço de referência determinou o insucesso da CP de suco de uva. As cooperativas de feijão preto e óleo de soja referiram dificuldade em encontrar uma indústria beneficiadora. A CP de bebida láctea

⁸ Art. 14 Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

fracassou, pois havia uma Ata de Registro de Preço (ARP)⁹ registrada em R\$ 0,69 enquanto o preço da CP era R\$ 1,35 a unidade de 200 mililitros, aproximadamente 96% maior. Considerando-se o volume contratado, a opção de adquirir via ARP ao invés de comprar diretamente da agricultura familiar representou uma economia de quase R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

A distribuição da classificação das CP em cada ano de execução do PAE-SP está representada abaixo (figura 2).

Figura 2. Classificação das Chamadas Públicas entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

6.1.3 Análise da compra da agricultura familiar

A implementação da política pública de aquisição de alimentos da agricultura familiar representa um desafio para os gestores devido à dimensão do PAE/SP, volumes necessários para abastecer as unidades escolares e a burocracia imposta pela máquina pública. Contudo, o conjunto de esforços descritos nos resultados das entrevistas demonstra o sucesso da iniciativa dos gestores em implementar esta

⁹ ARP é um recurso usado na contratação de bens e serviços, por meio de licitação na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas assumem o compromisso de fornecimento a preços e prazos registrados previamente.

política pública. Isto pode ser observado na figura 3, que evidencia o crescimento dos valores contratados nessa modalidade de compra entre 2012 e 2015.

Figura 3. A evolução do valor contratado da Agricultura Familiar entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

Em 2016 houve uma redução do valor destinado para a aquisição de alimentos dessa origem em decorrência das dificuldades encontradas pelos gestores. O decreto que alterou a pesquisa de preço, os baixos preços de referência que foram definidos, a burocracia que existe no processo de CP no município de SP e às dificuldades orçamentárias que foram impostas nesse ano são exemplos dos desafios que limitaram a compra da AF.

O valor absoluto crescente de aquisição da AF sugere que o processo de implementação da política pública foi efetivo, apesar de não ter alcançado os 30% do repasse para a alimentação escolar. Entre os anos de 2012 e 2015, é possível notar o crescimento progressivo da proporção de compra de alimentos provenientes da AF, com exceção de 2016 (Figura 4). Neste ano, apesar de o percentual ser semelhante ao anterior, o montante destinado à compra da AF foi menor. Isso ocorreu devido ao fato de o valor repassado pelo governo federal ter sido reduzido em aproximadamente 60 milhões de reais.

Figura 4. Percentual do repasse do Governo Federal utilizado para compra de alimentos da Agricultura Familiar entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

A política pública é recente e, portanto, faz-se necessário descrever os tipos de alimentos que estão sendo adquiridos pelo município. A diversidade dos alimentos oriundos da produção familiar variou de ano a ano, com o predomínio das compras de alimentos sólidos (Figura 5).

Figura 5. Quantidade de alimentos sólidos (toneladas) e líquidos (quilolitros) contratados da Agricultura Familiar entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

As diretrizes do PNAE referem-se ao respeito aos hábitos alimentares locais e ao aumento do consumo de alimentos *in natura* por parte dos escolares. Essa diretriz é importante, pois o agricultor detém quase todas as etapas da produção desse tipo de alimento. Na sequência os minimamente processados, pois o beneficiamento conta com processos simples de industrialização. É importante avaliar criticamente a aquisição de alimentos que utilizam a agroindústria com processos complexos para sua produção. Isso porque estes procedimentos geralmente estão distantes da realidade do agricultor familiar e suas organizações que tem que contratar o serviço de industrialização. O valor destinado a esse processo é descontado do limite de venda¹⁰ do agricultor para o município, portanto, diminui o valor que chega às mãos do agricultor. Os valores destinados à aquisição de cada um desses tipos de alimentos entre 2012 a 2016 estão demonstrados na figura 6.

Figura 6. Valor destinado à compra de alimentos da Agricultura Familiar, de acordo com sua classificação. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

Uma das estratégias utilizadas foi o aumento progressivo da compra de alimento *in natura* entre 2014 e 2016. A primeira aquisição foi de 700 toneladas para atender as escolas de 9 subprefeituras. Em 2016, foram cerca de 1.500 toneladas para atender as escolas de 18 subprefeituras. Neste ano ocorreu a primeira

¹⁰ Cada agricultor pode vender até 20 mil reais por ano para o município.

aquisição de alimento produzido por comunidade remanescente de quilombo para a prefeitura de São Paulo.

A vinculação da produção familiar à alimentação escolar surge como uma política pública reintegradora da cadeia de abastecimento. Essa ligação fornece aos atores envolvidos condições de enfrentamento aos problemas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), à medida que aumentam as oportunidades de produção e disponibilizam alimentos mais adequados tanto para os agricultores, quanto para os alunos atendidos pelo PAE. Ao longo dos primeiros anos de implementação da política pública na cidade de São Paulo, houve um crescimento significativo na quantidade de famílias agricultoras envolvidas com o fornecimento de alimentos para as escolas do município (Figura 7).

Figura 7. Número de Famílias Agricultoras envolvidas no fornecimento de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

Durante os cinco anos analisados, o total de 3709 famílias estiveram envolvidas no fornecimento de alimentos para a alimentação escolar de São Paulo. No primeiro ano foram 29 famílias, este valor alcançou seu ápice em 2015, com 1747 famílias. O decréscimo em 2016 ocorreu devido à redução do valor destinado a este tipo de aquisição.

A produção familiar é resultante da somatória do trabalho dos membros da família. O padrão na estruturação da família identificado ao longo da história demonstra uma hierarquia, sendo que o homem assume a posição dominante, com atividades mais valorizadas e a mulher responsável por atividades menos valorizadas. A invisibilidade do trabalho feminino leva ao não reconhecimento das mulheres como produtoras rurais e dificultam o acesso delas às políticas públicas de desenvolvimento. Apesar de seu trabalho no campo ser considerado “ajuda”, pesquisas demonstram que seu tempo de trabalho é muitas vezes igual ou maior que o dos homens, pois concilia as tarefas domésticas com atividades agrícolas (ARAÚJO; SCALON, 2005; GARCIA, 2004). Portanto, saber o número de mulheres detentoras da DAP envolvidas no fornecimento do PAE/SP torna-se fundamental ao acompanhamento da política pública. De acordo com a condição verificada em diversos setores da sociedade, nota-se uma baixa participação de DAP feminina, que varia entre 3% e 19% (Figura 8). Se considerarmos o total de agricultores, a produção de alimentos por mulheres representa apenas 18% do montante contratado.

Figura 8. Número de Agricultores Familiares envolvidos no fornecimento de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar, por sexo. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

6.1.4 Descrição do fornecimento de alimentos de acordo com os critérios sociais de seleção

Uma das diretrizes do PNAE é “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos” (BRASIL, 2009). A classificação das cooperativas nas aquisições realizadas pela PMSP diretamente dos agricultores familiares segue esses critérios.

6.1.4.1 A compra de âmbito local

Essa política pública visa fomentar circuitos curtos entre a produção e consumo. De acordo com o artigo 25 da resolução 04/2015, a seleção dos projetos de venda para fornecerem para o PNAE deve ser dividida de acordo com a localização das cooperativas, com a seguinte prioridade: grupo de fornecedores locais, grupo de fornecedores do estado, e por último, fornecedores de outros estados do país.

As cooperativas que abastecem a alimentação escolar de SP são de diferentes Estados do Brasil (Mapa 1).

Mapa 1. Origem das cooperativas que forneceram produtos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016

Fonte: Disponibilizado pela Coordenadoria de Alimentação Escolar.

O município de São Paulo, até o presente momento, não possui cooperativas formalizadas com DAP Jurídica, apesar de ter agricultores com DAP física. A ausência de organizações produtivas formais impossibilitou o acesso de agricultores da região ao PAE/SP. Portanto, durante o período do estudo não foram adquiridos alimentos produzidos no município. Para EEx que não possuem cooperativas no município para fornecer alimentos, torna-se necessária a interlocução com grupos de outros municípios do Estado. Portanto, para atender o critério de classificação de âmbito local, foram consideradas prioritárias as aquisições de alimentos do estado de SP. O Mapa 2 descreve a localização das cooperativas paulistas fornecedoras de alimentos para o PAE/SP de acordo com o tipo de item fornecido.

Mapa 2. Localização das cooperativas do Estado de São Paulo que forneceram produtos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo entre 2012 e 2016. São Paulo, 2016.

Fonte: Disponibilizado pela Coordenadoria de Alimentação Escolar.

A compra de alimentos de cooperativas do Estado de SP representa uma estratégia de desenvolvimento local e contribui para a SAN dos agricultores envolvidos. Portanto, o mapeamento da produção deste Estado fez parte das estratégias de implementação da PP. Na figura 9 estão descritas as informações sobre o fornecimento dessas cooperativas e o quanto isto representa para o total da compra da AF.

Figura 9. Percentual de compra de alimentos de famílias paulistas para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo entre 2013 e 2016. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

Em 2012, a única cooperativa fornecedora era do Estado do Paraná. Em 2013, 44% do valor adquirido de AF e 39% dos agricultores familiares passaram a ser originados do Estado de SP. Em 2015, alcançou-se a maior proporção de compras oriundas do estado de São Paulo, representando 53% do valor do repasse e 62% das famílias. A somatória dos anos resulta em aproximadamente 50% do montante contratado e 57% das famílias originárias deste estado.

6.1.4.2 Participação de cooperativas assentadas da reforma agrária

Quando mais de um agricultor do estado de São Paulo for considerado habilitado para o fornecimento de um mesmo produto, o primeiro critério de desempate é que a cooperativa seja composta por assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas ou remanescentes de quilombos¹¹. Essa política pública permite o reconhecimento e o fortalecimento da produção dos assentados de reforma agrária, legitimando estas famílias como produtoras de alimentos. Além

¹¹ Art. 25 - §4o Para efeitos do disposto neste artigo, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

disso, atua como mecanismo de inclusão dos assentados da reforma agrária na vida social e econômica local (MIRALHA, 2006; CAMARGO et al 2013).

As informações referentes à participação de cooperativas assentadas da reforma agrária no fornecimento de produtos para o PAE/SP podem ser observadas abaixo (figura 10).

Figura 10. Participação de cooperativas assentadas da reforma agrária no fornecimento de produtos para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo. A. Valor de alimentos adquiridos de famílias assentadas e não assentadas em milhões de reais. B. Percentual de aquisição de famílias assentadas ou de outras origens. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

No total, entre 2012 e 2016, 38% do valor da compra de alimentos da AF foi originado de famílias assentadas o que corresponde a 37% do total de famílias.

6.1.4.3 Participação de cooperativas fornecedoras de alimentos orgânicos

A seleção de cooperativas que forneçam alimentos orgânicos é o segundo critério de desempate. Análises sobre o uso desse tipo de produção de alimentos mostram os benefícios da sua utilização aos consumidores, ao meio ambiente e aos agricultores. Portanto, é importante a descrição deste parâmetro (LAIRON, 2009; SILVA; SOUSA, 2013).

O produto orgânico faz parte da alimentação escolar desde 2013, com a aquisição do arroz. Entre 2013 e 2016 dois tipos de arroz (longo fino e parboilizado)

fizeram parte do cardápio, ambos orgânicos e de produção agroecológica¹². Os valores destinados a compra de alimentos com esse tipo de produção, ao longo dos anos, estão descritos na figura 11.

Figura 11. Fornecimento de alimento orgânico para o Programa de Alimentação Escolar de São Paulo. São Paulo, 2016.

Fonte: elaborada pela autora.

Em 2013 a compra de arroz orgânico representou 40% do total da compra da AF. Ao somar o valor investido entre 2013 e 2016, a compra de alimento orgânico representou 20% do total adquirido de origem familiar.

6.2 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O processo de implementação da política pública é complexo. Para se alcançar uma descrição detalhada desse histórico utilizou-se de entrevistas com os membros da CODAE. Participaram da pesquisa 6 servidores públicos que compõem a equipe da CODAE. A maioria dos entrevistados possui o seguinte perfil: mulheres e servidores públicos concursados da CODAE, com ensino superior completo.

¹²Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres), cultural (respeito às culturas tradicionais e locais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais).

Quanto ao tempo de trabalho na Alimentação Escolar, metade dos entrevistados referiram trabalhar há mais de 20 anos e os outros trabalham entre 3 e 5 anos na área.

A partir das entrevistas transcritas emergiram as seguintes categorias:

1. Histórico da Política Pública de Compra da Agricultura Familiar: contexto, dificuldades e ações para a implantação no município de São Paulo;
2. Processo de Compra e Execução da Política Pública: dificuldades, desafios, possibilidades e estratégias para implementação;
3. Política Pública de Compra da Agricultura Familiar: a opinião dos gestores sobre relevância e a consolidação da Política Pública.

A distribuição das unidades de registro relacionadas com cada categoria pode ser observada abaixo (figura 12).

Figura 12. Distribuição das unidades de registro de acordo com as categorias

Categoria	Histórico da PP de compra da AF	Processo de compra e execução	Política Pública de compra
Unidades de Registro	141	208	25

6.2.1 Categoria 1 – Histórico da Política Pública de Compra da Agricultura Familiar: contexto, dificuldades e ações para a implantação no município de São Paulo

Esta categoria contempla o histórico da implantação da política, suas dificuldades e as ações para sua efetivação. Seu objetivo é descrever o histórico da implantação da política de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Para isto, foram consideradas informações referentes ao período entre 2009 e 2016. Contudo, considerou-se que a fase de implantação da política ocorreu entre 2009 e 2012, por ser o ano de início da vigência da Lei e da primeira compra, respectivamente. Portanto, houve um detalhamento das informações relativas a este período. A partir de 2013, está descrito um panorama histórico geral do processo e algumas condições externas à SME que alteraram a execução da Lei.

6.2.1.1 Ações para instituir a Política

Inúmeras ações ocorreram para implantar a Lei, dentre as quais podemos destacar a participação de gestores no 5º Encontro Nacional de Alimentação Escolar, realizado em Salvador e promovido pelo FNDE, em 2010. Diversas cidades participaram do evento que contou com a exposição de alimentos dos agricultores familiares, discussões e oficinas. Essas atividades foram importantes para sensibilizar e motivar os gestores para a questão da agricultura familiar. Além dessa, outras atuações foram fundamentais, como o chamamento para audiência pública que teve ampla participação e a assessoria do MDA durante esse processo, incluindo o projeto Nutre São Paulo.

“...no final de 2010 teve um seminário, um encontro nacional promovido pelo FNDE, em Salvador, foi um encontro assim extremamente motivador para a questão da agricultura familiar...”
(S1)

“...fiz muito contato com as meninas da Via Pública, falei ‘meninas, o TCM liberou, a gente quer comprar, mas eu preciso saber o que tem, onde tem e quem tem’...” (S2)

6.2.1.2 Histórico da implantação da política pública

O Departamento de Merenda Escolar (DME) iniciou as discussões sobre a implantação da Lei ainda em 2009. Dentre os temas debatidos estavam a lista de alimentos que poderiam ser adquiridos e os critérios que seriam utilizados para condução do processo.

“...2009 começamos a conversar sobre o assunto, era um assunto novo para nós, nos preocupávamos com como isso ia ser implementado...” (S1)

No início da vigência da Lei 11.947/2009, com a necessidade de implantação da compra da agricultura familiar no município de São Paulo, percebe-se nos relatos dos gestores que havia dificuldade no entendimento da política pública, assim como na compreensão do processo de aquisição.

“...a Lei saiu, jogou e a gente tinha que fazer, mas como? Não tinha experiência de como agir...” (S5)

“...não sabiam lidar com a legislação que tinha da agricultura...” (S5)

“...a quebra de paradigma, mudança na cultura organizacional dentro do poder público foi um dos momentos de maior dificuldade no processo...” (S3)

A nova lei trouxe a possibilidade de aquisição de alimentos por meio de Chamada Pública (CP) e novos critérios para definir o fornecedor. Por isto foi necessário construir métodos para o processo de aquisição e a equipe não tinha conhecimento dos trâmites que deveriam ser seguidos. Antes dessa lei os alimentos eram comprados exclusivamente por licitação, de acordo com os critérios impostos pela Lei 8.666/93¹³, seguindo a lógica do menor preço, que rege esta Lei.

“...estava muito difícil conciliar os aspectos legais com a prática...” (S1)

“...existia grande dificuldade de entender como ia funcionar, é a cultura da 8.666...” (S1)

“...internamente, o despreparo da equipe em fazer a construção da Chamada, definição dos objetos, a sessão pública, lidar com produto diferente, tudo era novidade...” (S3)

“...quando eles lançaram a Lei, começaram a construir um edital, mas era uma coisa muito difícil de compreender, porque a gente só tinha prática de licitação, pregão eletrônico...” (S2)

No início de 2010, os servidores receberam o auxílio de um agrônomo, assessor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para a elaboração do edital para realização da primeira CP. Ele conhecia a agricultura familiar principalmente no Estado de São Paulo. As reuniões começaram com a diretoria e, em um segundo momento, alguns setores foram envolvidos para definir os produtos. A primeira CP foi estruturada para aquisição de doze alimentos. A opção por não perecíveis foi a estratégia utilizada, pois os alimentos são resistentes, o prazo de

¹³ Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 – estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

validade é maior e sua entrega é centralizada. As cooperativas entregariam no centro de distribuição e a prefeitura seria responsável pela entrega nas escolas, dinâmica já seguida nas entregas de não-perecíveis vindas de fornecedores contratados através de licitação.

Os alimentos que fizeram parte do primeiro edital da CP foram: dois tipos de arroz, dois tipos de macarrão, dois tipos de feijão, doces, geleias, sucos de frutas, leite em pó e óleo de soja. Todos os alimentos já pertenciam ao fornecimento regular de produtos para a alimentação escolar. Nesta etapa, havia dúvida com relação ao tipo e ao tamanho das embalagens. Após pesquisas, definiu-se que constariam embalagens comuns aos mercados. O processo seria feito para credenciar as cooperativas que poderiam fornecer para a prefeitura. A intenção era ajustar os pedidos para o fornecimento dos alimentos da AF com as aquisições feitas por licitação. Nesse caso, a CODAE não teria obrigação de comprar.

“...conversa entre diretoria técnica, coordenadores de setores achamos melhor começar com alguns alimentos não perecíveis, inicialmente 12 alimentos...” (S1)

“...partiu para não perecíveis – não teríamos problemas com a entrega, por ter armazém contratado, é mais fácil, entrega num ponto só...” (S1)

“...no início a ideia era de credenciamento, encaixar dentro que a gente já comprava por ata...” (S1)

Outro item importante que gerou dúvida no início da implementação da lei foi a definição do preço de referência da CP. Apesar de a resolução 38/2009 indicar a necessidade de definir o preço do alimento, no primeiro edital existiam apenas as exigências de que fosse compatível com os preços dos mercados locais vigentes, ou deveria ser igual ou menor aos dos contratos que já existiam por licitação. Os responsáveis pela compra deveriam observar os critérios de preço e sazonalidade. Havia o entendimento de que a prefeitura precisava comprar dos agricultores, mas não poderia ter prejuízo, devido a responsabilidade fiscal dos gestores.

“...uma discussão era a questão de preço, o jurídico não entendia ‘como é que é isso? Pra licitação faz pesquisa de preço, e fica no processo, como se faz para agricultura familiar?’ (...) Para

agricultura não necessariamente tem que ser o menor (preço), é aquela discussão daquela época...” (S2)

“...os critérios de preço eram nublados...” (S2)

“...como vai fazer o desempate, porque tem aqueles critérios, da territorialidade, dos quilombolas...” (S2)

“...existe uma responsabilidade fiscal, a prefeitura tem que ajudar, mas não pode ficar tomando prejuízo...” (S2)

O edital de Chamada Pública nº 1 foi publicado em 26 de maio de 2010. Na sequência da sua publicação, o Tribunal de Contas do Município (TCM)¹⁴ suspendeu o processo e enviou um ofício ao departamento com uma série de questionamentos com intuito de entender e avaliar o edital e o processo da CP.

“...o TCM suspendeu para análise, porque era muita novidade, se tudo era licitação, concorrência pública, como é que agora vem uma modalidade que não é concorrência?...” (S2)

“...tribunal de contas determinou a suspensão, antes que fosse realizada a Chamada Pública para avaliar melhor o edital e entender...” (S1)

“...o primeiro entendimento do tribunal de contas do município sobre a Lei era de que não era possível proceder daquela forma...” (S4)

As perguntas foram respondidas pelos gestores, entretanto, o tribunal manteve a suspensão do edital, pois queria compreender as condições do processo de CP. Diante dessa dificuldade, alguns representantes do MDA foram disponibilizados para assessorar a prefeitura. Dentre as ações realizadas para o encaminhamento do processo de CP, destacam-se as reuniões do DME junto ao MDA, Assessoria Jurídica (AJ) da SME e do TCM, que objetivaram a discussão das condições para a implantação da aquisição dos produtos da agricultura familiar.

¹⁴ O tribunal de contas do município (TCM) é um tribunal administrativo que julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da cidade de São Paulo, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

“...instrumento totalmente novo, uso da CP na prefeitura de São Paulo, gerou muitos questionamentos pelo TCM e órgão jurídicos da assessoria da prefeitura...” (S3)

“...final do ano de 2010 chegaram os representantes do MDA para assessorar e dar impulso...” (S1)

Um dos encaminhamentos dessas reuniões foi a realização de audiência pública com objetivo de apresentar os procedimentos da venda institucional para a prefeitura aos interessados, bem como para que o DME pudesse conhecer alguns dos produtos que poderiam ser adquiridos e seus produtores.

“...reuniões com MDA e TCM, decidimos fazer uma audiência pública para discutir...” (S1)

A audiência pública ocorreu no final de fevereiro de 2011 e contou com a participação de representantes do MDA, FNDE, AJ e do DME na mesa de discussão. O departamento apresentou o PAE, os alimentos que faziam parte do cardápio, o controle de qualidade, as análises laboratoriais e laudos exigidos. O TCM participou do evento compondo a plateia. Devido à ampla divulgação feita pelo MDA, o espaço para discussão foi elucidativo e democrático. Houve a participação de cooperativas pequenas, com etapas manuais de produção, e mais estruturadas, com industrialização dos produtos. Estavam presentes cooperativas de diversos lugares do Brasil. No período da tarde, as cooperativas tiveram espaço para apresentar seus produtos, incluindo a demonstração de embalagem e amostra. Uma série de questionamentos sobre o procedimento de aquisição foram levantados pelos participantes, com perguntas relacionadas às exigências de laudos e análises e seu custo. As respostas foram publicadas no diário oficial da cidade. Percebia-se um ambiente de desconfiança por parte de alguns agricultores, que achavam que havia procedimentos ilícitos nas aquisições por licitação e por isso eles não conseguiam participar.

“...período da manhã teve apresentação do departamento, do FNDE e do MDA e no período da tarde teve apresentação das cooperativas e associações com os produtos disponíveis que a cooperativa tinha interesse de fornecer...” (S1)

“...nessa primeira audiência pública vieram pessoas, acho que do Brasil inteiro, veio o pessoal do Rio Grande do Sul para mostrar a carne suína, você via pessoas de vários níveis, de um pessoal de indústria mais estruturada, e tinha aquela agricultura familiar bem pequena mesmo...” (S2)

“...primeiro contato com o agricultor, a gente percebia postura de desconfiança, achando que a prefeitura tinha sempre alguma falcatrua nas licitações por isso eles não tinham chance...” (S2)

De fevereiro a julho de 2011, realizou-se diversas reuniões entre DME, a AJ, MDA e o Instituto Via Pública¹⁵, com o objetivo de discutir os próximos passos para a viabilização das aquisições. Após reuniões, elaborou-se uma nova minuta do edital da CP que foi submetida para a avaliação do TCM. Como os gestores pretendiam abrir a CP ainda no ano de 2011, solicitou-se a revogação da suspensão da CP e a anulação do edital anterior. Em resposta à solicitação, o tribunal apresentou novos apontamentos em meados de agosto, que deveriam ser respondidos como condição para a publicação do edital.

“...novo edital de chamada pública praticamente construído e aí nessa reunião ficou decidido que a gente mesmo enviaria pro Tribunal de contas...” (S1)

“...novos apontamentos do TCM e a gente tinha que responder isso antes que fosse liberado...” (S1)

O departamento respondeu aos questionamentos da auditoria no início de setembro de 2011 e solicitou a revogação da decisão que suspendeu os procedimentos da CP. Em novembro, o DME recebeu a resposta do TCM informando que, apesar de a maioria dos apontamentos terem sido superados ou atendidos, ainda restavam quatro pendências que deveriam ser atendidas como condição para a publicação da CP.

¹⁵ O Instituto Via Pública é uma Organização Não Governamental (ONG) que firmou parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A ONG deveria promover a inserção de gêneros alimentícios da agricultura familiar na alimentação escolar no Estado de São Paulo. Essa parceria foi chamada de Projeto Nutri SP.

“...novembro de 2011 o Tribunal devolveu o ofício dizendo que a maioria dos apontamentos tinha sido superada, mas ainda restavam 4 questionamentos que eram a condição para a publicação da chamada pública...” (S1)

Em dezembro de 2011, a resposta foi enviada ao TCM juntamente com a nova solicitação de liberação do edital da CP. A resposta do TCM com a autorização para encaminhar o processo de CP ocorreu em julho de 2012.

“...só em 2012 é que o TCM entendeu que aquele perfil de compra era possível e que se tratava de uma política pública específica, que deveria ser executada...” (S4)

“...o TCM emperrou bastante, a gente não conseguiu comprar agricultura familiar na gestão de 2009 até 2012...” (S5)

Portanto, somente em meados de 2012 foi possível dar continuidade ao processo da CP. É preciso considerar o tempo entre a elaboração da minuta do edital e a autorização da CP, pois neste interim praticamente todas as requisições de alimentos para este ano já estavam programadas e em andamento. Após uma reunião com a assessoria do Instituto Via Pública, neste momento com o Projeto Nutre SP, optou-se pelo desmembramento da Chamada Pública e pela compra de apenas um alimento, o arroz parboilizado. Essa escolha ocorreu devido ao fato de o alimento não ser perecível e por ser produzido por cooperativas estruturadas e organizadas. Modificou-se o formato da Chamada Pública: ao invés de credenciamento para possível fornecimento, o processo seria autuado para a compra, portanto com quantidades e cronograma de entregas definidos.

No início da implantação da política, três características foram priorizadas para definir os alimentos que seriam adquiridos: dimensão, universalidade e segurança. Percebe-se pela fala dos gestores que a segurança foi o critério determinante para definir o alimento.

“...julho que eles liberaram esse edital aí a gente teve que fazer as atualizações, já tinha passado o tempo, quantitativos tudo tinha que ser revisado e também não tinha mais dinheiro para aquele ano...” (S1)

“...reunião com Via Pública, agora já era esse Projeto Nutri São Paulo, e por sugestão deles um alimento que tinha grandes chances de conseguir ainda em 2012 era o arroz parboilizado, acharam melhor desmembrar a lista de 12 (produtos)...” (S1)

“...quantidades mais precisas, não correria o risco de desperdício e eliminaria incertezas de ambas as partes...” (S1)

“...foram considerados 3 aspectos: dimensão, universalidade e segurança. Começamos com produtos que havia oferta da agricultura familiar, produtos que a gente consumisse em grande volume, e começamos com produtos industrializados, que era de certa forma o menor desafio, essa foi a lógica que a gente usou para começar as compras...” (S4)

O edital da nova CP foi publicado no final de outubro de 2012, seguida pela sessão pública, aprovação da amostra e a assinatura do contrato. Em dezembro, o processo foi finalizado com uma cooperativa vencedora. Entretanto, o fornecimento só se efetivou no início de 2013 devido ao período de férias escolares.

“...era uma compra pequena, soltei a 1ª chamada pública em julho/comecinho de agosto, até fazer toda a tramitação da chamada esse arroz acabou sendo entregue no começo de 2013, que equivaleu a 1%...” (S2)

A partir de 2013, as iniciativas para viabilizar a compra de gêneros da AF foram intensificadas. Algumas ações foram importantes para possibilitar a implantação da política, dentre elas, a criação de uma assessoria técnica voltada a este perfil de aquisição, que estava diretamente ligada ao gabinete da nova diretora. Com isto, a compra do agricultor familiar foi incorporada como um dos eixos estratégicos do departamento. Neste ano, ocorreu a primeira aproximação da equipe de servidores com o processo de compra direta de cooperativas ou associações com produção familiar.

“...a diretora viu a necessidade de aumentar as compras e compreendeu as dificuldades, aí criou a equipe...” (S2)

"...a política pública foi valorizada e passou a fazer parte dos eixos estratégicos da alimentação escolar..." (S4)

"...2013 ajudou a gente a consolidar assim, a possibilidade de realmente fazer a compra através da Chamada Pública..." (S3)

Em 2014, uma lei aprovada na câmara municipal exigia que todas as cooperativas contratadas pela prefeitura de SP deveriam estar vinculadas a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Entretanto, a obrigatoriedade da vinculação é inconstitucional já que existem diversas entidades representativas e as organizações de agricultores devem escolher por qual delas será representada. Esta determinação atrasou a assinatura dos contratos, uma vez que a maioria das cooperativas não possuía este vínculo. As organizações de produtores, a sociedade civil e os gestores se mobilizaram para revogar a lei e dar sequência às contratações. Como este processo durou cerca de 4 meses, a assinatura dos contratos só foi efetivada no 2º semestre de 2014.

"...a gente entrou num articulação com diversos outros parceiros para tentar revogar essa Lei, e isso só aconteceu no segundo semestre de 2014. Então as nossas compras em 2014 elas atrasaram bastante..." (S3)

Ainda em 2014, os gestores se organizaram e foi possível planejar as aquisições para o fornecimento do ano seguinte. No final desse ano e início de 2015 diversos editais de CP foram publicados, o que viabilizou a assinatura de parte dos contratos no começo do ano. Todas as chamadas públicas autuadas resultaram em contratação.

"...o melhor dos casos foi em 2015, que a gente conseguiu assinatura dos contratos no primeiro semestre e iniciamos o fornecimento no segundo semestre..." (S3)

O resultado positivo do planejamento das aquisições de 2015 levou os gestores a repetir a estratégia para o ano seguinte. Entretanto, um decreto publicado pela Secretaria de Finanças redefiniu as estratégias da pesquisa de preço. Essa alteração fez com que todos os processos já autuados no ano anterior, com

preços definidos e em andamento, retornassem para a pesquisa de preço, o que atrasou o encaminhamento dos processos em 2016.

“...2016, por exemplo, a gente nem conseguiu assinar nenhum contrato até agora e já estamos no final de agosto...” (S4)

“...o decreto que saiu esse ano mudando as estratégias de definição de preço que acabou gerando um retrabalho das pesquisas...” (S4)

“...2016 tem trazido muitos desafios, e mostra que realmente precisa de um acompanhamento ali cotidiano...” (S3)

6.2.1.3 Dificuldades na Implantação

Conforme exposto anteriormente, os principais obstáculos citados pelos entrevistados para a implantação da política pública foram: os impasses impostos pelo TCM; a falta de conhecimento dos gestores do PAE sobre as organizações da AF e a ausência de diálogo com essas organizações; a dificuldade de entender como seria o processo de compra por CP; a pesquisa de mercado para definição do preço de referência; o despreparo para o trabalho com as cooperativas; os desafios de logística; além dos óbices com os laudos e laboratórios.

“... o desconhecimento que a gente tinha das organizações, o receio que se tinha da alta administração mesmo, que as escolas ficassem sem o alimento por conta disso, acho que no começo isso foi o que mais assustou...” (S1)

“...o grande impactante foi o TCM, porque depois que andou não paramos mais...” (S2)

“... acho que a maior dificuldade no início foi encontrar um laboratório que fizesse todas as análises e que fosse credenciado de forma que a prefeitura queria que ele fosse credenciado...” (S6)

6.2.2 Categoria 2 – Processo de Compra e Execução da Política Pública: dificuldades, desafios, possibilidades e estratégias para implementação

Para formar esta categoria foram agrupadas as UR referentes ao processo de implementação da política pública. A primeira aquisição de alimento, contratada no final de 2012 e executada no início de 2013, foi definida como marco referencial. Entendeu-se que a partir deste momento o processo estava implantado. No entanto, havia a necessidade de cumprir a meta de 30% prevista na Lei, e o período compreendido entre 2013 a 2016 foi considerado para descrição dessa implementação.

O objetivo desta categoria é descrever todo o processo de implementação da política pública, como as dificuldades encontradas, as estratégias utilizadas para solucionar as adversidades que surgiram, as ações necessárias e os desafios que ainda existem.

6.2.2.1 Dificuldades encontradas

Depreende-se dos relatos que são inúmeras as dificuldades para implementar a política pública.

“...a cada dia surgem dificuldade diferentes, é o quarto ano de execução da política e a gente tá deparando com dificuldades que a gente não deparou antes...” (S4)

6.2.2.1.1 O processo de compra por Chamada Pública

A maioria dos entrevistados se refere ao processo de compra dividindo-o em 2 fases. A primeira etapa são os passos que antecedem a assinatura do contrato: autuação do processo, pesquisa de mercado e definição do preço de referência, reserva financeira, elaboração da minuta do edital, aprovação de todas as etapas pela assessoria jurídica, publicação do edital, sessão pública e assinatura do contrato. A segunda etapa é a execução dos contratos, que compreende o período entre a assinatura, a entrega de todo o quantitativo estipulado e seu pagamento.

“...vários campos, um é a dificuldade de fazer a chamada pública ter sucesso, a pré assinatura do contrato e a gente tem um outro campo que são as dificuldades pós assinatura dos contratos...”
(S3)

“...até a gente contratar é metade do caminho, a outra metade é o processo de fornecimento...” (S4)

“...a segunda parte acho que rola direitinho, a não ser que o fornecedor tenha algum problema com a produção...” (S5)

As dificuldades do processo de compra pública foram bastante citadas e foi possível identificar a prevalência dos discursos referindo-se ao instrumento como burocrático, demorado e que traz dificuldades à implementação da política.

“...eu acho que tem uma morosidade do processo dentro da prefeitura, quando a gente cria um processo ele passava por diversos setores até chegar no momento de publicar propriamente a chamada, era um tempo muito longo que variava de 3 a 6 meses...”
(S3)

“...(preciso ter) mais agilidade nas 2 partes do processo, mas mais a primeira parte mesmo, antes da assinatura do contrato...” (S5)

“...o fluxo das chamadas é uma dificuldade, porque precisaríamos ter o contrato assinado concomitante ao início das aulas...” (S3)

“...assim os prazos eu vejo que estão aumentando cada vez mais, do tempo que a gente manda uma especificação até concretizar uma chamada pública...” (S1)

Entre as dificuldades relatadas, muitas estão na primeira etapa do processo. A pesquisa de mercado para definição do preço de referência foi a mais citada, pois o preço, em alguns processos, não reflete a realidade da agricultura familiar. De acordo com os gestores essa etapa é fundamental para que o processo tenha êxito, pois preços acima do mercado inviabilizam a CP, enquanto preços abaixo não recebem proposta de fornecimento. Desde 2013, essa etapa não é realizada na

CODAE, ano em que passou a ser feita por um setor responsável pela pesquisa de mercado de todos os processos de compra da Secretaria.

“...uma dificuldade que a gente nota bastante é a pesquisa de mercado. A pesquisa de mercado é bem complicada (...) houve bastante falha nessas pesquisas, a gente perdeu chamada pública por conta disso...” (S5)

“...então a metodologia (da pesquisa de preço) segue um decreto municipal desde 2015, e que muitas vezes fugiu dessa lógica prevista pela resolução 4, então muitas vezes o preço pesquisado não reflete a realidade do mercado da agricultura familiar...” (S4)

“...se a gente tem um preço que não reflete a realidade, dificilmente a gente consegue assinar os contratos...” (S3)

“... o DME, atual CODAE, desde 2013 está distante da metodologia de pesquisa de preço, porque isso é feito por outro órgão da Secretaria Municipal de Educação que é a Coordenadoria de Administração e Finanças que centraliza todas as pesquisas de mercado da Secretaria da Educação...” (S4)

Além do preço de referência, outra dificuldade é a existência de uma ARP com preço inferior para o mesmo alimento. Esse entendimento sobre a questão do preço traz consequências negativas como a não concretização de uma CP. Pode-se perceber no discurso dos gestores que há resistência dos funcionários em entender a Lei como uma estratégia de promoção social e desenvolvimento local sustentável.

“...(há dificuldade de) seguir à risca o que pressupõe a política que é a pesquisa de preço no âmbito local, preferencialmente no mercado do agricultor familiar, ou seja, ali vai sair um preço que reflete a realidade do mercado do agricultor familiar, que não é a mesma realidade dos outros mercados, que não é a mesma realidade do agronegócio, por exemplo, eles não têm competitividade, eles não têm estoque muitas vezes, têm uma logística mais cara, porque muitas vezes a propriedade está situada em um lugar mais distante, enfim, uma série de fatores que levam ao produto do agricultor familiar, em um primeiro momento de mercado desestruturado, custar mais caro...” (S4)

“...a gente já teve casos de encaminhar processos (chamada pública) para homologar e existir uma ARP com o preço menor, então passou pelo crivo do jurídico e não foi para frente...” (S5)

“...há uma diferença de preço entre os preços de referência da agricultura familiar e as atas, isso também gerava questionamentos...” (S3)

De modo geral, as dificuldades relatadas pelos gestores são consequência de um controle externo rigoroso que gera um ambiente de tensão nos servidores que realizam a pesquisa de preço. Além dessas, foram citadas dificuldades com a AJ da secretaria e no diálogo com o Setor Financeiro da coordenadoria para estabelecer estratégias quando surgem os entraves.

“...São Paulo tem um olhar de controle externo, de compras principalmente, muito forte, como TCM, CAE, FNDE, MDA...” (S4)

“...a nossa dificuldade de desenhar um caminho junto com a assessoria jurídica, às vezes dá a sensação que a gente tá em times opostos...” (S3)

“...dificuldades em dialogar/construir com o financeiro foi um dos fatores que mais travou o processo...” (S3)

A morosidade e as dificuldades na primeira etapa do processo fazem com que a publicação da CP e a contratação da cooperativa demorem a acontecer, e por consequência, o início da execução do contrato seja tardio. Neste íterim, a reserva financeira e a execução do contrato ficam comprometidas, o que torna inviável o término do fornecimento dentro do exercício orçamentário¹⁶ vigente. Isso obriga a reprogramação financeira do montante não executado. No ano de 2016, os contratos foram assinados em setembro, outubro e novembro, portanto, apenas parte do quantitativo contratado será entregue em 2016. Essa reprogramação é um empecilho para o cumprimento da Lei, pois o FNDE considera apenas o que é contratado, recebido e pago dentro do ano orçamentário.

¹⁶ O ano de exercício orçamentário começa no primeiro e termina no ultimo dia do ano corrente, ou seja, de 1/1 até 31/12.

“... a gente ainda está se esbarrando em processos burocráticos internos que geram situações como essa de chegar em agosto e não ter realizado nenhuma compra ainda...” (S4)

“... acaba colocando recurso de 2016 num contrato que a gente já sabe que não vai ser executado plenamente esse ano, prende um recurso e tem todas as questões dos restos a pagar, dos problemas de prender o recurso que a gente não vai executar esse ano...falta muito diálogo dentro do departamento com o setor financeiro e até com a própria Secretaria de Finanças, de pensar alternativas...” (S3)

6.2.2.1.2 Compreensão do edital e execução dos contratos

Os relatos dos gestores demonstram que os grupos de agricultores têm dificuldade em compreender o instrumento de venda de São Paulo, pois os editais são complexos e isso impacta de forma negativa a execução dos contratos. Há cooperativas que não participam do processo de CP devido aos níveis de exigência e entraves burocráticos.

“...tem uma preocupação muito grande com a sanidade do alimento e isso acaba sendo transcrito para as exigências, às vezes um pouco excessivas...” (S3)

“...como se em alguns casos eles tivessem apresentado o projeto de venda sem ter entendido exatamente quais eram as exigências para entregar os produtos...” (S3)

“...tem muita gente que deixa de apresentar proposta pelo nível de exigências...” (S3)

“...são grupos que estavam acostumados a entregar a sua produção para um atravessador, agora eles estão tendo que atender a um edital bastante complexo e isso gera uma série de problemas...” (S4)

Os técnicos que acompanham a execução dos contratos encontram diversas dificuldades, como: a falta ou equívocos no laudo laboratorial ou certificado de

classificação vegetal; o cumprimento dos requisitos especificados no edital, como as exigências de embalagem; o cumprimento do cronograma pré-estabelecido.

“...teve fornecedor que se atrapalhou muito nas entregas, não conseguia cumprir com o cronograma ‘ah o laudo não ficou pronto’, ‘ah o meu caminhão quebrou’, ‘eu achei que tinha que carregar em um dia, não consegui carregar, carreguei no outro e atrasou’...” (S6)

“...até as cooperativas entrarem no eixo foi bastante difícil. O pessoal daqui da equipe começou a conversar com eles, explicar, aí começou a ter reunião esclarecendo como tinha que ser...” (S5)

“...na rotulagem, a gente pede itens bem específicos e às vezes eles não entendem e tem dificuldade...” (S6)

“...o caminhão tem que chegar com o termógrafo¹⁷, eles entregaram várias vezes sem o equipamento, aí é considerado recusa total, a gente não recebe o produto sem saber o que aconteceu...” (S6)

Os entrevistados afirmaram que apesar das dificuldades encontradas no dia a dia, não há problemas com a qualidade do alimento da AF.

“...dificuldades com documento, burocracia, não era o problema do produto, não era a qualidade do produto...” (S6)

6.2.2.1.3 Assistência técnica e extensão rural

A precariedade da assistência técnica e extensão rural foi referida como dificuldade, uma vez que os técnicos auxiliam os agricultores não só no planejamento da produção e nas etapas do plantio, mas também no preenchimento dos documentos exigidos pelos mercados institucionais. Dentre os documentos estão o projeto de venda e de habilitação, laudos e análises laboratoriais, que são imprescindíveis para o fornecimento dos alimentos para esse mercado institucional.

¹⁷ Termômetro que registra continuamente num gráfico os valores medidos da temperatura.

“...a ATER está meio devagar né, não tem na verdade, então eles (os agricultores) estão trabalhando meio livres assim, então dá muita coisa errada, mas a gente vai superando, vai levando...” (S4)

6.2.2.1.4 A execução da Política Pública em São Paulo

Uma das questões do roteiro se referia a opinião dos gestores sobre a diferença entre a efetivação da política pública na cidade de São Paulo, quando comparada à uma EEx de pequeno porte. Todos consideram mais difícil a execução em São Paulo, por ser um programa com grande dimensão, ter escolas localizadas longe das regiões de produção de alimentos, por não ter uma história e economia rural, não ter cooperativa regulamentada no município, pela fiscalização e controle externos que São Paulo tem, diferente de outros municípios. Outro motivo é o montante destinado pelo governo federal para o PAE, sendo a cidade de SP a detentora do terceiro maior repasse do governo federal. Em 2015 o repasse foi de cerca de 100 milhões, sendo que 30% deveria ser destinados à AF.

“...eu acho muito difícil, essa Lei realmente foi assim um marco, muito importante, mas é diferente a implementação num município como o nosso, com essa dimensão...” (S1)

“...existem dificuldades, então quem está mais próximo da área rural, das plantações, consegue atender melhor quem não está e é o mesmo peso que se dá né, é 30%...” (S2)

“...com certeza, acho que nos municípios menores é bem mais simples fazer a execução da Lei, até porque o fornecedor tá mais próximo ne, a gente dialoga com fornecedores que estão mais distantes e isso faz muita diferença...” (S3)

“...tem toda diferença, primeiro porque a gente não tem produção de âmbito local, segundo que a gente tem todo um sistema de controle de contas e de processos que outros municípios não tem e terceiro que é a dimensão e a dificuldade de logística da nossa rede...” (S4)

“...com certeza, uma prefeitura menor compra menos e alguns exigem menos também. Gente que fornece para outras prefeituras dizem ‘vocês exigem muita coisa’, a entrega ponto a

ponto tem suas facilidades, o nosso não, você entrega num armazém, centro de distribuição, com todo o controle...” (S6)

6.2.2.2 Estratégias utilizadas

Algumas ações estratégicas foram planejadas e executadas, a fim de superar as dificuldades que surgiram ao longo desses anos e implementar a PP, cumprindo a Lei.

6.2.2.2.1 Assessoria da Agricultura Familiar

Com o intuito de ampliar o entendimento e a execução da política pública, em 2013 a nova diretoria contratou uma servidora, com formação em engenharia de alimentos, que havia trabalhado com o Programa de Aquisição de Alimentos¹⁸. Portanto, tinha conhecimento das áreas de produção agrícola e expertise para apoiar a implementação da política pública. Para estruturar uma assessoria técnica para a compra da AF, acrescentou-se ao grupo um engenheiro agrônomo. Essa formação foi necessária, pois conduziu as ações para sua implementação e deu suporte para os demais setores envolvidos. Assim, foi possível que o grupo de gestores tivesse uma visão das demandas do departamento, em conjunto com as necessidades e a produção da AF. Em meados de 2015, observou-se a necessidade de incluir uma nutricionista na equipe. Desta forma, os gestores consideram a importância de se ter técnicos que conheçam o sistema agroalimentar envolvido. Em 2016, com a nova estruturação que transformou o departamento em coordenadoria, a assessoria técnica da AF passou a ser chamada de NAAF.

“...eu acho que a gente só conseguiu deslanchar quando veio a nova administração, com a expertise da nova servidora... uma

¹⁸ O Programa de Aquisição de Alimentos é uma iniciativa do governo federal que visa promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalecer circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo. É considerado um precursor do PNAE no que diz respeito às compras da agricultura familiar.

peessoa inserida no departamento, que teve a visão do departamento e tinha conhecimento enorme da agricultura familiar...” (S1)

“...eu acho que trazer alguém com expertise foi fundamental, e ter agora uma área para cuidar disso, acho que é muito importante porque os desafios são muito grandes, então eu acho que funcionou mais por conta disso...” (S1)

“...em São Paulo foi necessário, porque havia uma distância muito grande dos operadores do Programa de Alimentação Escolar dessa Política Pública, a importância dele na prefeitura de São Paulo foi aproximar os operadores do Programa e Alimentação Escolar da Política Pública em questão...” (S4)

“...acho que foi essencial a criação do núcleo, porque acabou trazendo pessoas que puxaram essa discussão dentro do departamento e foram aos poucos envolvendo os servidores que estão lá...” (S3)

“...com a criação desse grupo em 2013, (a política pública) se fortaleceu, a partir daí eles começaram a apoiar a diretora de divisão de nutrição (...) esse grupo que se criou é outra coisa importante, uma estratégia que contribuiu pro aumento de percentual de aquisição da AF...” (S2)

Questionados sobre a importância da manutenção da assessoria técnica, a maioria afirmou ser necessário, em razão do volume de trabalho que há no PAE e da rotina, na qual os servidores estão envolvidos. Entretanto, houve um entrevistado que não concordou plenamente.

“...tem que ter uma equipe voltada para isso, porque tem as suas especificidades, tem que ter alguém dentro da coordenadoria com esse olhar, porque no dia a dia a gente é engolido pela burocracia. Tudo é muito gigante aqui na prefeitura, tudo tonelada, os problemas também são gigantes, se a gente não tem alguém focado nisso, não anda...” (S6)

“...acho que é importante manter esse núcleo, o que tá acontecendo em 2016 mostra que a gente tem que ter, no mínimo, uma dupla atenta para essa pauta porque se não é difícil a gente conseguir continuidade...” (S3)

“...acho importante por todo o diferencial que São Paulo representa, pela sua dimensão, pela sua dificuldade operacional, pelo seu excesso de burocracia, é importante que o núcleo seja mantido de fato, mas é desejável que com o tempo ele deixe de existir, porque deixar de existir significa que o processo está incorporado ao sistema, mas isso leva tempo ainda para uma cidade como São Paulo...” (S4)

6.2.2.2.2 Formação de Grupos de Trabalho

Apesar de a política pública ser de 2009, apenas a diretoria e alguns servidores estiveram envolvidos nesse início. A partir de 2013, após a liberação das CP pelo TCM, foi necessário incluir técnicos de diferentes setores para implementação da lei. Para isso, foram criados grupos de trabalho (GT) com objetivo de identificar e compreender as dificuldades de cada frente de trabalho e tentar solucionar os problemas. Foram envolvidos setores como: planejamento de cardápio, pesquisa e desenvolvimento (que define as especificações técnicas), aquisição e recebimento de alimentos, entre outros. Os GT trabalhavam as questões com foco na segurança alimentar e nutricional e permanência do agricultor no campo. Os grupos se reuniam com frequência e deliberavam sobre as possíveis aquisições. A intenção era trabalhar com pessoas sensibilizadas ao tema e com o conhecimento da rotina, o que ajudou a formatar o modelo atual que está sendo utilizado para a implementação da Lei.

“...em um primeiro momento foi feito com toda equipe interna envolvida, a criação de uma grupo de trabalho em 2013, que foi fundamental para esse processo de sensibilização e até para o processo de implementação das primeiras mudanças...” (S4)

“... foram feitos GT, um focado nos alimentos perecíveis, outro para os não perecíveis, tinha o piloto que era para ver aquela produção lá de Parelheiros, e que era também estudar a compra de FLVO a médio e longo prazo...” (S1)

“...a gente começou a construir dentro do departamento um entendimento de que a política era extremamente importante, trazendo o contexto de segurança alimentar e nutricional, ou seja,

para existir o alimento na mesa das crianças nas escolas, precisa de agricultura familiar, porque ela que produz o alimento...” (S4)

“...o GT era para entender quais as dificuldades de cada frente de trabalho, e em grupo tentar solucionar os problemas, os GTs foram dissolvidos automaticamente conforme as coisas foram começando a funcionar...” (S3)

Além disso, pretendia-se sensibilizar os outros servidores dos setores para a questão da AF por meio dessa formação e das reuniões periódicas. Desta forma, membros de determinado setor sensibilizados e envolvidos nas discussões do processo de compra poderiam sensibilizar os demais. Contudo, e isso não ocorreu da forma pretendida.

“...as reuniões da AF eram uma ideia de sensibilizar os diversos setores, mas isso não significa diretamente uma sensibilização...” (S3)

6.2.2.2.3 Contato com gestores de outros estados e municípios

O contato com gestores da PP de compra da AF para o PNAE de outras EEx foi uma das estratégias utilizadas. Foram selecionadas locais que conseguiram aplicar o recurso federal com resultados positivos. Esse contato foi realizado por telefone, e-mail e reuniões, com o intuito de saber quais alimentos estavam sendo adquiridos, suas embalagens e se havia problemas durante o fornecimento. Realizou-se visitas técnicas para aproximar o contato com outros gestores e entender melhor a experiência e a realidade de cada um e também verificar o que era possível reproduzir na cidade de SP. Dentre os locais visitados estão o Estado do Paraná e os municípios de São Bernardo, Florianópolis, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Além desses, houve interações com Santo André e Campinas.

“... entraram em contato por telefone com algumas prefeituras para ver como estavam fazendo, até para pesquisar as embalagens, problemas que estavam tendo com algum tipo de embalagem...” (S1)

“...o Estado referência foi o do Paraná, que faz a compra desde 2009 e tem sido um exemplo de êxito na compra de produtos orgânicos, até no sistema de cadastro de projeto de venda que eles usam. Conversas com outras prefeituras foram bem importantes – São Bernardo, Campinas e o Governo do Estado do Paraná foram os três principais, porque viraram referência...” (S3)

6.2.2.2.4 Contato com articuladores da política pública e assistência técnica e extensão rural

A articulação com os demais atores envolvidos foi outra estratégia importante. Esta ação objetivou a aproximação dos gestores com os agricultores, o estreitamento de um diálogo com os assistentes técnicos de extensão rural (ATER), a divulgação das CP e o mapeamento de alimentos para construção de novos editais de CP com possibilidade de aquisição. Para isso, aproximou-se o contato com o MDA e MDA-SP, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

“...a função do MDA era basicamente fazer a ATER, e a divulgação da nossas chamadas, então o MDA ajudou muito a publicizar para os agricultores a história de que a Prefeitura de São Paulo está comprando...” (S4)

“...aproximação com outros atores externos, ligados à política pública, como o MDA, INCRA, Sociedade Civil Organizada através do Movimento Sem Terra, instituições de assistência técnica e extensão rural, universidades...” (S4)

“...diálogo com o INCRA, MDA de SP, ITESP, CONAB, mais voltada para divulgação das chamadas da prefeitura e o compartilhamento dos contatos dos grupos de fornecedores para agricultura familiar...” (S3)

O diálogo com a política de ATER foi importante para a implementação da política pública, sobretudo nos primeiros anos de implementação. A evolução anual dos percentuais de aquisição foi alcançada com o apoio das políticas de assistência

técnica. Entretanto, é notável a redução do número de técnicos nos últimos anos, o que trouxe dificuldades, conforme exposto anteriormente.

6.2.2.2.5 Ações para o mapeamento da produção

O primeiro mapeamento foi feito por uma instituição contratada pelo MDA, que gerou um banco de dados que foi utilizado para nortear os gestores quanto aos alimentos e regiões produtoras. Entretanto, as informações desse banco eram incompletas e os gestores passaram a construir o seu próprio banco de dados. Ao serem questionados sobre a forma como as cooperativas são procuradas, os gestores informaram que a pesquisa é realizada por meio de páginas eletrônicas de busca, contato com instituições como MDA e INCRA e com técnicos de extensão rural. Além disso, as cooperativas passaram a entrar em contato com os gestores do município para oferecer os alimentos de sua produção após a divulgação realizada sobre as compras da prefeitura de São Paulo. A partir dessa conversa inicial, verifica-se a possibilidade e viabilidade de construção de um edital de CP.

“...o banco de dados que foi construído a partir do mapeamento que foi feito da agricultura familiar era bastante ineficiente, com muitos números de telefone errado, e-mail errado, mas que davam e eram uma diretriz...” (S4)

“... as próprias cooperativas que passaram a nos ligar, porque o MDA deu muita publicidade do que a gente estava fazendo, e as cooperativas começaram a nos procurar e ali a gente inicia um processo de diálogo...” (S3)

“...no dia a dia, pegar o telefone, digitar no site de busca cooperativa de farinha de mandioca, descobrir o telefone e ligar...” (S4)

“...precisa desse trabalho que a assessoria já faz, dessa conversa, desse mapeamento do que a gente tem de produção mais próxima...” (S2)

“...recebemos a amostra e encaminhamos para o setor de Pesquisa e Desenvolvimento que faz a análise sensorial e avalia a possibilidade de construção de um edital de Chamada Pública...” (S4)

6.2.2.2.6 Ações de aproximação com os agricultores familiares

Para superar as barreiras encontradas pelos agricultores familiares nas fases de habilitação e execução do contrato, os gestores optaram por aproximar o diálogo com as cooperativas. Com isto, as etapas do processo de aquisição ficaram mais transparentes e foi possível dar maior autonomia para que os grupos de agricultores forneçam para o mercado institucional.

“...acho que esse contato direto (com o agricultor) é importante e traz bons resultados, e acho que isso reforça a importância de ter um núcleo dentro do DAE diretamente voltado para a compra da agricultura familiar, para além das pessoas que estão envolvidas com isso nos setores...” (S3)

“...foi feita muita orientação e aproximação com as cooperativas, reunião e envolvimento da equipe, no intuito de esclarecer o que tinha que ser, como que tinha que ser apresentado, como seriam as entregas...” (S5)

“...tem que ter essa paciência de ensinar o beabá mesmo e acompanhar, além de ensinar depois tem que acompanhar e ter essa aproximação. A melhor coisa é ligar ou falar olho no olho para eles entenderem, há coisas que são difíceis de explicar para quem é do campo, sabe?...” (S6)

“...com algumas cooperativas a gente fez reunião, mostrou todas as notificações, tudo o que estava acontecendo, as reclamações das escolas, e depois disso melhorou assim 100%...” (S6)

“...é importante esse contato com os agricultores, para entenderem que não é um bicho de 7 cabeças fornecer para a Prefeitura de São Paulo...” (S1)

Uma estratégia importante, que reduziu os problemas comumente encontrados na primeira entrega, foi estabelecer uma reunião com os produtores no ato da assinatura do contrato. Para esse encontro são chamados os técnicos responsáveis pelo recebimento do alimento, que respondem as dúvidas das cooperativas quanto aos laudos e análises laboratoriais, *layout* de embalagem, documentação técnica necessária; os técnicos responsáveis pelo recebimento de

notas fiscais e documentos durante a execução do contrato e os servidores responsáveis pelos documentos para contratação.

“...ter chamado os agricultores para assinar o contrato, o cronograma, a reunião que é feita nesse dia foi uma prática que facilitou, foi muito produtiva...” (S3)

6.2.2.2.7 Pesquisa de mercado

Conforme exposto pelos gestores, a pesquisa de mercado é uma etapa que traz muitas dificuldades ao processo de aquisição de alimentos. Ao serem questionados sobre as estratégias utilizadas para superar essa adversidade, os gestores mencionaram o contrato com banco de preços para alguns alimentos, estratégia utilizada em 2015, e a aproximação com o setor responsável pela pesquisa de mercado e com a assessoria jurídica em 2016, na tentativa de estabelecer critérios de acordo com o preconizado na lei federal. Além desses, também foi sugerido a aproximação com as secretarias envolvidas na construção dos instrumentos da pesquisa, como o decreto, para que quando sejam publicados consigam que os preços reflitam a realidade do mercado da agricultura familiar.

“... em 2015 teve um contrato de banco de preços com um instituto de pesquisas econômicas, eles forneceram banco de preços para alguns alimentos bastante condizentes com a realidade, que foram levados em conta e que resultaram em pesquisas bem sucedidas... eu acredito que é uma das soluções para o problema sim, mas acho que essas pesquisas tem que ter um olhar específico para o mercado da agricultura familiar, porque isso não muda o fato desse mercado ser diferenciado e precisar de uma atenção especial...” (S4)

“...a gente precisa estar mais próximo das secretarias que estão na construção desses instrumentos (pesquisa de preço e decreto) para que quando saiam, estejam contemplando também a realidade da compra da agricultura familiar...” (S3)

“...a pesquisa sempre foi um problema, mas esse ano (2016) a pesquisa de preço baixa está inviabilizando muito a política...” (S4)

“... a gente se propor a conversar sobre isso trouxe mais segurança para o setor que realiza a pesquisa e estão conseguindo trabalhar de modo a trazer um resultado bem próximo da realidade do agricultor familiar...” (S4)

6.2.2.2.8 Flexibilização dos editais de chamada pública

Há alguns artigos na literatura que indicam a necessidade de flexibilização das exigências para que os agricultores familiares possam ter acesso ao mercado institucional (TRICHES e SCHNEIDER, 2010; GARCIA, 2013). Isto devido às dificuldades que este grupo enfrenta, diferente das empresas que concorrem nas licitações. Aos serem questionados sobre isso, as opiniões são divergentes. Uns acreditam que é necessário oferecer condições diferenciadas aos agricultores, uma vez que não estão estruturados como as grandes empresas. Outros disseram que poderia reduzir o número de análises exigidas, aumentando, por exemplo, o tamanho dos lotes amostrais. Todos concordaram que não é possível retirar as análises, pois os alimentos tem que ser de qualidade. Apenas um entrevistado é contra a flexibilização dos editais e acredita que o produtor familiar deve se profissionalizar para fornecer para a prefeitura e que o governo federal deveria ajuda-los com os laudos e análises laboratoriais.

“...acho que não dá para fazer diferença, não concordo com a flexibilização dos editais para a agricultura familiar...” (S2)

“...eu acho que poderia dizer assim, olha, um laudo é o suficiente pra comprovar que este arroz é adequado para o consumo das nossas crianças, porque isso é caro, agora documentação fiscal tem que ter, tem que comprovar que é uma cooperativa séria, que atender todas as normas...” (S5)

“...flexibilizar mais os editais, lógico que tem que o mínimo de qualidade, não retirar os laudos, mas tem que flexibilizar, inclusive nas rotulagens...” (S6)

“...acho importante flexibilizar alguns pontos sim, porque a realidade da agricultura familiar é muito diferente da realidade de uma grande empresa alimentícia, e a gente colocar no mesmo nível de exigências dos dois lados é um pouco irreal, claro que isso tem

que ser feito de uma forma muito cuidadosa, mas eu acho que tem muito espaço para flexibilizar sim...” (S3)

A flexibilização foi feita quanto ao prazo de entrega de documentos técnicos e de habilitação. Na licitação eles devem ser entregues no dia, enquanto para a CP há concessão de um prazo adicional de até 10 dias para regularizar os documentos pendentes. O estabelecimento do prazo para as cooperativas se adequarem foi uma estratégia, pois de acordo com a fala dos gestores sempre é necessário conceder o prazo adicional.

“...os agricultores precisam dos dias a mais para adequarem os documentos da Chamada (Pública)...” (S5)

“...aí vem para assinar, cadê o documento, não trouxe, demora para trazer. Ou só precisa assinar um empenho aqui, ele não vem, eu acho que a gente tá trabalhando, mas ainda tem bastante dificuldade, por exemplo, a gente nunca fechou uma chamada no dia, porque a gente sempre dava prazo para que eles apresentassem a documentação (pendente)...” (S5)

6.2.2.2.9 Divulgação das informações sobre os alimentos

Desde o início da compra de alimentos da AF é elaborado um informativo técnico a cada aquisição de alimento. Esse documento fornece informações sobre a cooperativa, a região produtora e número de famílias envolvidas na produção. Ele é divulgado para as escolas, para que elas tenham mais informações sobre os alimentos que estão consumindo e que possam trabalhá-las com os alunos.

“...todo produto novo a gente faz um informativo, uma forma de divulgar a agricultura, ‘olha mais uma aquisição da agricultura familiar’, tantas famílias estão sendo beneficiadas, isso é bom para a rede...” (S2)

6.2.2.2.10. Eventos

Uma estratégia fundamental para implementação da PP foi a realização de um evento “Agricultura Familiar do Estado de São Paulo: possibilidades de inserção no Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo”. Organizado em parceria com o MDA, o evento proporcionou um encontro entre os gestores de São Paulo e os produtores, líderes de movimentos sociais, assistentes técnicos de extensão rural e outros membros da sociedade civil organizada. O objetivo era mapear os alimentos produzidos no Estado de São Paulo e aumentar a participação dessas cooperativas no PAE/SP. Com isso cumprir um dos critérios da lei que é a compra local, promovendo circuitos curtos entre a produção e o consumo.

“... uma das estratégias para promover essa implementação foi um evento em novembro de 2013, com o objetivo de mapear a agricultura familiar no Estado de São Paulo. Foi um evento muito bem sucedido, desdobrou muita coisa...” (S4)

“...em 2013 a gente fez um encontro com produtores e lideranças de movimentos sociais, técnicos de assistência técnica e extensão rural para fazer mapeamento da produção no Estado de São Paulo, para absorver maior potencial do Estado de SP e fomentar essa compra mais próxima...” (S3)

“...esse evento de novembro que nos serviu para trazer muitas informações de como estava esse mercado...” (S4)

A partir desse evento, houve diversos desdobramentos. Além da divulgação do trabalho que a CODAE vinha realizando, foi possível a construção da 1ª Chamada Pública para aquisição de alimentos *in natura* e o início do contato com os agricultores da região de Parelheiros, zona sul do município de SP.

“...(as conversas desdobraram para) a compra da banana do Vale do Ribeira que foi a primeira compra de alimento in natura dentro dessa política pública, que é um marco né? Porque precisa ser entregue ponto a ponto pelo próprio agricultor...” (S4)

“...as estratégias evoluíram para a CP de in natura, encarada como um desafio...” (S4)

“...uma aproximação grande com os agricultores de Parelheiros, que têm que ser olhados porque a política preconiza acima de tudo a compra local...” (S4)

Além da construção da CP de banana, houve articulação com a Coordenadoria de Segurança Alimentar (COSAN) da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), para que disponibilizassem um espaço público para as cooperativas envolvidas com o fornecimento de alimentos para o PAE/SP. Esse local seria utilizado como entreposto de baixo custo. Neste local as cooperativas descarregam os alimentos que vem nas carretas e redistribuem em caminhões menores que vão distribuir os alimentos nas escolas. A utilização desse espaço foi conseguido através da assinatura de um Termo de Permissão de Uso e está localizado em uma central de abastecimento na zona leste.

“...nasceu a construção da primeira chamada pública de in natura (banana) e a utilização de espaço público da prefeitura para alimentação escolar...” (S3)

Os entrevistados consideram importante a promoção desses encontros e eventos para sensibilização dos gestores, comunicação e divulgação das informações acerca do que a prefeitura está fazendo para cumprir a Lei de compra da AF.

“...os encontros e a promoção dessas conversas sobre o PNAE são bem importantes, pois a gente consegue divulgar o que vem fazendo...” (S3)

“...os eventos são fundamentais para sensibilização dos envolvidos com a compra pública...” (S4)

6.2.2.2.11. Ferramentas de transparência e controle social

Quando questionados sobre as estratégias para implementação da política, uma das primeiras respostas foi a criação de uma página eletrônica voltada para o

agricultor familiar, no site da CODAE. A página é utilizada para divulgar os editais de CP, e é possível acompanhar todas as etapas do processo, assim como seus contratos. Desse modo, o histórico de todas as CP está registrado. Há também instrumentos de apoio aos produtores e as legislações relacionadas ao PNAE, à agricultura familiar e aquisição de alimentos orgânicos.

“...o site foi uma ferramenta muito boa, a gente conseguiu publicizar, dar transparência para tudo que está acontecendo sobre a agricultura familiar, até outros municípios sempre falam que entram na nossa página...” (S3)

“...todas etapas da CP estão no site, é possível fazer o acompanhamento...” (S5)

O controle social, utilizado para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado, é promovido através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Dentre os deveres dos conselheiros estão o acompanhamento das aquisições e a aprovação das contas do município. Ao serem questionados sobre problemas com a reprovação das contas pelo CAE, por não terem atingido a meta dos 30%, os entrevistados informaram que isso nunca ocorreu, mas que as compras foram aprovadas com ressalvas. Um relatório com o histórico das ações, estratégias e dificuldades é enviado ao conselho para justificar o não cumprimento da meta. Esse envio é realizado na época da prestação de contas.

“...eles pediram justificativas, na elaboração do relatório para prestar contas, o que a gente estava fazendo em relação a esse assunto da agricultura familiar, que foi realmente, extremamente demorado esse processo até aí para gente concretizar a primeira compra, mas nunca tivemos reprovação das contas...” (S1)

“...a gente sempre justifica, a gente está sempre prestando contas, ele (o conselho) nunca reprovou as contas, no máximo aprovou com ressalvas...” (S4)

A Sessão Pública para abertura dos envelopes com os projetos de venda também foi considerada pelos gestores uma forma de controle social, pois qualquer

pessoa pode participar. Geralmente estão presentes os próprios agricultores ou representantes das cooperativas.

“...a sessão pública é importante para o controle social do processo, ali pelos próprios fornecedores e é um espaço de aproximação...” (S3)

6.2.2.3 Perspectivas futuras

Os gestores citaram diversas possibilidades de estratégias, como o encadeamento das CP, dar celeridade aos encaminhamentos do processo, parceria com a Secretaria de Finanças e melhor alinhamento com a Divisão de Finanças da CODAE, realizar CP por grupos para reduzir o número de processo no ano, parceria com FNDE para divulgar o que outras EEx estão fazendo, aprimorar a orientação oferecida pelo FNDE quanto aos procedimentos a serem adotados, aumentar o treinamento para agricultores e fazer a revisão constante dos procedimentos e prazos.

“...é preciso encadear as Chamadas Públicas para que as organizações tenham uma segurança e possam se planejar para isso...” (S1)

“...o FNDE poderia trabalhar um pouco mais nessa frente, publicizar os dados sobre as compras, incentivando essa troca de experiência entre as entidades executoras...” (S3)

“...melhorar o diálogo com o governo federal, que é um pouco superficial, porque é um pouco assim ‘a legislação está aí e a interpretação fica a cargo de cada entidade executora, poderia ter uma orientação mais objetiva...” (S3)

“... as chamadas públicas por produto, acho que essa não é a melhor estratégia, se a gente trabalhasse com um único instrumento no ano, como fazem outras EEx, faria muito mais sentido...” (S3)

6.2.2.4 Desafios da implantação

Diversos desafios foram expostos pelos participantes para a implementação da PP. Dentre eles estão: o cenário político atual; a compreensão dos gestores da Secretaria sobre a importância da política e da mudança na cultura organizacional; adaptar o sistema utilizado para a gestão da alimentação escolar às necessidades da AF; o volume de alimentos consumidos; o fornecimento de alimentos perecíveis, como as frutas, verduras e legumes, diante da necessidade de logística ponto a ponto, com o tamanho da cidade de São Paulo; maior divulgação sobre AF para a comunidade escolar e a promoção de atividades de educação alimentar e nutricional para que os alunos aceitem melhor as diversas hortaliças e não haja desperdício. Cada nova cooperativa também é encarada como um desafio para os gestores.

“...diante do cenário atual o desafio é pensar como o Estado vai nos ajudar, hoje não existe mais o MDA, não tem mais ATER e está tudo parado, muito desmontado e enfraquecido, então o primeiro grande desafio é que haja uma estruturação para a política nacional de desenvolvimento agrário, de forma bem ampla. O PNAE existe e acho que o grande desafio é garantir essa mudança na matriz produtiva diante deste cenário atual...” (S4)

“...o entendimento dentro do DAE eu acho que continua sendo um desafio, que os servidores incorporem a compra da agricultura familiar de forma mais orgânica, e que reflita um trabalho mais dedicado a esse tipo de compra...” (S3)

“...o alimento in natura é um grande desafio, porque o agricultor familiar precisa fazer o ponto a ponto, e a logística é um desafio, principalmente em São Paulo...” (S4)

“...mudança na cultura organizacional, ser assimilado como um procedimento de compra como qualquer outro. Tem que fornecer o alimento com uma parte da agricultura familiar todos os dias, e para isso precisa o sistema ser incorporado de fato ao processo de compra. É necessário para a entidade executora entender a política como um todo, que se trata de uma política de desenvolvimento local, que foi pensada e planejada dentro de todos os parâmetros legais existentes, e que precisa ser seguida porque é importantíssima...” (S4)

“...não podemos esquecer da ponta, então outro grande desafio é a Educação Alimentar e Nutricional, o apoio dos professores na ponta para que os alunos comecem a gostar mais de hortaliças (...) o desafio de, no começo, fazer o mapeamento e olhar o que o aluno consome, para não haver desperdício...” (S2)

6.2.2.5 Fragilidades da política

Alguns entrevistados relataram a operação da Polícia Federal, em 2016, que descobriu corrupção nos contratos de compra da AF de alguns município e no Estado de São Paulo, como uma fragilidade da política pública. E que ela gerou instabilidade no processo de compra pública e na sua implementação.

“...eu acho importantíssimo (a política pública) para economia, mas é uma coisa que tem que ter controle e acompanhamento, o gestor tem que estar extremamente atento para que não haja desvios...” (S1)

“...fizemos uma chamada pública de óleo de soja e no meio do caminho alguém mais experiente sinalizou que aquilo não era uma cooperativa, tomamos um tombo...” (S2)

6.2.2.6. Acordo de cooperação

Em 2013 sentiu-se a necessidade de validar os processos que eram executados dentro do PAE/SP. Como a academia tem, dentre outras, essa função assinou-se um termo de cooperação entre a Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Coordenadoria de Alimentação Escolar, sendo um dos objetivos desse acordo o levantamento das informações acerca da compra da AF.

“...em 2013 foi assinado um termo de cooperação que tem vários objetivos, dentre eles, as informações acerca da compra da agricultura familiar...” (S4)

A partir desse acordo de cooperação entre as partes, surgiu este trabalho de mestrado, a fim de sistematizar e publicar os dados da PMSP.

6.2.3 Categoria 3 – Política Pública de Compra da Agricultura Familiar: a opinião dos gestores sobre relevância e a consolidação da Política Pública.

Nesta categoria pretende-se identificar a opinião dos gestores acerca da política de compra da AF, assim como sua percepção a respeito da consolidação da política em questão e sobre os atores envolvidos no processo.

Pode-se perceber que os entrevistados consideram o PAE um mercado institucional importante para o escoamento da produção de alimentos de origem familiar e para garantia da SAN. Esta é uma PP complexa e envolve diferentes atores na sua implementação, em especial os agricultores familiares e os gestores públicos que estão ligados diretamente, além dos alunos atendidos pelo PAE/SP que são o foco deste processo e indiretamente a comunidade escolar, que passa a valorizar o agricultor.

“...valoriza o agricultor, então nas escolas lá que o pai do aluno ia levar FLV para fornecer, é um pai que foi valorizado, então é um filho que cresce também valorizado, porque normalmente se desvaloriza muito esse pessoal do campo, aí o agricultor pensa

assim 'ah, eu não quero que meu filho fique sofrendo como eu, então vá para o centro'..." (S2)

"...internamente, apesar de eu achar que no departamento já há uma sensibilização em relação à compra da agricultura familiar, eu ainda tenho a sensação de que para muita gente é um trabalho a mais, assim, não necessariamente as pessoas veem aquilo como algo importante..." (S3)

Com relação à opinião dos gestores sobre a Política, todos consideram de extrema importância. Dentre os motivos estão a democratização do acesso ao recurso federal, a eliminação do atravessador e a garantia de SAN.

"...as pessoas precisam encarar a compra da AF como uma forma de fortalecer esse vínculo curto entre a produção e o consumo, democratizar o acesso dos produtores a esse recurso..." (S3)

"...uma política fundamental, muito bem pensada, desenhada entre duas gestões da Educação e do Desenvolvimento Agrário, conseguiram criar uma política, de duplo viés, eu sempre chamo assim, ela tem o viés do desenvolvimento rural, sem perder o viés da segurança alimentar e nutricional, então ela beneficia ambas as pontas da cadeia produtiva, então na minha opinião é que é uma política fundamental..." (S4)

"...eu acho que a ideia é muito boa, né? Você imaginar que o dinheiro não tá indo só para mão das grandes empresas, das multinacionais, mas que tá ajudando o cooperado, o pequeno agricultor, estimulando o produto orgânico..." (S6)

"...a agricultura familiar é um solucionador da Segurança Alimentar e Nutricional..." (S1)

Diferentes aspectos foram abordados quanto a opinião sobre a consolidação da política, que seria o cumprimento dos 30% previstos em lei e que esse procedimento se torne praxe, como ocorre com as licitações. Dentre as opiniões, os entrevistados relataram que para que isso ocorra é necessário maior divulgação sobre a AF, e que se entenda que é possível comprar alimento *in natura* para o PAE/SP. Apesar de não haver consenso nas respostas, a maioria dos entrevistados acredita que a política não está consolidada e que isto está em disputa diariamente.

“...gostaria de achar que ela é mais consolidada do que ela é realmente, acho que até 2016, a experiência de São Paulo mostra um pouco isso, é uma luta diária mesmo, apesar de ter uma exigência federal...” (S3)

“...acho que leva aí mais uns 10 anos para se consolidar, a cada ano o número de municípios que compra da agricultura familiar aumenta e isso é um indicativo...” (S4)

“...acho arriscado no futuro mudar o governo, seja federal ou municipal, e acabar tudo, não duvido...” (S6)

"...acho que é uma política consolidada sim..." (S5)

7. DISCUSSÃO

O combate à fome e a insegurança alimentar são essenciais para acabar com os ciclos de pobreza. Para isso, é importante que os governos implementem políticas públicas que assegurem o acesso aos alimentos e a manutenção de sua produção. O conceito da Segurança Alimentar é abrangente, e inclui aspectos de produção, distribuição e consumo de gêneros alimentícios. Sua definição:

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (art. 3º da Lei nº 11.346/2006).

O conceito de SAN está contido no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada e sua concretização, promoção e garantia representam obrigações do Estado (BRASIL, 2006). Neste sentido, o PNAE tem uma importante função de proteção social, com o princípio da equidade, seu caráter universal e gratuito para todos os alunos atendidos na rede pública de ensino. No Brasil, a regulamentação da alimentação escolar promove a SAN e o DHAA, uma vez que contém ações intersetoriais e compreende questões desde a produção ao consumo de alimentos, incluindo sua escolha de acordo com fatores culturais e hábitos alimentares, além da capacidade aquisitiva da população (AMISTÁ, 2013; BURITY et al., 2010). Em São Paulo, o programa atende todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino, o que representa quase 1 milhão de crianças e 2,28 milhões de refeições por dia.

Assim como no Brasil, a alimentação escolar está presente em diversos países no mundo, entretanto, com características diferentes. Em países como México, a alimentação escolar alcança cerca um quarto das crianças matriculadas nas escolas, enquanto no Japão abrange todas as escolas primárias e secundárias (PMA, 2013). No Chile a gratuidade do programa não é universal e atende menos de 50% dos alunos (McEWAN, 2012). Em Portugal a alimentação pode ser gratuita, mas depende das condições socioeconômicas do aluno (SILVA et al., 2016). O

Brasil foi o primeiro país a determinar por lei uma ligação entre a alimentação escolar e a produção agrícola familiar. Portanto, o PMA em parceria com o FNDE criaram o Centro de Excelência Contra a Fome. Esse centro exporta o conhecimento adquirido com essa experiência e auxilia outros países a implementarem programas de alimentação escolar, como por exemplo os países da América Latina, Caribe, alguns países da África e Ásia (PMA, 2015a, PMA, 2015b). Outros países incluem as compras locais como estratégia de sustentabilidade, de melhoria da qualidade da alimentação e da criação de mercados institucionais para os produtos cultivados localmente, visando o desenvolvimento do território rural. Este vínculo tem sido observado em países como o Chile e a Escócia, bem como em algumas cidades como Londres e Roma (SONNINO, 2009; SILIPRANDI et al., 2012; PMA, 2013; HAWKES, 2016). Em Portugal, há o Regime de Fruta Escolar, no qual as crianças recebem frutas 2 vezes na semana sendo estas adquiridas de produtores da região. Na Nigéria as compras devem ser diretas do mercado local, o máximo possível (HAWKES, 2016; SILVA, 2016; FAO, 2015b; PMA, 2013).

A PP de alimentação escolar brasileira é reconhecida internacionalmente como a mais bem-sucedida pelo PMA (2013). Isto devido ao seu caráter universal, gratuito e ao vínculo da agricultura familiar com o mercado institucional (PMA, 2013). O PNAE é referência para as ações que têm sido promovidas pelo PMA em diversos países do mundo através do *“Home-Grown School Feeding”*¹⁹ (HGSF). Esse programa tem dois objetivos: a proteção social com foco na saúde e no estado nutricional de crianças em idade escolar e às transformações técnicas e econômicas da agricultura de pequena escala (SUMBERG; WHEELER, 2010). Ele também propõe uma nova abordagem sobre alimentação escolar que visa oferecer melhores possibilidades de comercialização agrícola, benefícios nutricionais e educacionais, de forma a criar sinergias inovadoras para proporcionar resultados de desenvolvimento mais amplos (MORGAN et al., 2007). Esses programas implementados, com o tempo, devem se tornar propriedade nacional e serem geridos e financiados pelos governos, exclusivamente (PMA, 2013; DEVEREUX, 2010). No Brasil, o PNAE é de responsabilidade do Estado e não depende de financiamento internacional. O município de SP é o responsável pela gestão de um dos maiores repasses do FNDE.

¹⁹ A tradução literal seria: “alimentação escolar cultivada em casa”.

A obrigatoriedade de aquisição da AF para a AE fomenta o desenvolvimento local de forma sustentável, pois, além do fornecimento de alimentos saudáveis, estimula a organização dos produtores, lhes proporciona possibilidades de renda complementar, fortalecimento institucional e contribui para o dinamismo da economia local. A compra institucional é uma demanda previsível, portanto, uma oportunidade para os agricultores se estruturarem para atendê-la (SCHWARTZMAN, 2015; MAXWELL et al., 2007; ESPEJO et al., 2007; MORGAN et al., 2007; PMA, 2015b; SILVA et al., 2016). Tandler e Amorim (1996) sugerem que a demanda estimulada pelas compras institucionais leve a mudanças de técnicas, o aumento da produtividade e o crescimento agrícola. Essa estratégia de compra institucional, produção e aquisição em âmbito local também é citada pela FAO como eficaz para o aumento da produção e da renda, ao mesmo tempo em que melhora a SAN no país. Há também a inclusão social dos pequenos agricultores, marginalizados dos mercados tradicionais, que passam a se envolver com a venda institucional. Isso favorece também os trabalhadores em situações de precarização profissional e social (FAO, 2015b). Apesar desse estudo não ter abrangido a perspectiva dos agricultores, a publicação *Ni pan Ni circo* mostra os benefícios da venda de banana para a alimentação escolar de SP. Ela traz o relato dos agricultores do Vale do Ribeira, região mais pobre Estado de São Paulo, com um dos piores índices de desenvolvimento humano do país. De acordo com Domenici e Breda (2016), os agricultores melhoraram sua organização e as cooperativas passaram a conversar para comercializar com o poder público, o que aumentou a escala de produção e a representação dos seus alimentos no mercado institucional. Relataram que a venda para o mercado institucional melhorou a renda das famílias, pois eliminou o atravessador.

Todos os recursos previstos na legislação do PNAE favorecem a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, devido a sua abordagem intersetorial e seu impacto sobre os diversos atores envolvidos, o que favorece as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo, e incentiva a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, a sustentabilidade social, econômica e ambiental (MALUF et al., 2015; HAWKES et al., 2006; SILVA et al., 2016). Embora a meta de 30% de aquisições da AF não tenha sido atingida, percebem-se inúmeros esforços dos gestores do programa para alcançá-la. Isto inclui diferentes estratégias tanto para aumentar a variedade e a quantidade de alimentos desse tipo de

produção, quanto para aumentar a participação das cooperativas do Estado de São Paulo e o número de cooperativas fornecedoras. Essas estratégias são importantes para cumprir o estabelecido pela lei federal, além de promover circuitos curtos entre a produção e o consumo e a democratização do acesso ao recurso do governo federal destinado a essa PP.

A Lei de 2009 regulamentou a obrigatoriedade da compra da AF a partir de 2010. De acordo com Saraiva et al. (2013) cerca de 50% das EEx implementaram as primeiras compras em 2010, enquanto aproximadamente 23% não compraram alimentos dessa origem. Dados de Souza e Bergamasco (2014), Slater et al. (2013) e Bezerra et al. (2013) demonstram que dentre os municípios estudados, a maioria efetuou a primeira compra em 2011. Em São Paulo, os gestores da alimentação escolar encontraram diversas dificuldades no período de implantação da política pública, como a definição do preço de referência, impasses no entendimento de como a política pública ocorreria, receio de que os agricultores não entregassem e as escolas ficassem desabastecidas desses alimentos. Estas dificuldades também foram relatadas por Siliprandi (2012), que afirmaram que as finalidades da lei são complexas de traduzir para a prática ao tratar de grandes municípios. Dados da pesquisa realizada por Silva (2014), que estudou a viabilidade da aplicação da lei federal sob o ponto de vista de diferentes atores sociais, mostra que a obrigatoriedade de compra por CP trouxe dificuldades aos gestores, que estavam habituados com as compras através das licitações. Esses achados vão ao encontro das informações obtidas pelas entrevistas dos gestores do PAE/SP.

Outro impasse que adiou a efetivação da compra da primeira CP foram os questionamentos do TCM, que ocorreram após sua publicação e que suspenderam o edital. Este processo ficou paralisado até que todas as dúvidas fossem respondidas, o que ocorreu em meados de 2012. Nessa época foi possível retomar a publicação do edital da CP, que ocorreu em outubro. Não foram encontrados na literatura relatos de dificuldades com Tribunais de Contas para implantação da compra da AF, como ocorreu em SP, o que reforça a importância deste trabalho.

Uma das estratégias para superar as dificuldades encontradas no início da implantação da PP e efetuar a primeira compra foram reuniões com diferentes atores envolvidos, a fim de sanar, principalmente, as dúvidas elencadas pelo TCM. Essa estratégia corrobora com Januário (2013) que sugere a importância da

aproximação dos atores da PP para discutir a respeito da tomada de decisões. Como por exemplo, reuniões com representantes das diferentes esferas envolvidas (gestor, escola e agricultor familiar), incluindo representantes do CAE e das organizações que atuam junto aos agricultores para que as decisões sejam benéficas a todos. A assessoria do Projeto Nutre SP, com objetivo de apoiar a compra nos grandes Municípios, onde a diferença entre demanda e oferta por produtos da Agricultura Familiar é maior, foi relevante para auxiliar os gestores na implantação da PP, principalmente no seu início. Outra importante estratégia foi a audiência pública, realizada com os diversos atores envolvidos na PP. Isto permitiu aos gestores conhecer e mapear os agricultores e expor as demandas e exigências do PAE/SP.

As compras institucionais estão entre as mais importantes políticas públicas para a AF nos últimos anos. Contudo, os agricultores familiares costumam esbarrar em questões como logística, planejamento, regularidade na produção e burocracia institucional (BAVARESCO; MAURO, 2012). Os relatos dos gestores do PAE/SP evidenciam a questão da burocracia institucional da máquina pública, que dificulta o acesso dos agricultores à PP. Isto corrobora com os achados de Garcia (2013), que entrevistou gestores, organizações sociais e de agricultores familiares para avaliar a vinculação da AF com equipamentos públicos de alimentação e nutrição no Distrito Federal. Na opinião dos entrevistados, o desafio mais convergente foi a “Burocracia”, respondida por todos. Esse resultado representa uma contradição, uma vez que a intenção da compra por CP é facilitar o acesso dos agricultores aos mercados institucionais.

O relato dos gestores demonstram a necessidade de adequar a linguagem da CP ao público a quem ele é direcionado, para que os agricultores possam ler e compreender o que é necessário atender para participar da CP e do fornecimento para o PAE/SP, caso ele seja o fornecedor. As falas também sugerem a necessidade de reavaliar a pertinência de todas as exigências que são impostas ao AF. Triches e Schneider (2010) apontam a necessidade de adequação das exigências, ao que é passível de se exigir de uma produção que não é mecanizada ou modernizada, mas que apresenta qualidade nutricional.

A pesquisa de preço foi citada diversas vezes como etapa fundamental para o sucesso da implementação da PP. Ela foi referida como uma das maiores dificuldades do processo, e foi unânime a opinião dos gestores. O art. 29 da

Resolução 4/2015 refere-se a pesquisa de mercado para definição do preço de referência:

“Art. 29 O preço de aquisição dos gêneros alimentícios será determinado pela EEx., com base na realização de pesquisa de preços de mercado.

§1o O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.” (BRASIL, 2015, grifo da autora)

Os preços dos produtos contratados na CP devem refletir os de mercado. Eles devem ser previamente definidos por pesquisa realizada pela EEx e em estreita conciliação com os princípios jurídicos que regem as aquisições feitas pela Administração Pública (FNDE, 2016). A dificuldade dos servidores em cumprir esse artigo da resolução implica em entraves na implementação da compra, pois faz com que as CP fracassem. Essas dificuldades corroboram com os achados por Garcia (2013) e Silva (2014), que relataram que as pessoas que atuam nos equipamentos públicos demonstram receio e insegurança quando as compras não são realizadas por licitação, regidas pela Lei 8.666/1993. Apesar de os gestores terem citado a importância do banco de preços em 2015, a experiência relatada pelos gestores do RJ em visita técnica é de que essa ferramenta estava inviabilizando as CP. Outra dificuldade relacionada à questão do preço e que leva ao fracasso da CP é a existência de uma ARP para o mesmo alimento com preço inferior. Isto ocorre devido ao receio que os gestores do programa tem da falta de algum gênero na escola, caso os agricultores tenham problema com a safra. Portanto, eles usam os contratos da ARP como “guarda-chuva” como eles costumam se referir, pois cobre a falta de alimentos da AF. Entretanto, é notável que o critério aqui adotado é exclusivo da economicidade, da Lei 8.666/93. É importante destacar aqui que essa lei teve seu art. 3º alterado²⁰, a fim de promover o desenvolvimento nacional

²⁰ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional

sustentável. Entretanto, esse é um ponto controverso, pois os gestores consideram apenas a economicidade e desconsideram os benefícios sociais e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (BRASIL, 1993).

Outros obstáculos encontrados nesse estudo e que dificultaram a implementação da PP foi a presença de produtores que não se encontravam organizados em cooperativas e dificuldade das cooperativas de obter a DAP jurídica, fundamental para fornecer para o mercado institucional. Essas informações também foram encontrados por Siliprandi (2012) e Januário (2013). Um dos pressupostos da PP é preconizar a compra de alimentos de origem local. Entretanto, devido à ausência de cooperativas formalizadas com DAP Jurídica no município de SP, a prefeitura definiu como âmbito local o estado de São Paulo, independente das distâncias entre a área de produção e o município. Segundo Siliprandi (2012), para grandes municípios, a logística para atender as escolas pode prejudicar um dos objetivos da Lei, que é de promover o desenvolvimento local, uma vez que a grande demanda provoca a necessidade de comprar alimentos de outras regiões. O evento “Agricultura Familiar do Estado de São Paulo: possibilidades de inserção no Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo” realizado em 2013 foi uma das estratégias para o mapeamento da produção local, fato que demonstra o comprometimento dos gestores em cumprir os parâmetros determinados pela PP. Como SP é um estado de grandes dimensões, sugere-se que alguns métodos sejam desenvolvidos para conseguir cumprir a promoção de circuitos curtos entre a produção e o consumo, mesmo que na Lei esteja prevista a compra dentro do Estado quando as aquisições do município não forem suficientes. Desta forma a compra pelo PAE/SP é uma forma de promover o desenvolvimento de regiões próximas aos grandes centros, através do incentivo à agricultura familiar. A cidade de São Paulo tem grande potencial de compra da agricultura familiar. Isso porque diariamente a quantidade de alimentos servidos para atender a demanda é alta. Por mês são consumidos cerca de 325 toneladas de arroz, 125 toneladas de feijão, 56 toneladas de carne bovina, 60 toneladas de frango, 15 toneladas de carne suína, 53 toneladas de filé de peixe e quase 4 toneladas entre frutas, verduras, legumes e ovos.

sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

A falta de ATER também foi relatada com uma das dificuldades da implementação da PP no município de SP, devido à importância do seu trabalho na instrução dos agricultores. A orientação ocorre tanto no planejamento da produção quanto no preenchimento dos documentos exigidos na CP. Estudo realizado por Baccarin (2011) também relatou que a carência de ATER se reflete na dificuldade de planejamento, na regularidade de produção e na qualidade e quantidade dos alimentos. Pesquisa de Triches e Schneider (2010) referiu que a ATER foi fundamental como intermediária do processo, por mediar a relação entre os agricultores e o Estado. Por um lado, assessora e capacita os produtores e, por outro, leva suas necessidades às instituições públicas.

Os gestores do PAE/SP consideram a execução da Lei mais difícil no município de SP. Isto por possuir grandes dimensões, diversas exigências técnicas e análises laboratoriais e à burocracia existente. Estudo feito por Siliprandi (2012) estudou os 21 município do Estado de SP que possuem cerca de 50% da população, e seus achados corroboram com essa pesquisa sobre a dificuldade implementar a PP em município de grande porte. Entre as dificuldades estão a logística, os locais de entrega, os preços utilizados como referência, os prazos de pagamentos, a existência de mecanismos de substituição de produtos. Devido ao montante de alimentos necessários, muitos procedimentos são padronizados, o que dificulta que sejam feitas adaptações, que são próprias de pequenos fornecedores, que muitas vezes têm que improvisar para seguir com o trabalho (SILIPRANDI, 2012).

Estudos afirmam sobre a importância de aprimorar e fortalecer a comunicação entre os gestores e os grupos de agricultores, cooperativas e associações, mesmo após a assinatura do contrato (CAMARGO et al., 2013; SILIPRANDI et al., 2012; JANUÁRIO, 2013). Entretanto, dados de Rodriguez (2015) indicam a ausência do contato entre esses atores envolvidos e sugerem a necessidade de maior aproximação. A formação do NAAF, para dar apoio ao desenvolvimento da PP no município demonstra o comprometimento de SP e a vontade política do diretor em implementá-la. Os servidores do núcleo dão suporte aos demais gestores do PAE/SP, fazem a comunicação com as cooperativas e realizam o mapeamento da produção. Triches e Baccarin (2014) afirmam que a implementação da política, com adesão às aquisições locais depende da disponibilidade e vontade política dos gestores locais. Além disso, é necessário que outros órgãos da prefeitura

relacionados com a agricultura também estejam envolvidos com o processo, inclusive para realização do mapeamento para dar suporte aos gestores (JANUARIO, 2013; RODRIGUEZ, 2015). As equipes do governo devem dar assistência aos agricultores para que estes se organizem, como tem sido feito pela prefeitura de SP.

A maior parte dos alimentos adquiridos pelo PAE entre 2012 e 2016 são minimamente processados, devido às dificuldades logísticas encontradas, à dimensão do programa paulistano e a necessidade de organização das cooperativas. É importante avaliar o nível de industrialização necessária para os alimentos de origem familiar que são adquiridos. Dados de Siliprandi et al. (2012), ao avaliar 32 organizações de produtores do Estado de SP verificou que apenas 16 comercializavam produtos processados, destas 3 precisavam de apoio para complementar o processo e o restante terceirizavam todo o serviço. Essa reflexão é importante, pois o custo do processamento é pago pelo agricultor e apesar de estar previsto no cálculo do preço de referência do alimento, esse valor é descontado do limite anual que o agricultor pode comercializar com o município naquele ano. Enquanto o processamento do alimento *in natura* é simples, e pode estar todo nas mãos dos produtores. Portanto, o aumento da compra do alimento *in natura* é um desafio, cujas soluções estão sendo construídas continuamente pelos gestores. Esses dados são contrários aos encontrados por Rodriguez (2015), Baron et al., (2014), Souza e Bergamasco (2014) e Costa et al. (2015), que relataram o fornecimento, em sua maioria, de diversos alimentos hortifrutigranjeiros frescos.

No período estudado o PAE/SP destinou aproximadamente 62 milhões de reais para a compra da AF, beneficiou 35 cooperativas e democratizou o acesso ao recurso para 3,7 mil famílias. Entretanto, o potencial de compra direta da AF pelo município de SP entre 2010 e 2016 era de 163.882.932,71 milhões de reais, uma vez que o limite de venda por agricultor para o município é de 20 mil reais, esse montante é equivalente ao fornecimento de alimentos por cerca de 8 mil famílias agricultoras. De acordo com dados disponíveis na página do FNDE na internet, em 2014, 23% das EEx não realizaram nenhuma compra, 40% atingiram a meta e compraram 30% ou mais, e 37% das EEx compraram da agricultura familiar, mas ainda não cumpriram o mínimo estabelecido por lei, como é o caso da cidade de SP (FNDE, 2016).

As políticas públicas e o estabelecimento de mercados institucionais são fundamentais para incentivar a mudança da matriz de produção da agricultura familiar atualmente estabelecida no Brasil. É importante destacar, além do incentivo à produção orgânica e agroecológica feito pelo governo federal, que o município de São Paulo aprovou em 2015 uma lei que determina a introdução progressiva de alimentos agroecológicos no seu PAE, com prioridade para os agricultores familiares e pequenos agricultores (SÃO PAULO, 2015). Portanto, além dos benefícios elencados neste trabalho, o programa estimula a transição das propriedades agrícolas para o sistema agroecológico. Esta iniciativa beneficiará os alunos que vão consumir alimento livre de agrotóxico, os produtores e a natureza, pois ao eliminar o uso de agroquímicos nas lavouras, os agricultores protegem o solo e a água, trabalham em um ambiente mais saudável e ainda melhoram a própria alimentação e a de outras famílias (BARON et al., 2014). Espera-se que essa PP determinada por Lei seja utilizada como referência para outras EEx.

Dada a complexidade das demandas do PAE/SP, observa-se que foram encontradas dificuldades para realizar a primeira aquisição da AF, e são inúmeros os desafios para os gestores do município cumprirem a meta estabelecida pelo governo federal. Portanto, os relatos descritos nesse trabalho são importantes para verificar os limites e as dificuldades que acompanham a implementação da política pública, bem como as soluções, estratégias e os avanços encontrados, e assim pensar os caminhos que poderão ser seguidos pelos atores envolvidos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas são espaços importantes para o acesso a alimentos de qualidade, como os advindos da agricultura familiar, construção e disseminação de hábitos alimentares saudáveis com envolvimento de alunos, professores, merendeiras, pais e agricultores, por meio de atividades de educação alimentar e nutricional e das políticas de alimentação escolar, promotoras da SAN.

A lei 11.947/2009 é considerada um avanço nos modelos de políticas públicas. A aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar é importante para os diversos atores envolvidos e para a manutenção da SAN. Ela beneficia ambas as pontas da cadeia. Por um lado, elimina do atravessador e o agricultor familiar é melhor remunerado pela sua produção, que passa a ter mercado certo, ele também se sente estimulado a continuar o trabalho com a agricultura. Enquanto por outro, os alunos atendidos pela RME recebem alimentos saudáveis. Considerando que a escola é um ambiente que contribui para a construção dos valores dos alunos, é importante promover a alimentação saudável e fomentar a discussão sobre os alimentos e sua origem. Isto deve permear diferentes áreas do conhecimento, e também ser capilarizada para a comunidade escolar.

A determinação legal do vínculo da AE com a AF está longe de garantir a adequada execução da PP. Para que isso ocorra é necessário vontade política e comprometimento dos gestores envolvidos em todas as etapas, qualidade que foi demonstrada pelos gestores do PAE/SP entrevistados. Entretanto, é importante que todos os servidores da SME entendam as características particulares da produção familiar e considerem essa aquisição como uma ferramenta que promove o desenvolvimento rural e a garantia da produção de alimentos, além da lei que deve ser cumprida. Os resultados apresentados nesse estudo são relevantes, pois permitem a compreensão das dificuldades que levaram o PAE/SP a não contratar alimentos da AF para o cumprimento da Lei entre 2009 e 2011, assim como os obstáculos que o impossibilitaram de cumprir a meta de 30% determinada por lei. Considerando que o município de São Paulo é tido muitas vezes como vitrine por outras cidades, a exposição das ações e estratégias aqui relatadas podem contribuir para que os gestores de outras EEx consigam implementar a compra da AF em seus PAE.

A estruturação de uma equipe dedicada à AF e a inclusão da política pública como um dos eixos estratégicos da CODAE foram imprescindíveis para o desenvolvimento das aquisições. A descrição do processo da CP, a evolução da compra da AF, o monitoramento dos alimentos, quantidades contratadas, famílias envolvidas, localização das cooperativas e outras informações aqui expostas podem incentivar outros gestores a sistematizar as informações, publicar os dados e suscitar a discussão, o que será de grande valia para a validação e consolidação da política pública.

Esse estudo descreveu e analisou a implementação da política pública sob a perspectiva dos gestores. É interessante que sejam realizados estudos para descrever a história sob a ótica de outros atores, como os agricultores e suas organizações, as instituições de ATER, além dos conselheiros do CAE municipal. É importante também que seja avaliado o impacto e os resultados dessa política pública tanto para os alunos quanto para os agricultores, pois só assim será possível mudar a atitude dos gestores com relação à lógica do menor preço.. É necessário valorar os benefícios que a política pública promove, que na maioria das vezes não são considerados na conta da economicidade.

Nas pesquisas qualitativas das ciências humanas e sociais admitimos que não há o bloqueio do sujeito na interação com seu objeto de estudo e sua neutralidade é inexistente. Assumimos que há um pesquisador que é produtor do conhecimento e que está presente durante todas as etapas da pesquisa. Embora os procedimentos tenham sido metodologicamente determinados, a construção da discussão e dos resultados foram conduzidos com base na experiência previa como gestora e pesquisadora. Com essa questão, trazemos também os desafios de realizar a pesquisa de natureza qualitativa, com relação ao desenvolvimento dos conceitos epistemológicos, principalmente para quem está no início do processo de formação enquanto pesquisadora. As ciências humanas e sociais reconhecem e aceitam a interação entre o sujeito e o objeto como parte da qualidade do conhecimento produzido e reconhecem a existência de diversos percursos metodológicos (SCHRAIBER, 2017).

9. CONCLUSÃO

A alimentação escolar constitui uma das Políticas Públicas de SAN mais importantes e de maior alcance do país. Este trabalho descreveu e analisou os fatores que interferiram no processo de compra de alimentos provenientes da agricultura familiar do PAE do município de São Paulo.

- As principais dificuldades encontradas na implantação foram: a suspensão do edital pelo TCM e o entendimento da implantação da política pública pelos gestores e como o processo ocorreria.

- O valor total destinado para as aquisições da AF entre 2012 a 2016 foi aproximadamente 62 milhões de reais;

- Os percentuais contratados de origem familiar foram 1%, 7%, 17%, 27% e 22%, respectivamente entre 2012 e 2016.

- 3,7 mil famílias foram envolvidas no fornecimento para o PAE/SP e beneficiadas pela PP e o total de cooperativa 35.

- O processo de implementação da compra da AF ocorre conforme preconizado pelo FNDE, exceto a pesquisa de mercado para definição do preço de referencia, pois a prefeitura possui seu próprio decreto orçamentário. Por se tratar de uma etapa fundamental, sugere-se que a metodologia seja revista, a fim de que o preço estabelecido reflita a realidade do agricultor familiar.

10. REFERÊNCIAS

- AMISTÁ, M.J. de M. **Programa de alimentação escolar: perfil dos beneficiários, qualidade e atuação de gestores e da comunidade de Guariba**. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.
- ANA, ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA. Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia Sistematização de Experiências: Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro. 2010.
- ANJOS, S.F. dos, CALDAS, N.V. Estado, segurança alimentar e políticas públicas: uma aproximação à realidade brasileira. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 375-396, jul/dez, 2011.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 304 p.
- ARRUDA, B.K.G. de; ARRUDA, I.K.G. de. Marcos referenciais das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno. Infantil**, v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007.
- BACCARIN, J. G.; ALEIXO, S. S.; SILVA, D. B. P.; MENDONÇA, G. G. Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. In: 49 CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2011, Belo Horizonte. Anais do 49 Congresso da SOBER: SOBER, 2011.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARON, J. C.; et. al. Agricultura familiar: aspectos práticos do programa nacional de alimentação escolar no sul de Santa Catarina. **Cadernos Acadêmicos**. v 6, n 2, p. 105–13, 2014.
- BARROS, M.S.C.; TARTAGLIA JC. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Aliment. Nutr.** [internet]. v. 14, n. 1, p.109-21, 2009. Disponível em: <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewArticle/847>>. Acesso em: 19 agosto 2016.
- BARROS, M.S.C.de; COSTA, V.M.H. de M. A construção de um sistema de garantia da segurança alimentar e nutricional para o Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n 1, p. 795-806, 2016.
- BAUER, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3a ed.

Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p.189-217.

- BAVARESCO, P.A.; MAURO, F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino, 2012, Santiago, Chile. Fórum de especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe, 2012. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_expertos/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf>. Acesso em: março 2016.
- BEAUD, S.; WEBER, F. Preparar e negociar uma entrevista etnográfica. In: Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 118-133.
- BELEI, R.A.; PASCHOAL, S.R.G.; NASCIMENTO, E.N.; MATSUMOTO, P.H.V.R. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, V. 30, p. 187-199, jan/junho. 2008.
- BELIK, W.; CHAIM, N.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista. Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607. 2009.
- BEZERRA, O.M. DE P.A.; et al. Promoting the Purchase of Family Farm Products for School Meals in Territories of Citizenship of Minas Gerais and Espírito Santo States, Brazil. **Revista de Nutrição**. Campinas, v 26, n 3, p. 335–42. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: art.208 inciso VII: alimentação escolar como dever do estado. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 3 de fevereiro de 2010. Dá nova redação ao art. 6 da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2010
- BRASIL. Lei N. 8.913 de 12 de Julho de 1994. Dispões sobre a municipalização da merenda escolar [internet]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1994.
- BRASIL. Medida provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1998. Disponível em: <<https://www.fn-de.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPubli>>

co&sql_tipo=MPV&num_ato=00001784&seq_ato=000&vlr_ano=1998&sql_orgao=NI
 >. Acesso em: 30 abril 2015.

- BRASIL. Medida Provisória nº 1.979-19, de 2 de Junho de 2000. Reedição da MP nº 1.784 de 14 dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. [internet]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2000. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2000/medidaprovisoria-1979-19-2-junho-2000-360435-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 abril 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/FNDE/CD nº 04 de 02 abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/FNDE/CD nº 32 de 10 agosto de 2006. Estabelecer as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar e para a transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades federais, para a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 agosto 2006 (a).
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/ FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013 Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/FNDE/CD nº 38 de 16 julho de 2009b. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 2009 (b).
- BRASIL. Poder Legislativo. Decreto Lei Nº. 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de abril de 1938.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 1.946 de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 4.854 de 8 de outubro de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura

Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de julho de 2006 (b).

- BRASIL. Presidência da República. Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n^{os} 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n° 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de junho de 2009 (a).

- BRASIL. Presidência da República. Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1993.

- BRASIL. Presidência da República. Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2006 (c).

- BRASIL. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos [internet]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 20 agosto 2015.

- BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M.F. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. p.204.

- CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. . **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - 2012/2015**. Agosto, 2011. Brasília, DF: CAISAN, 2011. Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf.pagespeed.ce.NSQXeyLv0S.pdf. Acesso em: 30 julho 2015.

- CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar. **Tema de Administração Pública**. v 8, n 2, 2013.

- CAPRARA, A.; LANDIM, L.P. Ethnography: its uses, potentials and limits within health research. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.25, p.363-76, abr./jun. 2008.

- CAREGNATO, A.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

- CARVALHO, D.G. de; CASTRO, V.M. de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.
- CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos. BRASÍLIA: DF, 2006.
- COSTA, B. P. A.; AMORIN, J.; GOMES, P. C.; DA SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia E Sociologia Rural**. v 53, n. 1, p. 109–26, 2015.
- DEVEREUX, S., SABATES-WHEELER R., MARTÍNEZ, A.P. Home Grown School Feeding and Social Protection. Institute of Development Studies (IDS). Brighton. 2010.
- DOMENICI, T.; BREDI, T. Sí, nosotros tenemos bananas y ya no pasamos hambre In: RINCÓN, O. GRIECO, F. Ni pan ni circo: historias de hambre en América Latina; Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Friedrich-Ebert-Stiftung, 2016.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.
- ESPEJO, F. C.; BURBANO, GALLIANO, E. Home Grown School Feeding: A Framework to Link School Feeding with Local Agricultural Production. Rome: World Food Programme. 2009.
- FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food Insecurity in the World. Rome, 2015 (a).
- FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food and Agriculture. Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty. Rome, 2015 (b).
- FARIA, A.L.G. A contribuição dos Parques Infantis de Mario de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educ. Soc.**, v. 69, p. 60-91. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000400004>> . Acesso em 20 maio 2015.
- FLICK, W. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar [internet]. Brasília; DF, 2015 (c). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5646-manual-de-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 30 julho 2015.
- FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar>>

historico>. Acesso em: 10 nov. 2015 (a).

- FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados estatísticos [internet]. Brasília; 2015 (b). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos>>. Acesso em: 10 julho 2015.
- FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. 2ª edição – versão atualizada com a resolução CD/FNDE nº4/2015. Brasília. 2016.
- FRANCO, A.C.; BOOG, M.C.F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Rev. Nutr.**, v. 20, n. 6, p. 643-55, 2007.
- FAE, Fundação de Assistência ao Estudante – descentralização do programa nacional de alimentação escolar: relatório de atividades 93/94. BRASILIA, 1996.
- GARCIA, F. M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.
- GARCIA, G.S. A agricultura familiar e os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional no Distrito Federal. Universidade de Brasília, 2013.
- GUANZIROLI, C.H.; BUAINAIN, A.M.; DI SABBATO, A. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr/jun, 2012.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAWKESS, C; BRAZIL, BG; CASTRO, IRR, JAIME PC. How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. **Rev Saúde Pública**, v. 50, n. 47, 2016.
<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico. São Paulo. Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=355030>. Acesso em: 10 jul 2016].
- JANUARIO, B. L. **Avaliação dos fatores condicionantes da implementação (ou não) do Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado de São Paulo**. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- LAIRON, D. Nutritional quality and safety of organic food: **A review. Agron Sustain Dev**, v. 30, n. 1, 2009.

- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A.. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- MAGNO, M.S.O.; CYRILLO, D.C.; SARTI, F.M. Evolução da alimentação escolar no município de São Paulo-SP. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr**, v. 38, n. 1, p. 83-96, 2013.
- MALUF, R.S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J.S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, 2015.
- MALUF, R.S.; MENEZES, F., VALENTE, F.L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, v. 4, p. 66–88, 1996.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.
- MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. Depto de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>> Acesso em 24.05.16.
- MAXWELL, D. 2007. Global factors shaping the future of food aid: the implications for WFP. *Disasters* 31: S25-S39.
- McEwan, P.J. The impact of Chile's School Feeding program on education outcomes. **Economics of Education Review** . v. 32, p. 122–139, 2013.
- MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2009.
- MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/dhaasisan-miolo-030413.pdf/download>>. Acesso em 15 ago 2015.
- MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. Ed. São Paulo: Ed. Hucitec; 2008.
- MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; DESLANDES, S.F.; VEIGA, J.P.C. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2005;
- MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **REVISTA NERA**, n. 8, jan/jun, 2006. ISSN 1806-6755
- MORGAN, K.; BASTIA, T.; KANEMASU, T. Home Grown: The New Era of School Feeding, Cardiff: School of City and Regional Planning, Cardiff University. 2007.
- PATTON, M. Q. Qualitative Evaluation and Research Methods. London: SAGE; 1990.
- PEIXINHO, A. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista de Ciência e Saúde coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-913, 2013.
- PMA. World Food Programme (WFP). State of School Feeding Worldwide, Rome: WFP. 2013.
- PMA. World Food Programme (WFP) World Hunger Series 2006: Hunger and Learning, Rome: WFP. 2006.
- POPE, C.; MAYS, N. (Eds.). **Qualitative research in health care**. London: BMJ Books, 2000.
- POUPART, J, DESLAURIERS, JP, GROULX, LH, LAPIÈRE A, MAYER R, PIRES, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- RETIÈRE, M.I.H. **Agricultores Inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2014.
- RODRIGUEZ, M.C.A. **Distribuição espacial dos fatores associados à vinculação da agricultura familiar com o programa nacional de alimentação escolar nos municípios do estado de São Paulo**. 2015. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ROJAS, J. E. A. O indivisível e o divisível na história oral. In: MARTINELLI, M. L. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. p. 87-94.
- ROSA, M.V.P.F.C; ARNOLDI, M.A.G.C. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica; 2008. 112 p.
- ROSALDO, R. Culture & truth: the remaking of social analysis. Boston: Beacon Press, 1993.

- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei Municipal nº 16.140 de 17 de março de 2015. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do sistema municipal de ensino de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. São Paulo: SP. 2015
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Poder Legislativo. Lei Municipal nº. 16.050 de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. São Paulo: SP. 2014. [internet]. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-_lei_16050_-_plano_diretor_estrategico_1428507821.pdf>. Acesso em: 15 agosto 2015].
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal da Educação. Decreto Municipal nº. 56.793 de 4 de fev. de 2016. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. São Paulo: SP. 2016.
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal da Educação. Decreto Municipal n. 53.974 de 6 de junho de 2013. Altera a denominação do Departamento de Merenda Escolar - DME, da Secretaria Municipal de Educação, bem como dispõe sobre suas atribuições. Disponível em: <<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/sitemerenda/Documentos/legislacao/decreto%20DAE%202013.pdf>>. Acesso em 15 julho 2015.
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal da Educação. Decreto Municipal nº 50.362 de 30 de dezembro de 2008 (b). O Departamento da Merenda Escolar - DME, da Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços - CGBS, da Secretaria Municipal de Gestão, fica transferido para a Secretaria Municipal de Educação, com suas unidades, cargos, atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo e pessoal, mantida a atual estrutura organizacional [internet]. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=31122008D%20503620000>. Acesso em 20 julho 2015.
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal da Educação. Departamento de Alimentação Escolar. Gestores da RME avaliam Programa de Alimentação Escolar, 2015 (c) [internet]. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Gestores-da-RME-avaliam-Programa-de-Alimentacao-Escolar>. Acesso em 20 agosto 2015.
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal da Educação. Departamento de Alimentação Escolar. Gestores da RME avaliam Programa de Alimentação Escolar, 2015 (b) [internet]. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Cardapio>. Acesso em: 20 agosto 2015.

- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal da Educação. Portaria 4618 de 18 de novembro de 2008 (a). Dispõe sobre a organização das Unidades de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Ensino Fundamental e Médio e dos Centros Educacionais Unificados da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2009, e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. São Paulo, SP. 2008.
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Alimentação Escolar. O Programa de Alimentação Escolar na cidade de São Paulo: do passado ao presente [internet]. São Paulo. 2015 (a). Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/PAE-no-municipio-de-Sao-Paulo>>. Acesso em 10 junho 2015.
- SARAIVA, E.B. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciências & Saúde Coletiva**, v, 18, n. 4, p. 927-936, 2013.
- SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.
- SCHWARTZMAN, F. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares em municípios do estado de São Paulo**. 2015. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SILIPRANDI, E. et al. A agricultura familiar e o atendimento à demanda institucional das grandes cidades. In: Secretaria da Agricultura Familiar/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar de São Paulo. São Paulo: **Instituto Via Pública**, 2012.
- SILVA, A.P.F. da; SOUSA, A.A. de. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 6, p. 701-714, nov./dez., 2013.
- SILVA, MX da; MARTINS, ML; PIERUCCI, APTR; PEDROSA, C; ROCHA, A. Características dos programas de alimentação escolar do Brasil e de Portugal. **Demetra**, v. 1, n. 11, p. 179-194, 2016.
- SLATER, B.V.; SCHWARTZMAN, F.; JANUÁRIO, B.L. RAMOS, J.F. Situação dos municípios do Estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Rev. bras. epidemiol.** [online], v.16, n.1, p. 223-226, 2013. ISSN 1415-790X.
- SMDU, SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria municipal de desenvolvimento urbano (SDMU). Ordenação territorial. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/ordenacao-territorial/>>. Acesso em 10 julho

2015.

- SONNINO, R. Quality Food, Public Procurement, and Sustainable Development: The School Meal Revolution in Rome. **Environment and Planning**, v 41, n 2, p. 425–40, 2009.
- SOUZA, E.F. de V; BERGAMASCO, S.M. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da aquisição da agricultura familiar nos municípios do círculo das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-22, 2014.
- SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; VEIGA, J.P.C. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2005;
- STEFANINI, M.L.R. Merenda Escolar: História, Evolução e Contribuição no Atendimento das Necessidades nutricionais da criança. São Paulo, 1997.
- STURION, G. L. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- STURION, G.L.; SILVA, M.V.; OMETTO, A.M.H.; FURTUOSO, M.C.O.; PIPITONNE, M.A.P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao PAE no Brasil. **Rev. Nutr.**, v. 18, n. 2, p. 167-81, 2005.
- SUMBERG J, WHEELER, RS. Linking Agricultural Development to School Feeding. HGSF Working Paper SERIES 2. The Partnership for Child Development. Institut of development studies. Junho 2010.
- TENDLER, J.; AMORIM, M. A. Small firms and their helpers: lessons on demand. **World Development**, v. 24, n. (3), p. 407-426, 1996.
- TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo : a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar**. 2010. 297f. Tese (Doutorado em desenvolvimento rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o elo perdido: A reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de dois irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2010.
- VASCONCELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista Nutrição**. Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005.

11. ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO DA ENTREVISTA

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA NO INÍCIO DA ENTREVISTA

Conforme informado no e-mail enviado com o convite, estamos realizando um estudo, aqui na CODAE, sobre como ocorreu a implantação da política de aquisição de alimentos direto do Agricultor Familiar, de acordo com a Lei 11.947/2009, entre 2009 e 2015. Acreditamos que pela sua experiência e vivência, você poderia nos auxiliar. Você poderia nos dar uma entrevista sobre o assunto? Eu também necessitaria gravar a entrevista como forma fidedigna das informações que você puder nos dar. Queria salientar que a sua pessoa será eticamente resguardada independente das informações dadas. Você, então, me permite gravar a nossa conversa nestes termos?

(assinatura do TCLE)

PERGUNTAS ABERTAS

→ Objetivo do questionário - COMO SE DEU A IMPLEMENTAÇÃO DA COMPRA DA Agricultura Familiar?

- I. Breve explicação do Projeto
- II. Informações sobre o servidor (“quebrar o gelo” e obter informações sobre o gestor)

1. Há quanto tempo você trabalha na Prefeitura de São Paulo?
2. Em 2009 você exercia qual função dentro da Entidade Executora? Até quando ocupou esse cargo?
3. Por que você trabalhou com a AF? Com aquela função, com essas coisas?
4. Hoje, qual setor em que você trabalha? Qual sua função?

III. Informações sobre a Política de Compra (desde a implantação, quais são as marcas desse processo?)

1. Gostaria que você me contasse a história da compra da Agricultura Familiar no município de São Paulo, desde a implantação da lei em 2009, como ocorreu todo o processo?

a. Na sua opinião, quais foram as primeiras dificuldades encontradas pela prefeitura de São Paulo (entidade executora) para conseguir efetivar a primeira compra da Agricultura Familiar?

b. Quais as principais dificuldades encontradas (primeira compra)?

c. Quais estratégias foram utilizadas para superar essas dificuldades (primeira compra)?

d. Quais ações foram feitas? POR QUE?

e. Após a primeira aquisição, as dificuldades encontradas foram diferentes?

f. Quais foram as dificuldades/barreiras encontradas para a execução dessa política?

g. Quais estratégias utilizadas foram exitosas? POR QUE? (Observar o que considera exitosa, deu para comprar?)

h. Quais não foram? POR QUE?

i. Foram feitas articulações com outras entidades/órgãos para conseguir implementar a política de compra?

j. Quais articulações? Por que essas?

k. O que você achou

i. Quais são as marcas nesse 7 anos que ficaram para você?

j. Quais os momentos de maior dificuldade nesse processo? Por que?

2. Teve algum programa do governo federal que tenha auxiliado para o êxito da implementação da política?

- a. Teve alguma estratégia do Governo Federal que tenha auxiliado para o êxito da implementação?
- b. O estado teve/tem algum Programa que tenha auxiliado para o êxito da implementação da política no município de SP?
- c. Conhece alguma estratégia de governo de Estado que tenha contribuído? Como souberam disso? Por que deu certo?)
- d. Conhece algum outro governo de Estado que tenha algum programa que ajudou?
- e. Conhece algum outro governo de Estado que tenha alguma estratégia que ajudou?

(Como vocês souberam disso? Pq vocês acompanham/acompanharam isso? caso do Paraná ou outro Estado)

3. Teve algum programa do governo federal que tenha contribuído para o aumento do percentual de aquisição da compra da AF?

- a. Teve alguma estratégia do Governo Federal que tenha auxiliado para o êxito da implementação?
- b. O estado teve/tem algum Programa que tenha auxiliado para o êxito da implementação da política no município de SP?
- c. Conhece alguma estratégia de governo de Estado que tenha contribuído? Como souberam disso? Por que deu certo?)
- d. Conhece algum outro governo de Estado que tenha algum programa que ajudou?
- e. Conhece algum outro governo de Estado que tenha alguma estratégia que ajudou?

(Como vocês souberam disso? Pq vocês acompanham/acompanharam isso? caso do Paraná ou outro Estado)

4. Teve alguma política específica para a implementação dessa Política Pública? (Federal, Estadual e Municipal) Como é o acompanhamento disso? (para o êxito da implementação da política?)

5. Vocês receberam apoio de outras secretarias do município para implantação da compra?

- a. Quais
- b. Como foi esse apoio?
- c. Vocês receberam apoio de outras secretaria do Estado para implantação da compra? (estado de São Paulo? Ou de outros Estados?)
- d. Quais?
- e. Como foi esse apoio? (durante todo o período da pesquisa)

6. O que você considera que seja fundamental para atingir a meta estabelecida pelo governo federal?

- a. O que você considera que seja fundamental para conseguir que as aquisições sejam perenes e estáveis?
- b. Tem alguma outra estratégia? Por que?

7. Quais dificuldades vocês encontraram na execução desses contratos? Por que? Como foi?

8. De todas as dificuldades expostas por você, qual você considera que foi a mais difícil de ter superado?

- a. E qual a que mais impactou (que travou) o processo de compra?

9. De todas as dificuldades expostas por você, qual você considera que foi a mais difícil de ser superada? Por que? Exemplos

- a. Quais as dificuldades atuais desse processo de compra (processo em curso, não acabou em 2015)
- b. Quais desafios atuais?
- c. O que você acha que ainda tem que ser feito?

10. Como foi a relação com o Conselho de alimentação Escolar, com relação ao parecer final da prestação de contas?

10. Qual sua opinião sobre a implantação dessa Política?

- a. Você acha que é uma Política consolidada? Por que você acha?
- b. Quais são os desafios que a gente tem com relação a ela? São desafios no âmbito municipal? Dessa coordenadoria?
- c. E a execução dessa Política numa Entidade Executora de grande escala, você acha que tem diferença? Por que?
- d. (Tem diferença essa execução em ano eleitoral?)

11. Alguns estudos fazem menção à flexibilização das exigências para esse tipo de compra, qual sua opinião?

12. Qual sua opinião sobre essa Política Pública?

13. Você acha que a entrevista abordou todos os assuntos pertinentes a esse tema? Teve algum assunto que não foi contemplado? Gostaria de fazer mais alguma colocação?

→ se as pessoas não mencionarem, perguntar a opinião sobre a formação do núcleo da AF (NAAF)?

ANEXO II. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **A POLÍTICA DE COMPRA DE ALIMENTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública de caráter suplementar com maior longevidade e abrangência do Brasil na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2009, com a publicação da Lei nº 11.947 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, regulamentou-se a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Portanto, no mínimo 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos Estados e Municípios deverão ser utilizados na aquisição de alimentos diretamente da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Na cidade de São Paulo, a construção de uma estratégia integrada para a ampliação na compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar é um grande desafio, uma vez que as escolas estão distribuídas em uma metrópole distante de áreas agrícolas, e com demanda de alimentos maior que a capacidade produtiva das cooperativas de agricultores familiares do município.

Portanto, descrever e compreender o processo de aquisição dos alimentos com a produção de origem familiar pela cidade de São Paulo, principal centro financeiro do Brasil, pode ser de grande importância para contribuir com estas políticas públicas, haja vista a sua extensão e às dificuldades burocráticas, logísticas de fornecimentos e abastecimento, .

O objetivo deste projeto é identificar e descrever os fatores que interferiram no processo de compra de alimentos oriundos da Agricultura Familiar pelo Programa de Alimentação Escolar de São Paulo. A coleta de dados será por meio de entrevista semiestruturada, que será aplicada pela pesquisadora.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: este projeto contará apenas com a entrevista e os participantes serão voluntários. Portanto, acredita-se que os riscos ou desconfortos sejam mínimos, como por exemplo, a chance remota de falha no

gravador ou extravio do áudio e/ou da transcrição da entrevista, que levaria a um constrangimento. Quanto aos benefícios, acredita-se que os resultados desta pesquisa poderão trazer esclarecimentos a respeito da implementação desta política pública e contribuir para seu aprimoramento.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: este item não se aplica a esta pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Pós Graduação em nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE: Eu, _____ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas

informações e modificar minha decisão se assim o desejar. A professora orientadora Betzabeth Slater Villar certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante Livia da Cruz Esperança e a professora orientadora Betzabeth Slater Villar no telefone (11) 3061-7853 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
Nome	Assinatura da Testemunha	Data

ANEXO III – ACORDO DE COOPERAÇÃO

Acordo de Cooperação Técnica e Científica que entre si celebram a Departamento de Alimentação Escolar – DAE da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FSP/USP, objetivando estudos conjuntos com base no Sistema de Distribuição e Avaliação da Alimentação Escolar do Município de São Paulo.

O **Departamento de Alimentação Escolar – DAE da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo**, doravante denominada apenas **DAE**, sediada na Rua Libero Badaró, 425 – 9º andar - São Paulo/SP inscrita no CNPJ 46.392.114/0001-25, neste ato representado pelo Secretário de Educação Prof. Antonio Cesar Russi Callegari e, de outro lado, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, sediada na Rua da Reitoria, 374 - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ 63.025.530/0001-04, neste ato representado por seu Reitor Prof. Dr. Marco Antonio Zago, RG 3.579.713 CPF n.º 348.967.088-49, com interveniência da **FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FSP/USP**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 63.025.530/0017-71, sediada na Av. Dr. Arnaldo, 715, São Paulo – SP, neste ato, representada por seu Diretor Prof. Dr. Victor Wunsch, portador da Cédula de Identidade - RG n.º 12.857.193-7 e inscrita no CPF/MF sob n.º 183.828.867-87, doravante designado simplesmente **FSP/USP**, com fundamento no artigo 116 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, por esta e na melhor forma de direito, celebram o presente Acordo, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 O presente acordo de cooperação tem por objeto a elaboração de estudos e pesquisas a serem realizados em conjunto pelo corpo docente da **FSP/USP** e pela equipe técnica da **DAE** *objetivando estudos conjuntos com base no Sistema de Distribuição e Avaliação da Alimentação Escolar do Município de São Paulo*, com base nas necessidades e demandas de ambas as partes.

1.2 Considerando ser um projeto temático, a execução do objeto deste acordo processar-se-á consoante o **Plano de Trabalho** especificando os períodos e as variáveis de interesse associados a cada tema.

1.3 O **Plano de Trabalho** referido no subitem 1.2 acima poderá ser alterado mediante consenso dos partícipes, desde que não impliquem alteração do objeto, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações dos Partícipes

2.1 Caberá à **FSP/USP**:

2.1.1 Executar as atividades de sua responsabilidade previstas no **Plano de Trabalho** relativo a cada tema, de forma coordenada com as atividades desenvolvidas pela **DAE**;

2.1.2 Nos casos em que houver a necessidade de vinculação de dados, disponibilizar as bases de dados dos Programas relativos a cada tema, conforme especificado no *Plano de Trabalho*;

2.1.3 Designar pessoal para a execução das atividades decorrentes do *Plano de Trabalho* relativos a cada tema, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, respondendo por encargos trabalhistas, previdenciários e outros;

2.1.4 Realizar reuniões técnicas para solucionar dúvidas relativas aos estudos previstos no *Plano de Trabalho*;

2.1.5 Responder pelos custos relativos ao envolvimento ou deslocamento de seus técnicos e pesquisadores, devidamente justificados em função do cumprimento do objeto deste acordo de cooperação;

2.2 Caberá ao DAE:

2.2.1 Disponibilizar bases de dados, de acordo com as especificações estabelecidas no *Plano de Trabalho* relativos a cada tema. Tais bases serão fornecidas com sigilo, sem informações que permitam a identificação dos indivíduos envolvidos;

2.2.2 Realizar tratamento e processamento das informações necessárias à vinculação das bases de dados das duas instituições parceiras, assim como gerar um banco integrado de dados, quando este procedimento estiver especificado no *Plano de Trabalho*;

2.2.3 Designar pessoal para a execução das atividades decorrentes do *Plano de Trabalho* relativo a cada tema, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, respondendo por encargos trabalhistas, previdenciários e outros;

2.2.4 Realizar reuniões técnicas para solucionar dúvidas relativas aos estudos previstos no *Plano de Trabalho*;

2.2.5 Responder pelos custos relativos ao envolvimento ou deslocamento de seus técnicos e pesquisadores, devidamente justificados em função do cumprimento do objeto deste convênio;

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Confidencialidade e do Sigilo dos Dados

3.1 A qualquer tempo, os partícipes manterão estrito sigilo acerca dos documentos e informações de caráter confidencial, colocados à disposição destas em decorrência deste Acordo.

3.2 O descumprimento do pactuado neste item ensejará a rescisão deste Acordo e o ressarcimento, à parte inocente, de eventuais prejuízos legais e/ou materiais, resguardado ainda o direito a perdas e danos efetivamente sofridos.

3.3 Os Partícipes se comprometem a repassar aos seus servidores e empregados envolvidos no objeto deste Acordo, as obrigações de sigilo aqui constantes.

CLÁUSULA QUARTA - Dos Recursos

4.1 O presente acordo não implica em qualquer ônus, encargos ou repasse de recursos entre os partícipes, sendo que as despesas de cada um dos partícipes para cumprimento de suas tarefas onerarão dotações próprias.

CLÁUSULA QUINTA - Da Propriedade das Informações e da Divulgação

5.1 A divulgação e o fornecimento dos resultados e das análises resultantes do presente Instrumento somente serão possíveis mediante autorização expressa dos partícipes, sempre citando-se o presente Acordo, bem como a participação de cada uma das partes.

5.2 As publicações e outros produtos resultantes deste Acordo poderão ser colocados à disposição da comunidade científica e demais interessados, desde que a DAE e a FSP/USP figurem expressamente como co-autores dos trabalhos realizados, respeitadas as condições de sigilo e confidencialidade pactuadas.

5.3 Sempre que divulgados isoladamente os resultados dos estudos e pesquisas, o DAE deverá ser mencionado à parte na fonte de dados, sem prejuízos de observância das obrigações das cláusulas 5.1 e 5.2 acima.

CLÁUSULA SEXTA - Da Propriedade Intelectual

6.1 Caso resultem das atividades deste convênio, inventos, aperfeiçoamentos ou inovações, passíveis de obtenção de privilégios, nos termos da Legislação Brasileira, das Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário, da legislação nacional e normas das partes, ou também resultem em obra científica, literária ou relativa a programas de computador; os direitos decorrentes pertencerão à USP e ao DAE, em partes iguais.

6.1.1 As partes se obrigam a recíprocas comunicações, caso cheguem aos resultados descritos na cláusula 6.1, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado.

6.1.2 As partes em comum acordo definirão em instrumento próprio as questões de gestão, custos e exploração das propriedades intelectuais que venham a ser resultado das atividades deste convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Vigência

7.1 O presente acordo terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar de sua assinatura.

7.2 Decorrida a vigência do presente termo, um novo acordo poderá ser celebrado, uma vez justificado o interesse dos partícipes pelo escopo comum, lavrando-se o respectivo termo de cooperação.

CLÁUSULA OITAVA - Da Denúncia e Da Rescisão

8.1 Este acordo poderá ser denunciado mediante notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias por iniciativa de quaisquer dos partícipes e poderá ser rescindido por descumprimento das obrigações assumidas ou por infração legal.

8.2 Havendo pendências, os partícipes definirão, mediante termo de encerramento do acordo de cooperação técnica, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA NONA - Do Foro

9.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo que não forem resolvidas de comum acordo pelos Partícipes.

E, por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São Paulo, ____ de ____ de 2014.

Antonio Cesar Russi Callegari
Secretário Municipal de Educação de São Paulo

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Victor Wunsch Filho
Diretor
Faculdade de Saúde Pública – FSP/USP

Por Delegação do M. Reitor
Art. 42 do Estatuto da USP
VAHAN AGOPYAN
Vice-Reitor

Testemunhas:

1. _____

Nome:
R.G.:
CPF:

2. _____

Nome:
R.G.:
CPF:

ANEXO IV – CURRÍCULO LATTES PROF^a BETZABETH SLATER VILLAR

Dados gerais Formação Atuação Projetos Produções Patentes e Registros Educação e Popularização de C & T Eventos Orientações Bancas Citações +

Betzabeth Slater Villar

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9309234246831567>

Última atualização do currículo em 08/11/2016

possui graduação em Nutrição pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos (1986), mestrado em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Epidemiologia Nutricional, atuando principalmente nos seguintes temas: Métodos quantitativos e qualitativos para avaliação do consumo alimentar de adolescentes e adultos.; Recomendações nutricionais DRIs e Alimentação de crianças e adolescentes. É Editora associada da Revista Brasileira de Epidemiologia e atua como parecerista de Revista de Saúde Pública e Europ. Journal of Clinical Nutrition. Também é membro titular do conselho do departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (Texto informado pelo autor)

Identificação**Nome**

Betzabeth Slater Villar

Nome em citações bibliográficas

SLATER, B.; Slater, Betzabeth; VILLAR, BETZABETH SLATER

Endereço**Endereço Profissional**

Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública.
Av. Dr. Arnaldo 715 2º andar
Cerqueira César
01246904 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30667701
Ramal: 243
Fax: (11) 30667705
URL da Homepage: <http://www.fsp.usp.br>

Formação acadêmica/titulação**1997 - 2001**

Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Desenvolvimento e Validação de um Questionário Semi-quantitativo de Frequência Alimentar para Adolescentes, Ano de obtenção: 2001.
Orientador: Sonia Tucunduva Philippi.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Questionário; Validade; Adolescentes; Inquerito.
Grande área: Ciências da Saúde
Setores de atividade: Nutrição e Alimentação.

1992 - 1996

Mestrado em Nutrição Humana Aplicada (Conceito CAPES 4).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Identificação de Risco de deficiência de Vitamina A em Gestantes utilizando Metodologia Simplificada de Inquérito Alimentar, Ano de Obtenção: 1996.
Orientador: Maria José Roncada.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Inquerito; Vitamina A; gestantes.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição / Subárea: Análise Nutricional de População / Especialidade: Epidemiologia Nutricional.
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição / Subárea: Análise Nutricional de População / Especialidade: Saúde Pública.
Setores de atividade: Nutrição e Alimentação.

1979 - 1986

Graduação em Nutrição.
Universidade Nacional Mayor de San Marcos, UNMSM, Peru.

ANEXO V – CURRÍCULO LATTES ALUNA LIVIA DA CRUZ ESPERANÇA

Livia da Cruz Esperança Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3258476438552767>

Última atualização do currículo em 24/01/2017

Resumo informado pelo autor

Possui graduação em Nutrição pela Faculdade de Saúde Pública da USP (2011), complementou sua graduação com disciplinas cursadas no exterior, na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação na Universidade do Porto (2009). Concluiu a Pós Graduação Profissional em Gestão da Qualidade e Controle Higiênico Sanitário dos Alimentos, do Instituto Racine em 2013. Nutricionista da Coordenadoria de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo. Trabalha com a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar do Município.

(Texto informado pelo autor)

Dados pessoais

Nome Livia da Cruz Esperança
Nascimento 27/08/1985 - Poá/SP - Brasil
CPF 324.548.758-45

Formação acadêmica/titulação

- 2014** Mestrado em Nutrição em Saúde Pública.
 Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP/USP, Brasil
 Título: A política de compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo
 Orientador: Betzabeth Slater Villar
- Mestrado interrompido(a) em Nutrição em Saúde Pública.
 Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP/USP, Brasil
 Título: A alimentação fora do lar e seus fatores associados ao risco cardiovascular em moradores do município de São Paulo estudo ISA-Capital
 Orientador: Dirce Maria Lobo Marchioni
 Ano de interrupção: 2014
- 2012 - 2013** Especialização em Gestão da Qualidade e Controle Higiênico Sanitário.
 Instituto Racine, IR, Brasil
 Título: Avaliação do resto ingestão em uma unidade de alimentação e nutrição em transição do serviço porcionado para semi porcionado: uma visão sustentável
 Orientador: Welliton Donizete Popolim
- 2005 - 2011** Graduação em Nutrição.
 Faculdade de Saúde Pública, FSP, Brasil
- 2008 - 2009** Graduação em Nutrição.
 Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, FCNAUP, Portugal
- 2001 - 2002** Ensino Profissional de nível técnico.
 Escola Técnica Estadual Presidente Vargas, E.T.E. PV, Brasil

Formação complementar

- 2009 - 2009** Extensão universitária em Atendimento nutricional à comunidade carente. (Carga horária: 100h).
 Bandeira Científica da Faculdade de Medicina da USP, FMUSP, Brasil
- 2007 - 2009** Extensão universitária em Administração de empresa. (Carga horária: 200h).
 Empresa Júnior de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP, NUTRI JR. USP, Brasil
- 2006 - 2006** Extensão universitária em Projeto de extensão em nutrição. (Carga horária: 70h).
 Projeto Estação USP, PEUSP, Brasil
- 2006 - 2006** Extensão universitária em Nutrição. (Carga horária: 30h).
 Faculdade de Saúde Pública da USP, FSP/USP, Brasil

Atuação profissional

1. Colégio Paulicéia - CP

Vínculo institucional

- 2011 - 2011** Vínculo: Estagiária, Enquadramento funcional: Estagiária, Carga horária: 30, Regime: Parcial
- 2011 - 2013** Enquadramento funcional: Nutricionista coordenadora, Carga horária: 40, Regime: Integral
2. Centro de Referência a Prevenção Controle de Doenças Associadas a Nutrição - CRNUTRI